

Ciências Sociais Aplicadas



Filipe Davison Barboza Carneiro

A VIDA SOCIAL DO JARDIM DE MARIANA/MG

Um estudo sobre a Praça Gomes Freire



A VIDA SOCIAL
DO *JARDIM* DE MARIANA/MG
Um estudo sobre a Praça Gomes Freire



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Reitora

Cláudia Aparecida Marlière de Lima

Vice-Reitor

Hermínio Arias Nalini Jr.



editora**UFOP**

Diretor Executivo

Prof. Dr. José Rubens Lima Jardimino

Coordenador Editorial

Daniel Ribeiro Pires

Assessor da Editora

Alvimar Ambrósio

Diretoria

Francisco José Daher Jr (Coord. de Comunicação Institucional)
Paulo de Tarso Amorim Castro (Presidente do Conselho Editorial)
Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp (PROEX)
Sérgio Francisco Aquino (PROPP)
Tânia Rossi Garbin (PROGRAD)
Daniel Ribeiro Pires (Representante TAE)

Conselho Editorial

Profa. Dr. Adriano Medeiros da Rocha
Prof. Dr. Douglas da Silva Tinti
Profa. Dr. Flávio Pinto Valle
Prof. Dr. Paulo de Tarso Amorim Castro

Filipe Davison Barboza Carneiro

A VIDA SOCIAL
DO *JARDIM* DE MARIANA/MG
Um estudo sobre a Praça Gomes Freire

1ª edição

Ouro Preto
2024



© EDUFOP

Coordenação Editorial

Daniel Ribeiro Pires

Capa

Editoria UFOP

Diagramação

Laís Nagayama

Ficha Catalográfica

(Elaborado por: Elton Ferreira de Mattos - CRB6-2824, SISBIN/UFOP)

C289v Carneiro, Filipe Davison Barboza.

A vida social do jardim de Mariana/MG : um estudo sobre a Praça
Gomes Freire / Filipe Davison Barboza Carneiro. –1. ed. – Ouro Preto :
Editora UFOP, 2024.

212 p. il. : grafs.

1. Praça Gomes Freire (Mariana, MG) - Aspectos sociais. 2. Jardins -
Mariana, MG. 3. Experiência. 4. Sociabilidade. I. Título.

CDU: 94(815.1)

ISBN 978-65-01-13383-6

Todos os direitos reservados à Editora UFOP. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada ou transmitida por qualquer meio ou forma sem prévia permissão por escrito da Editora. A originalidade dos conteúdos e o uso de imagens são de responsabilidade do autor da obra.

“Obra aprovada no Edital Discente 03/2020 e publicada apenas no ano de 2024 em decorrência dos prejuízos operacionais causados pela PANDEMIA DO COVID-19.”

EDITORA UFOP

Campus Morro do Cruzeiro

Centro de Comunicação Institucional, 2º andar

Ouro Preto / MG, 35400-000

www.editora.ufop.br / editora@ufop.edu.br

(31) 3559-1463

Aos meus pais pelo apoio em toda a trajetória.

AGRADECIMENTOS

Percorrer essa extensa caminhada só foi possível com o amparo de pessoas especiais. Assim, dessa conquista que não é só minha, presto aqui meus sinceros agradecimentos ao querido orientador Fred Tavares, pelas contribuições acadêmicas, mas também pela sua gentileza que tomei como exemplo a ser seguido na vida. Também agradeço ao professor Elton Antunes e a professora Hila Rodrigues, pelos direcionamentos dados ao trabalho – construídos com base em leituras compromissadas – e pela generosidade nas formas de se referirem a mim e à minha pesquisa. A todos do corpo docente e técnico do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFOP, que batalham diariamente para garantir uma educação pública, gratuita e de qualidade. Em especial, ao professor Cláudio Coração, por ter inspirado junto comigo os primeiros passos do projeto iniciados em discussões dentro e fora da sala de aula. A UFOP, pelo apoio financeiro que permitiu minha dedicação integral aos estudos. A turma do Mestrado 17.1. Aleone Higídio, Ana Paula Martins, Beatriz Flores, Ennio Rodrigues, Fernando Torres, Marcos Resende, Natália Ferraz, Núbia Azevedo, Rafael Francisco, Rafael Medeiros, Raquel Paixão e Tamara Marques, guardo boas lembranças de cada um de vocês. Ao diretor presidente do Ponto Final, Rômulo Passos, pela liberação irrestrita dos acervos do Jornal. A todos os entusiastas e frequentadores do *Jardim*, que contribuíram de alguma forma para as descobertas da pesquisa, como na disponibilização de informações, relatos, fotos e entrevistas. Aos amigos que guardo da graduação em Jornalismo da UFOP 10.1 e da especialização em Comunicação Estratégica pela PUC-Minas, turma de 2015. Aos colegas conquistados em toda a minha jornada profissional. Aos amigos da vida lazer, em especial Javert Felisberto, Ismael Felisberto, Rafael Maia, Gabriel Lima, Diogo Queiroga e Mariana Gonçalves. Aos meus tios e tias, primos e primas das famílias Barboza e Carneiro. A minha irmã, Dayana Barboza, pela disponibilidade irrestrita e por compartilhar comigo toda a sua vivência como pesquisadora da Co-

municação. E aos meus pais, Sonia Barboza e Antônio Tomaz Carneiro, que nunca mediram esforços para que eu alcançasse meus objetivos.

*E vou viver as coisas novas, que também são boas
O amor/humor das praças cheias de pessoas
Agora eu quero tudo, tudo outra vez*

(Tudo outra vez: Belchior)

Esta obra foi selecionada pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto, a partir do Edital nº 003/2020 da Editora UFOP, para editoração eletrônica de trabalhos originados de teses e dissertações.

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor Prof. Dr. Sérgio Francisco Aquino

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Coordenador Prof. Dr. Marcelo Freire Pereira de Souza

Orientador Prof. Dr. Frederico de Mello Brandão Tavares

Comissão Editorial

Prof. Dr. Marcelo Freire Pereira de Souza

Profa. Dra. Hila Bernardete Silva Rodrigues

Prof. Dr. Felipe Viero Kolinski Machado Mendonça

SUMÁRIO

11 PREFÁCIO

 APRESENTAÇÃO

- 15 A sociabilidade do Jardim que vi, ouvi e li
25 Os conceitos que permeiam o Jardim
36 Os direcionamentos para entender o Jardim

 CAPÍTULO 1

- 43 1. O *Jardim* da história: documentos, obras literárias e
 imagens da praça
43 1.1 O rastro como eixo do *Jardim* da História
45 1.2 A cidade do *Jardim*: constituição socioespacial de Mariana
51 1.3 Dimensões socioculturais da cidade do *Jardim*
59 1.4 Formação socioespacial da Praça estritamente pública
66 1.5 . Levantamento imagético da Praça
67 1.5.1 As primeiras imagens do *Jardim*
70 1.5.2 O *Jardim* ajardinado
73 1.5.3 A sociabilidade do *Jardim* atravessada pelas imagens
82 1.6 O *Jardim* da História como perspectiva macro do
 estritamente público

 CAPÍTULO 2

- 87 2. O *Jardim* do Jornal: a Praça segundo a imprensa local
87 2.1 Jornalismo: uma forma de narrar e experimentar a sociabilidade
91 2.2. Jornalismo praticado no interior: babel conceitual
 e características
96 2.3. Do primeiro jornal ao *Ponto Final*
101 2.4. Ponto Final: singularidade perante a imprensa local
108 2.5. Permanências e mudanças em três recortes temporais
109 2.5.1. O Jornal contemporâneo
121 2.5.2. O Jornal dos dez anos
130 2.5.3. O Jornal incipiente
135 2.6. O *Jardim* do Jornal como uma experiência esvaziada

	CAPÍTULO 3
141	3. O <i>Jardim</i> dos frequentadores: a sociabilidade por quem socializa
141	3.1. Observações e entrevistas no <i>Jardim</i> : um ponto de partida
144	3.2. O <i>Jardim</i> dos frequentadores: formas de entrada na Praça
145	3.2.1. O <i>Jardim</i> do comum
165	3.2.2. O <i>Jardim</i> institucionalizado
178	3.2.3. O <i>Jardim</i> dominical
189	CONSIDERAÇÕES FINAIS
196	POSFÁCIO
198	REFERÊNCIAS
212	SOBRE O AUTOR

PREFÁCIO

É difícil precisar de onde parte a pesquisa deste livro. Por um lado, ela corresponde a uma trajetória de questionamentos, sintetizando o amadurecimento de problematizações acerca de um tema que se tornou objeto de estudo. Por outro lado, ela mobiliza afetos, que dizem muito de seu autor, um marianense perspicaz e gentil, com quem tenho a oportunidade de conviver já há alguns anos, desde 2013, e, principalmente, com quem convivi diretamente durante a elaboração de seu trabalho de Mestrado, que tive o prazer de orientar entre os anos de 2017 e 2019.

No dia da defesa de sua Dissertação, cujo material dá base para as páginas seguintes, Filipe me presenteou com um belo quadro do *Jardim* de Mariana, feito por um artista local, emoldurado por alguém também da cidade. Escrevo essas palavras, inclusive, ao recém cruzar com essa imagem, que hoje habita o corredor de minha casa. Talvez seja o encontro, realmente, uma boa maneira de nomear esta obra. No diálogo entre a experiência pessoal e a experiência de pesquisa, este livro revela um encontrar de possíveis. Traduz com bastante qualidade a possibilidade de se pesquisar e problematizar universos cotidianos, pelo olhar da Comunicação, mas ao mesmo tempo interdisciplinar, mesmo que tal contexto seja tão próximo ao pesquisador, afeito às rotinas de sua história de vida. É possível, pois, estudar com distanciamento aquilo que nos é tão próximo.

A construção do *Jardim* de Mariana como um objeto de pesquisa passa por um incômodo pontual do autor, acerca da cobertura da imprensa local sobre o cotidiano da Praça Gomes Freire. Deste incômodo com uma cobertura jornalística simplista, de traços sensacionalistas e representações preconceituosas, acende-se o questionamento sobre distintas temporalidades, fazendo entrecruzar uma leitura que perfaz um olhar biográfico sobre aquele espaço, ao mesmo tempo em que complexifica sua natureza desde um olhar acadêmico sobre o jornalismo. Nesse rol de problematizações, dois termos ganham importância e guiam a formulação conceitual de uma pergunta de pesquisa que permitem estudar o *Jardim*, tomá-lo efetivamente como objeto.

Experiência e sociabilidade tornam-se conceitos-chave para o entendimento da vida cotidiana daquele espaço singular da cultura marianense e orientam Filipe em sua questão principal de pesquisa. Os três capítulos do livro dão a dimensão dessas centralidades, a da praça e a do problema de pesquisa, revelando uma historicidade de processos específicos que, reunidos, constroem uma espécie de síntese interpretativa sobre a Praça Gomes Freire. Tais capítulos também apontam para a sua força como locus citadino capaz de atravessar tempos e também fazer convergir dinâmicas sociais que ultrapassam os limites físicos daquele quarteirão, um marco do centro histórico da primeira capital de Minas Gerais.

Essa condição nevrálgica é revelada e construída pela própria pesquisa, que analisa presentes, passados e futuros por meio de uma caminhada de fôlego, muito mais exigente do que aquela praticada por caminhantes que se utilizam daquele espaço real, semanalmente, para praticar atividades físicas durante as manhãs. O exercício realizado por Filipe Barboza é o do pesquisador astuto, que perseguiu rastros históricos em documentos, registros imagéticos e estudos sobre a Gomes Freire; que lidou com duas décadas de presença da Praça no jornal marianense *Ponto Final* e as nuances editoriais deste veículo jornalístico “do interior”; que durante meses frequentou a Praça como entrevistador e observador participante, para conhecer as dinâmicas vívidas daquele espaço e dos seus frequentadores.

Entre um ponto e outro de análise, que se tornaram empirias complementares, uma série de contiguidades históricas evidenciaram-se, com destaque para as ocupações tácitas do espaço a partir de jogos invisíveis e visíveis de poder que perpassam a história de Mariana. O racismo, a diferença de gênero e de classe, o funcionamento das instituições. Ao mesmo tempo em que novas conjunturas recriam e ressimbolizam a Praça ao longo de anos e décadas, as disputas e desigualdades emergem e se atualizam. O viés crítico assumido por Filipe Barboza faz com que a sua condição de cidadão marianense dê lugar ao seu papel de investigador, permitindo a emergência de seu compromisso social e científico no intuito de apanhar uma “totalidade” que constitui a natureza daquele es-

paço que lhe é familiar e também digno de “desnaturalização”. Espírito este também assumido pela Editora UFOP, com a editoração do trabalho; e pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFOP, que o indicou para publicação.

Se um primeiro episódio foi decisivo para o pontapé dessa pesquisa – uma matéria sobre o uso de drogas por frequentadores da Praça – dois outros acontecimentos serviram de gatilho para organizar e dispor as interpretações certas que a investigação carrega. Um deles, ainda durante a fase do trabalho de campo, corresponde à gravação de uma telenovela da Rede Globo de Televisão, tendo Mariana, com destaque para o *Jardim*, como espaço de locação. Tal acontecimento e as afetações de seu entorno ajudaram a moldar eixos analíticos que iluminaram, no jogo da sociabilidade da Praça, sua vida ordinária e extraordinária, aquilo que dá significado ao conjunto desse cotidiano de temporalidades tensas e plurais.

Encerrada a pesquisa, já na fase de revisão dos originais dessa obra que o leitor tem “em mãos”, Mariana e o *Jardim* ganharam repercussão a partir das mudanças polêmicas advindas do novo “projeto de revitalização” da Praça, em execução pela Fundação Renova, em parceria com a Prefeitura de Mariana e sob supervisão de outros órgãos públicos e governamentais desde 2019. A cobertura, com concreto, em parte do calçamento histórico, de pedras, que fica no entorno da Praça, acendeu a discussão sobre a descaracterização daquele espaço e como, ao longo do tempo, seu uso acaba à mercê de interesses e da ausência de discussões que respeitem as lógicas de uma deliberação coletiva e cidadã, bem como o apagamento de sociabilidades cotidianas.

A Fundação Renova foi criada logo após o rompimento da Barragem do Fundão em 2015 – de propriedade das empresas Samarco, Vale e BHP Billiton –, que espalhou rejeitos da extração de minério ao longo de mais de 600 quilômetros pela bacia do rio Doce, atravessando dois estados e chegando ao oceano Atlântico. Uma vez que a barragem estava sediada em Mariana, o investimento da Renova na cidade faz parte do projeto de “mitigação dos impactos” causados pelo crime socioambiental. O direcionamento da verba à Praça, entretanto, cerca de R\$ 5

milhões, põe em xeque prioridades envolvidas nesse grande processo de compensação pública.

A justificativa do projeto indica uma melhoria para o presente e o futuro daquele espaço, sem romper com os traços do passado. Porém, o limitado debate causado em torno das intervenções acende o alerta sobre essas “boas intenções”. Coloca em cena o papel de atores controversos, principalmente gestores públicos; e também indicam, mais uma vez, a simplificação em torno das complexidades que compõem o *Jardim*.

Esse misto de situações, além de revelar o caráter fulcral da Praça Gomes Freire, indica a vitalidade das questões tratadas por este livro; e traz à baila a perenidade que lhe caracteriza e caracterizará. Muito mais do que um espaço turístico e pretensamente bucólico ou referência de entretenimento e lazer locais, tal qual o imaginário oficial quer fazer valer, o *Jardim* é uma espécie de organismo vivo que deslinda Mariana, que ajuda a pensar para além desta cidade (e com ela).

O reencontro de Filipe Barboza com o *Jardim*, pela pesquisa, e o meu reencontro com Filipe, pela orientação, fazem parte dos possíveis que este livro revela. Frequentar aquele espaço e mirá-lo todos os dias em uma pintura sobre tela diz muito mais do que a aparente relação que se assume com a superfície e o imediato das coisas. A contemplação, pela experiência, também tem a ver com a dúvida. E o afeto, pelas interações, é sempre uma ponte para o conhecimento.

Boa leitura!

Prof. Dr. Frederico de Mello Brandão Tavares
Verão de 2021.

APRESENTAÇÃO

A sociabilidade do *Jardim* que vi, ouvi e li

Se você fosse adolescente no início do século XXI em Mariana¹-MG – como o autor que aqui escreve – teria como uma das únicas opções de ampla sociabilidade em espaço público a Praça Gomes Freire. Era neste local, mais recorrentemente nas noites de domingo, que muitos jovens da cidade, dos bairros centrais aos periféricos, conheciam as possibilidades de interação da vida fora de casa: da primeira “bebedeira” ao primeiro beijo – não necessariamente nessa ordem.

Aos olhares menos observadores, a Praça, delimitada em forma retangular e quase plana bem no centro histórico do município (entre as ruas Dom Viçoso, Barão de Camargos, Travessa João Pinheiro, além da divisa com a casa arquiépiscopal²), conseguia aparentemente harmonizar em seu arejado território pessoas de diferentes ideias, origens, classes e idades. Afinal, como alguém poderia não ser sociável em meio a tantas árvores, pássaros, plantas, bancos, coreto, busto do Dr. Gomes Freire³, lagos com peixes, além de bares, restaurantes e lanchonetes em seu entorno? Uma ambiência que, muitas vezes, era incrementada pelas apresentações de músicas (das centenárias sociedades musicais aos jovens grupos de rap, rock e funk), pelas brincadeiras infantis, geralmente,

¹ Com mais de 300 anos de fundação, Mariana foi a primeira vila, cidade e sede do bispado do estado de Minas Gerais. A região também foi a primeira sede política da capitania de São Paulo e Minas do Ouro. O município se localiza a 110 km de Belo Horizonte.

² A casa arquiépiscopal – moradia dos arcebispos de Mariana – foi construída tardiamente, entre os anos de 1983 e 1987, e ocupa um grande terreno de cerca de 800m². Durante as obras, o projeto foi alvo de críticas por parte da população e chegou a ser embargado por cerca de três anos.

³ Gomes Freire de Andrade (1865-1938) foi médico, professor e político – atuando como presidente da Câmara de Mariana, senador do império, deputado estadual constituinte e deputado federal. Defensor dos ideais republicanos, ele contribuiu – antes de se mudar para Belo Horizonte – com a criação de um jornal impresso (chamado de O Germinal), de um hospital e até da centenária associação musical Banda União XV de Novembro (CARVALHO; VIEIRA, 2007), entidade ligada ao partido da direita marianense (CARNEIRO, 2014). Entre as curiosidades de sua trajetória em vida, é destacada a grande amizade desenvolvida com o poeta simbolista Alphonsus de Guimaraens (1870-1921) – apreço que culminou até em citações de sonetos. Após a morte de Alphonsus, ocorrida em Mariana, coube ao então presidente da Câmara, Dr. Gomes Freire, inaugurar uma ponte na cidade (também conhecida como ponte de tábuas) com o nome do ilustre escritor brasileiro (GUIMARAENS FILHO, 1995).

realizadas informalmente no período diurno, e pelas rodas de capoeira ao entardecer. E que também compunha eventos maiores, decorrentes (ou não) do calendário citadino oficial, como peças teatrais de pequenos e médios festivais culturais, provas esportivas, e até parte da folia do carnaval de rua marianense.

Figura 1: Busto do Dr. Gomes Freire⁴. Foto: Ricardo Maia. Data: 2013



Fonte: Arquivo Filipe Barboza.

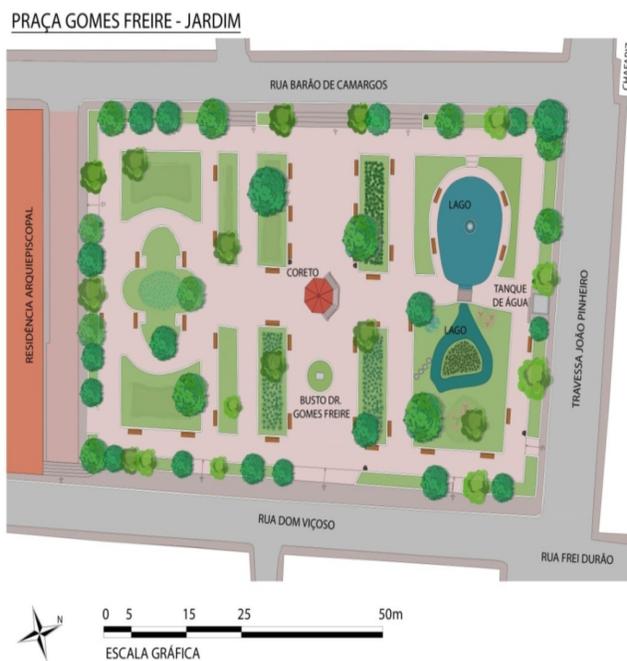
Mas, para além de um olhar clichê dessa sociabilidade, a Praça, conhecida popularmente como *Jardim*⁵, revelava naquelas noites de domingo algumas barreiras invisíveis, do tipo: por que certas pessoas caminhavam por um lado, enquanto outras por outro? Por que grupos se apropriavam de determinadas áreas e por ali ficavam na maior parte

⁴ Inúmeras foram as figuras com este duplo sobrenome, sobretudo, no período colonial e imperial do Brasil. Por isso, é importante não o confundir com seus familiares homônimos antecessores, como os militares Antônio Gomes Freire de Andrade (1685-1763), 1º conde de Bobadela e governador da capitania de Minas Gerais; José Antônio Freire de Andrade (1708-1784), 2º conde de Bobadela e também governador (interino) da capitania; e Gomes Freire de Andrade (1774-1831), 3º conde de Bobadela. Há ainda outro militar de nome Gomes Freire de Andrade (1790-1855), conhecido como Barão de Itabira, que era neto do 2º conde e avô do homenageado da Praça.

⁵ Optou-se, no decorrer de todo o livro, por utilizar como referência principal o termo *Jardim*, já que esta é a denominação mais comum e popular para o espaço.

do tempo? Por que aquele meu colega não gostava de circular onde o meu outro amigo costumava ir? Por que certos bancos e demais assentos eram disputados enquanto outros permaneciam ignorados? Por que aquela parte do *Jardim* era conhecida enquanto espaço das incivildades e outras não? Por que era mais “seguro” seguir em um determinado caminho e não em outro para buscar no botequim, próximo à Praça, a cerveja gelada, o vinho barato ou aquele lanche de fim de noite? Em suma: que espécies de movimentações eram essas que mesmo não sendo declamadas ou oficializadas reproduziam diferentes e tensas apropriações daquele espaço e o que elas tinham a dizer sobre a sociedade de Mariana?

Figura 2: Planta humanizada do *Jardim*. Arte: Aline Soares. Data: 2018.



Fonte: Arquivo Filipe Barboza.

Ainda sem compreender ao certo toda a elevação dessas fronteiras vivenciadas no período da adolescência, realizei, entre os anos de 2013 e 2014, uma pesquisa sobre a rivalidade desportiva, sociocultural e políti-

ca dos dois maiores clubes de futebol da cidade: Marianense e Guarany⁶, antagonismo que esteve em forte evidência ao longo do século XX. Nesse processo, ao conversar com antigos moradores, entre ex-jogadores, sócios, torcedores e dirigentes, percebi que as barreiras simbólicas da Praça não eram exclusivas de minha observação juvenil. Sobre isso, duas falas chamaram a atenção:

Mariana naquela época tinha preconceito racial. Ali no *Jardim*, por exemplo, a parte de baixo só desfilava as meninas brancas e os homens ficavam nas ruas. Naquela época não apareciam muitos carros, nós tínhamos na cidade só uns três ou quatro veículos. A gente ficava ali vendo as mocinhas bonitas brancas passar. As negras ficavam na parte de cima com os negros também fazendo a mesma coisa. Eu ficava na parte de baixo flertando as meninas brancas e os negros flertando as meninas do andar de cima⁷ [Trecho da entrevista de Frederico Ozanan Teixeira Santos, 72 anos, funcionário público aposentado, diretor social do Marianense na década de 1970 (CARNEIRO, 2014)].

Aliás, existia muita discriminação, até automática aqui em Mariana. No *Jardim*, por exemplo, existia o “footing”⁸: as mulheres passeavam pra lá e pra cá e os homens, vendo as mulheres passar, flertavam com uma, flertavam com outra... E, em cima, na parte de cima do *Jardim*, passeavam as negras e os rapazes negros. Embaixo as mulheres brancas e os homens brancos. Ninguém falou: “Negro tem que ficar aqui e branco ali”. Não, automaticamente não se misturavam. Simplesmente os brancos elegeram a parte de baixo e os negros a de cima. Tinha esse aspecto racial⁹ [Trecho da entrevista de Rafael Arcanjo Santos, 66 anos, professor aposentado, ex-tesoureiro e secretário do conselho deliberativo do Guarany nas décadas de 1970 e de 1980. Atual secretário do conselho deliberativo do Marianense (CARNEIRO, 2014)].

⁶ A pesquisa, realizada como trabalho de conclusão de curso para a graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto, resultou em um livro-reportagem denominado: “Marianense x Guarany: rivalidade além das quatro linhas” (CARNEIRO, 2014).

⁷ Entrevista realizada no dia 24 de setembro de 2013. As informações pessoais sobre o entrevistado correspondem ao período.

⁸ *Footing*, termo usado pelo entrevistado, vem do inglês “ir a pé” e remete às paqueras que ocorriam nas caminhadas pelas ruas e praças públicas – costume comum no início do século XX nas cidades brasileiras.

⁹ Entrevista realizada no dia 23 de setembro de 2013. As informações pessoais sobre o entrevistado correspondem ao período.

As respostas dos entrevistados em relação às segregações raciais no *Jardim*, somadas às observações de sua sociabilidade marcada não só pelo lazer e pela harmonia, mas também por rupturas, silenciamentos e invisibilidades, foram os acontecimentos motivadores de uma possibilidade de vislumbrar – pela Praça – sintomas dela mesma e da própria cidade, como uma espécie de síntese, signo espacial e lócus privilegiado de certos traços da sociedade marianense.

Mas esses indícios – que me levavam a buscar entender um pouco mais sobre a complexidade da Praça, do município em si e até sobre minha pessoa – ganharam uma nova dimensão, quando comecei a me atentar às notícias sobre o *Jardim* através da imprensa atuante em Mariana. Desse mundo das construções textuais, me chamou a atenção, especificamente, um episódio ocorrido no fim do ano de 2016. Ao entrar em uma pastelaria e realizar uma rápida leitura de uma manchete do *Ponto Final* – impresso voltado, primordialmente, às notícias locais e que costuma ser vendido em diversos pontos comerciais de Mariana – me deparei com uma reportagem de conotação muito negativa sobre o *Jardim* que o enquadrava de forma alarmante, quase como um espaço a ser evitado pela população. Ainda sem ler a totalidade do conteúdo, pois estava apressado naquele momento, comecei a me dar conta – mesmo sem ainda estar cursando o Mestrado em Comunicação da UFOP e desenvolvendo, especificamente, uma Dissertação¹⁰ sobre o *Jardim* – de que para se pensar a Praça também era preciso incorporar o olhar midiático.

Eis que, durante o ano de 2017, já como mestrando, comecei a refletir que muitas das discussões teóricas em sala de aula estavam me levando àquilo que foi visto, ouvido e lido sobre a minha vivência no *Jardim* de Mariana. E foi aí que decidi assumir a Praça – e tudo aquilo que permeia a sua sociabilidade – como meu objeto de pesquisa.

¹⁰ A Dissertação que deu origem a este livro está depositada no Repositório Institucional da UFOP. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/11425>>. Acesso em 16 jan. 2021.

Figura 3: Lago do *Jardim* em formato de estribo.



Foto: Arlindo José da Silva. Data: 2017.

Fonte: Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Mariana.

Diante desse cenário, evidenciado por lembranças pessoais, pelos relatos de terceiros, por leituras midiáticas e por inspirações acadêmicas, foram iniciadas reflexões em torno das condições de estudar esse fenômeno socioespacial. Todo esse processo, que ocorreu de forma lenta e gradual, não foi dado mediante uma fórmula pré-concebida, mas, sim, como um desafio ligado a novas possibilidades analíticas. O primeiro passo se deu pela investigação de tudo o que já havia sido publicado sobre a Praça historicamente, ou seja, um levantamento documental, imagético e bibliográfico. O segundo, pela análise das publicações da imprensa em relação ao *Jardim*, afinal, o jornalismo faz parte e é um dos principais agentes desse processo que narra padrões de sociabilidade (FRANÇA, 1998) e que, ao mesmo tempo em que influencia a vida social em vários aspectos, também responde às mudanças que a sociedade lhe apresenta (TEMER, 2014). Mas, após esses achados iniciais e ao analisar as descobertas e, principalmente, as lacunas sobre a Praça, percebi que ainda era preciso incorporar uma terceira lógica, esta ligada diretamente às falas e às compreensões dos frequentadores do espaço.

Figura 4: Lago do *Jardim* em formato de ferradura.



Foto: João Vitor Marcondes. Data: 2013.
Fonte: Arquivo Projeto #tecer.

Assim, dessa elaboração singular, a pesquisa tenta responder a seguinte pergunta norteadora: como distintas formas de experiência em torno da sociabilidade do *Jardim*, construídas historicamente, jornalisticamente e pelos próprios frequentadores da Praça, podem levar a uma compreensão desse espaço público e, em consequência, da cidade de Mariana? É preciso deixar claro que não se trata de um estudo de ordem da recepção, mas, sim, de uma ponte entre três caminhos que tem como objeto central a sociabilidade da Praça; e que a pesquisa não fomenta um diálogo entre universos opostos, pois o levantamento dos rastros históricos, os recortes dos textos jornalísticos e as dinâmicas expressadas pelos usuários do espaço coexistem, mesmo que epistemicamente possam ser, em tese, separados. Portanto, a proposta de movimento não é a de tentar ligar três corpos distintos. A questão é atrair as forças dessa tríade para gerar amplitudes ao objeto.

Figura 5: O coreto do *Jardim*.



Foto: João Vitor Marcondes. Data: 2013.

Fonte: Arquivo Projeto #tecer.

Outro ponto que merece ser enfatizado é que os três movimentos são potências analíticas, entretanto, se desdobram em diferentes graus. Isto porque o histórico se revela diante de um peso mais contextual, assim como o jornalístico aponta para algumas referências próprias. Já o dos frequentadores abre mais possibilidades para expansões, propriamente, ligadas às análises. Por fim, é preciso deixar explícito que desbravar a sociabilidade do *Jardim* por meio dessa tríade não é descartar ou desconsiderar outras formas de entradas ao espaço. A Praça também pode ser compreendida por outras vias, como, por exemplo, a artística, a arquitetônica, a paisagística, a patrimonial e até a de outros meios de comunicação que não sejam o jornalismo impresso local. A intenção aqui não é provar qual soma de caminhos se mostra completa, até porque a ideia de compreensão ampliada do *Jardim* não é tomada nesta obra como totalizante. O que se valoriza, portanto, é uma possível forma de se enxergar a sociabilidade que, nesta pesquisa, se faz nos termos dos rastros históricos, das publicações jornalísticas e das falas dos frequentadores.

Figura 6: Antigo bebedouro para cavalos do Jardim.



Foto: Larissa Mol. Data: 2017.

Fonte: Arquivo Larissa Mol.

Já sobre as justificativas, é importante frisar que muitas das questões que pretendem ser levantadas sobre o objeto delimitado perpassam por leituras, reflexões e debates do tratamento teórico. Assim, tentar responder às inquietações que tem como pano de fundo um conjunto de possibilidades de experiência sobre esse espaço público em específico, e, conseqüentemente, sobre a cidade de Mariana é – de forma ligada aos saberes dedutivos e indutivos (DIONNE; LAVILLE, 1999) – atuar no delineamento de estudos que realizam um movimento que vai do particular para o global e do global para o particular. Em outros termos, entender essas dinâmicas de interações é uma questão contemporânea que muitos pensadores vêm se debruçando, sob aspectos do público, do privado, das mercadorias, da alteridade, da vigília, do controle, do poder, das hierarquias, da violência, dos preconceitos, das classes, entre outros

fatores urgentes de se refletir em lógicas cidadinas. E a singularidade da problemática sobre o *Jardim* pode enriquecer esse debate.

Figura 7: Placa de localização do *Jardim*.



Foto: João Vitor Marcondes. Data: 2013.
Fonte: Arquivo Projeto #tecer.

Outra forma de justificar a pesquisa diz respeito à própria proposta de um cruzamento analítico triáde em torno do que pode ser revelado da sociabilidade da Praça. Assim, o estudo traça um caminho com pretensões inovadoras, afinal aqui se almeja lançar mão de um conjunto de aparatos – como documentos, imagens e obras literárias, recortes do *corpus* textual da imprensa e observações e entrevistas em campo – para gerar condições, pelo menos hipotéticas, de uma compressão ampliada do *Jardim* e de Mariana. Ou seja, essas escolhas teórico-metodológicas, se comprovadamente relevantes, podem oferecer desdobramentos para o campo da Comunicação ligado à sociabilidade, à experiência, ao espaço público e à cidade.

Ademais, não se pode negar o caráter – também – regional da pesquisa, uma vez que é proposto o estudo de um fenômeno de Mariana,

município onde estão localizados dois *campi* da UFOP, incluindo o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), sede do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Assim, a obra tem o interesse de aproximar a produção acadêmica da comunidade e, com isso, compor estudos que envolvem pesquisas em temáticas locais.

Figura 8: Vegetações do Jardim.



Foto: João Vitor Marcondes. Data: 2013.
Fonte: Arquivo Projeto #tecer.

Os conceitos que permeiam o *Jardim*

As reflexões diante da pergunta norteadora da pesquisa passam por discussões teóricas sobre espaço, espaço público, centro, sociabilidade e experiência¹¹. Este tópico introdutório não tem a pretensão de realizar extensas revisões conceituais, mas, apenas, demarcar os termos respon-

¹¹ Outras noções teóricas também poderiam ser incorporadas aos termos norteadores da pesquisa, o que demonstra o caráter expansivo da proposta. Uma segunda colocação importante a se fazer é que outros conceitos vão surgir no seguimento do trabalho, o que não tira deles a relevância em torno da temática. A questão é que neste tópico específico são trabalhadas noções que permeiam o objeto como um todo. Por isso elas se apresentam logo nas primeiras páginas.

sáveis por fundamentar e nortear os principais aspectos da pesquisa, proporcionando um embasamento sobre o pensamento ao longo do trabalho, a partir das descobertas sobre o objeto.

Pensar em formas de experiência para ir ao encontro da sociabilidade do *Jardim*, principalmente dialogando sob o viés sociocultural¹², não é apenas buscar algumas respostas para uma instigação pessoal como morador e curioso do espaço e de Mariana. As praças, entendidas como “espaços livres de edificação, públicos e urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos” (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 17), despertam reflexões em sentidos variados, visto que nelas é possível observar, suspeitar e até classificar as fronteiras que separam, aproximam, limitam, hierarquizam e estimulam harmonias e resistência de grupos e indivíduos em suas interações – dos gestos mais banais aos mais bem articulados e expansivos.

Pela sua dessemelhança geográfica dentro da malha urbana – proporcionando vazios, respiros e quebras em relação às construções das casas, aos prédios, às calçadas e às vias de tráfego de veículos – a praça se constitui como referência na organização socioespacial cidadina. Desse modo, como reitera Caldeira (2007), da antiguidade clássica à era contemporânea, “diante da diversidade de configurações urbanas existentes, observa-se que a praça se apresenta como um lócus privilegiado da cidade, sobretudo pelo seu caráter de espaço multifuncional” (CALDEIRA, 2007, p. 4).

Em vista disso, o *Jardim* aqui é tomado não apenas como uma estrutura física, fria e isolada, mas, sim, dentro de uma realidade relacional¹³, ou como define Santos (2014): “O espaço deve ser considerado como

¹² “Pensado como espaço coletivo, o termo ‘praça’ engloba questões socioculturais, uma vez que representa o lugar do encontro, onde se desenvolve a vida social, e o espaço de identidade, onde os grupos sociais se reconhecem e existe a possibilidade de trocas” (CALDEIRA, 2007, p. 15).

¹³ Além dessa concepção mais relacional, Santos (2001) pontua uma dimensão temporal sobre o espaço, questão importante para ser pensada, uma vez que os capítulos a seguir têm características que atravessarem algumas temporalidades do *Jardim*. Para ele, o espaço também pode ser pensado como um amontoado de camadas, ou, como o mesmo diz: como “uma espécie de palimpsesto onde, mediante acumulações e substituições, a ação das diferentes gerações se superpõe. O espaço constitui a matriz sobre a qual as novas ações substituem as ações passadas. É ele, portanto, presente, porque passado e futuro” (SANTOS, 2001, p. 67).

um conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (SANTOS, 2014, p. 30-31). Ao enfatizar essa conceituação de forma mais exemplificada, Santos (2001) explica a natureza do espaço pela junção dos sistemas de objetos e dos sistemas de ação. Com isso:

De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2001, p. 39).

Isto é, o espaço se faz pelas práticas que se movimentam e se renovam de acordo com as relações desenvolvidas pela sociedade e com a sua evolução própria. Entendimento este que se aproxima da proposta de diferenciação entre lugar e espaço traçada por Certeau (1998), em que o primeiro termo tem a ver com uma dimensão estável de posições, enquanto o segundo diz respeito a um cruzamento de móveis animado pelo conjunto dos movimentos que ali se desdobram. Dessa forma: “O espaço é um lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres” (CERTEAU, 1998, p. 202). Essa questão também pode ser pensada com a ajuda de Bourdieu (1998) quando o mesmo discute os efeitos de lugar. O autor defende a necessidade de rompimento do pensamento substancialista a partir de uma análise entre as estruturas do espaço social e do espaço físico. Isso é: o embate pelas posições sociais se dá em relações simbólicas que definem hierarquias. Assim, é possível imaginar um paralelo no *Jardim* que carrega consigo uma disputa espacial, tanto geográfica, quanto simbólica, permeada de tentativas de hierarquizações. Em outros termos, “a posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado” (BOURDIEU, 1998, p. 160). A partir desses pontos, compreender as movimentações da Praça, não diz respeito apenas aos aspectos originários da tipologia urbana formadora, mas também às dinâmicas humanas dos que habi-

tam e circulam, ou seja, as interações singulares e plurais promovidas ali. Em última análise, a sociabilidade.

Falar desse espaço é pensar em esfera pública. Se tratando do conceito, o espaço público vai se definir de acordo com o corpo teórico em que se pretende trabalhar. Há, por exemplo, o viés filosófico, vinculado à expressão do pensamento e do exercício da construção do discurso ligado à prática da democracia; o viés sociológico, que se caracteriza por ser o espaço do encontro entre indivíduos de uma comunidade, possibilitando, assim, o convívio social; o viés jurídico, definido acerca dos conceitos de propriedade e de apropriação; e o campo urbanístico, que discute os espaços físicos abertos nas cidades destinados ao uso comum da população (SORIANO, 2006). Existe ainda uma visada comunicacional que busca um entendimento mais complexo sobre as formas de regulação e de escapes das interações realizadas no espaço público (BRIGHENTI, 2010).

Ao tratar da circulação e dos fluxos dos usuários, Serpa (2018b), um estudioso do campo da Geografia, fala sobre esse processo de territorialização do espaço público. Nas palavras do autor, dentro das práticas urbanas, “usuários privatizam o espaço público através de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis” (SERPA, 2018b, p. 36). Assim, os circulantes, ao fazer uso e ao tomar suas apropriações, contribuem para a amplificação da esfera privada do espaço chamado de público. Para Serpa (2018b), nem mesmo a soma desse processo por um coletivo de indivíduos é suficiente para legitimar, portanto, a noção do espaço público. Ao trazer essa ideia para a pesquisa, de fato, pensar nas fronteiras simbólicas do *Jardim* (aquelas narradas já nas primeiras linhas desse livro) é também tratar das individualidades que ocorrem na Praça, uma vez que os frequentadores se articulam dentro de lógicas próprias ou de, no máximo, lógicas grupais. Entretanto, defender que as barreiras invisíveis extraem o sentido público, ao que parece, é desconsiderar o que repousa sobre a alteridade. Em outros termos, é preciso ser ponderado nessa discussão que as contradições, os tensionamentos e as rixas dos usuários que, por ventura, acontecem no *Jardim*, ao invés

de esvaziar, podem sustentar o caráter público da Praça. Isso porque os fluxos do que é público não se dão apenas dentro da continuidade e da harmonia, mas, também, pela ruptura, indiferença, resistência, camadas, e, portanto, pelas “leis territoriais específicas” (SERPA, 2018b, p. 101) de uma sociedade.

Brighenti (2016) é um dos autores que tomam o espaço público por essa dimensão mais fragmentada. Para ele, ao invés de se pensar no uso singular como uma espécie de comprovação do aumento do privado, essas barreiras simbólicas têm mais a ver com uma diferenciação entre o público e o comum – estes termos interdependentes, mas não significantes do mesmo sentido. Seguindo essa lógica, pode-se argumentar que em um determinado espaço – o *Jardim* da minha adolescência, por exemplo – os variados grupos partilhavam de um sentido público, mas, por vezes, não se reconheciam em um traço comum (ou vice-versa). Em outras palavras, o que o autor tenta provocar é que o espaço público também contempla algo da ordem do divergente. Com essa moldura firmada, resta responder, ao longo da pesquisa, como o *Jardim* histórico, jornalístico e dos frequentadores vai se transparecer. Ou seja, como os tensionamentos entre os diferentes vão ser revelados (se é que serão revelados) dentro de formas experiência em torno da sociabilidade da Praça?

Para além das barreiras simbólicas, focadas na visibilidade e invisibilidade, alguns autores têm apontado para o esvaziamento ou até mesmo para o fim do espaço público – incluindo as praças – principalmente das médias e grandes cidades brasileiras, além das metrópoles¹⁴. Rolnik

¹⁴ Aqui abre-se um parêntese sobre a ideia de cidade, já que a maior parte dos autores que tratam das interações cidadinas em espaço público tende a se preocupar com os grandes centros urbanos. Em números, Azevedo (1970) agrupa os municípios em três categorias: as cidades pequenas, com população urbana superior a 5.000 habitantes e inferior a 30.000; as cidades médias, com população urbana superior a 30.000 habitantes e inferior a 100.000; e as cidades grandes, com população urbana superior a 100.000 habitantes e inferior a 500.000. O autor também cita as metrópoles, com 500.000 habitantes ou mais. Mas, além dos dados demográficos, Santos (1982) pondera: “O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização” (SANTOS, 1982, p. 70). Assim, o livro abre diálogo para entender como que as interações no espaço público central de Mariana (cidade média do ponto de vista demográfico, já que tem uma população atual estimada em 61.288 habitantes, segundo o IBGE) podem se aproximar ou não desses panoramas teóricos. Assim, é importante incorporar essa questão nas reflexões sobre a experiência do *Jardim*. Ou seja, as análises devem buscar a compreensão sobre os tipos de sociabilidade da Praça dessa cidade, suas características e seus processos singulares.

(2000) comenta sobre esse sentido do comportamento – que se alimenta de ideais higienistas e privatistas – que faz o espaço ser apenas o lugar de passagem ou de consumo, e até da difusão de uma narrativa e, conseqüentemente, de um imaginário do medo. Segundo ela:

A dimensão pública vai perdendo cada vez mais sua dimensão política de contrato social e acaba reduzindo-se à administração do trânsito, da rede de água e de esgoto, etc. Na verdade, o espaço público vai diminuindo ao ser capturado e privatizado, restando apenas e tão somente aquele necessário para a circulação de mercadorias, inclusive de mercadorias humanas; esvazia-se a dimensão coletiva e o uso multifuncional do espaço público, da rua, do lugar de ficar, de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo, de venda. Assim, funções que recheavam o espaço público e lhe davam vida migraram para dentro de áreas privadas, tornando-se, em grande parte, um espaço de circulação (ROLNIK, 2000, p. 5).

Visão semelhante à de Sarlo (2006), ao pensar as mudanças de direcionamento das pessoas nas cidades e o conseqüente desencontro dos diferentes grupos sociais. Para a autora:

Dos bairros de classe média, já não se vai ao centro. As distâncias se encurtaram, não só porque a cidade deixou de crescer, mas porque as pessoas já não se deslocam por ela, de ponta a ponta. Os bairros ricos configuram seus próprios centros, mais limpos, mais ordenados, mais bem vigiados, mais iluminados e com ofertas materiais e simbólicas mais variadas (SARLO, 2006, p. 14).

Carlos (2007), ao refletir sobre as cidades – principalmente São Paulo – entende que a contemporaneidade impõe um tempo do efêmero que acaba por produzir as relações vazias das populações. Na visão da autora, por meio da destruição dos referenciais urbanos, do aumento da velocidade das informações, do uso do espaço público apenas enquanto lógica de troca das mercadorias, entre outras marcas do capitalismo, as relações de vizinhança se destroem, as ruas são esvaziadas e as praças se deterioram. Desta maneira, “a rua é agora lugar de passagem, a praça

está cercada e vigiada, o shopping center se descobre como lugar de lazer – a compra como lazer” (CARLOS, 2007, p. 57).

Entretanto, existe outra corrente de pensamento que, ao invés de abordar apenas a dimensão declinante do espaço público e o seu individualismo, defende as mudanças comportamentais citadinas em um patamar relativizado e abertas de possibilidades. Para Andrade, Jayme e Almeida (2009), é possível afirmar que alguns espaços públicos, sobretudo, as praças, mantêm grande vitalidade nos dias atuais, “ainda que as formas de usufruir e interagir [...] tenham sofrido significativas alterações – em grande parte decorrentes de um generalizado sentimento de insegurança” (ANDRADE; JAYME; ALMEIDA, 2009, p. 132).

Há ainda outra argumentação que desmistifica a natureza de perda do sentido público na modernidade. Bebendo de uma crítica de Hansen, Andrade e Baptista (2015) trazem o pensamento de que, ao longo de toda a humanidade, nunca existiu um espaço puramente livre e aberto a todos, já que os indesejáveis pelos dominantes sempre foram mantidos à distância ou pelo menos silenciados. “Nessa perspectiva, o espaço público hoje é mais aberto do que antes em relação aos grupos raciais e sexuais minoritários” (ANDRADE; BAPTISTA, 2015, p. 135). Essa tese, que se embasa em algumas classificações interativas, parte do pressuposto de que a questão não é bem a “morte” do espaço público, mas, sim, a multiplicidade de usos e de usuários que, em muitos casos, disputam suas apropriações – podendo levar às situações de conflito.

Retomando o diálogo conceitual com o objeto – proposta primordial deste tópico – como distintas formas de experiência sobre o *Jardim* de Mariana vão se mostrar reveladoras (ou não) de conexões com essas correntes sobre o espaço público? A Praça atual vai se enquadrar em um processo de esvaziamento contemporâneo ou em uma tensionada disputa perpassada pelas demarcações dos que ali circulam e que dão vida ao lugar? Como o *Jardim* será construído em termos documentais, jornalísticos e pelos seus próprios frequentadores? E mais: o que tudo isso pode significar de entendimento sobre Mariana?

Esta pesquisa parte da alegação de que a Praça, por ser um dos prin-

cipais espaços públicos do município, tem potência para ser definida enquanto síntese, signo espacial e lócus privilegiado de certos traços da sociedade marianense. Optar por essas chancelas é trazer para o *Jardim* a ideia de epicentro – questão indispensável para o seguimento do trabalho, uma vez que contribui em reforçar ainda mais a importância de estudos sobre ele e, sobretudo, a sua escolha enquanto objeto. Serpa (2018a) explica que, dentro das diversas formas de se pensar o conceito de centralidade, está a ótica que se baseia nos conteúdos de ordem qualitativa e simbólica. Ou seja, além da visão quantitativa, técnica e funcional das análises espaciais, a centralidade tem que dar conta de um sentido dinâmico e histórico. O autor explica que “essas centralidades são resultado de um processo lento e cotidiano de apropriação espacial com forte identificação com os habitantes” (SERPA, 2018a, p. 103) e que “esse raciocínio leva à ideia de centralidades vividas, que constituem em qualquer recorte [...], a partir da esfera da reprodução da vida e do cotidiano de relações socioespaciais em cada lugar” (SERPA, 2018a, p. 104). Sposito (2018) também concorda com essa redefinição do termo ao afirmar que segmentada social e funcionalmente, dispersa no território e difusa nas representações, “a centralidade pode ser compreendida e apreendida em múltiplas escalas” (SPOSITO, 2018, p. 138).

A importância, portanto, de incorporar o *Jardim* enquanto epicentro de Mariana é mostrar que, independentemente das possíveis escolhas de instituições organizadoras do espaço, a centralidade pode ser pensada de forma mais abrangente nos contextos urbanos, inclusive enquanto um centro negado ou em que sua sociabilidade não tem importância e visibilidade dentro de uma determinada lógica. Assim, o *Jardim* se faz, desde já, centro – enquanto centro histórico e geográfico, mas, principalmente, enquanto centralidade vivida (SERPA, 2018a) – mesmo que esse sentido possa vir a ser negado ou relativizado, por exemplo, por alguma força hegemônica. Resta saber – e o trabalho também trafega por essa dúvida – como e com quais objetivos esse centro será retratado pelas diferentes formas de experiência.

Muito da discussão sobre a Praça tem por objetivo evidenciar o ponto de vista das estruturas, dos poderes, das instituições, etc. Uma dimensão racional e política (não que outras possibilidades de pensamento também não sejam) que tem como finalidade direcionar as reflexões que permeiam as interações do espaço e dar munção às análises sobre as movimentações do *Jardim* reveladas pela experiência, afinal, muito importa saber como os arranjos desse grande entrelaçamento socioespacial marianense se dá pela via histórica, pela via da imprensa local e por aqueles que estão presentes em seu cotidiano. Entretanto, a lógica da pesquisa está amarrada pela sociabilidade e, assim, é indispensável comentar sobre as extensões criativas, não-rationais e passionais das relações e das circulações presentes no *Jardim*, uma vez que “a perspectiva orgânica não pode ser totalmente descartada” (MAFFESOLI, 1998, p. 111), já que o olhar sobre a temática apenas pela macrosociologia não dá conta de abarcar tudo. Para isso, nada mais importante do que pensar esse conceito que vem sendo utilizado desde as primeiras linhas do trabalho, mas que até o momento não foi colocado em tensionamento.

Se alimentando da fonte de Simmel, Maia (2002) explica que sociabilidade “é uma forma de interação social que não possui um fim definitivo, nem conteúdo, e nem resultado fora dela mesma” (SIMMEL, 1997, p. 126, *apud* MAIA, 2002, p. 5). A autora aponta a concepção sobre o termo como uma forma lúdica da socialização com destaque às experiências de caráter do entretenimento, das festas e das conversas amenas. Com isso, a sociabilidade “é uma dessas inúmeras formas através das quais os indivíduos se associam, mas – e diferentemente de outras – marcada pela inexistência de fins práticos” (FRANÇA, p. 60, 1995). Maffesoli (2001), outro pensador que discute a temática, define a sociabilidade – ou a socialidade, como prefere nomear – como uma espécie de solidariedade de base, societal no ato. Assim: “Os barulhos das ruas, as cantorias populares que se expandem do bar, [...] os odores [...] dos sorvetes nos dias bonitos, tudo isso constitui esses ‘nadas’ que totalizam a existência” (MAFFESOLI, 2001, p. 206). Para França (1995) a sociabilidade de Maffesoli se opõe ao político – pelo menos às relações cristalizadas da po-

lítica institucional – e se “remete às relações anárquicas, contraditórias e fusionais que cimentam a criação da comunidade e impulsionam as diferentes formas de agregação” (FRANÇA, p. 61, 1995).

Em um primeiro momento, as ideias do trivial, dos encontros e das abstrações – em suma, o social puro – podem até serem vistas como pontos de desajustes conceituais para a pesquisa, pois, a princípio, deixam em suspeita as teorizações que enxergam a vida social – também – de maneira macro. Nesse caso, como reinterpretar as noções levantadas de espaço e de uso do espaço público que levam em conta, entre várias questões, o peso das marcas do tempo, das estruturas e de certas instituições? E mais: do ponto analítico do livro, como encaixar as lógicas de diferentes formas de experiência diante da sociabilidade, sendo todas operadoras de certos níveis de poder, hierarquias e escapes?

Sobre esses tensionamentos, Maia (2002) esclarece que o quadro firmado por Simmel, Maffesoli e outros debatedores da sociabilidade, ao conferir atenção especial às espontaneidades, às falas descompromissadas e às banalidades, não desmerece o “olhar de cima” das dimensões históricas e de ordem que fomentam práticas, conflitos e tensões. Pois, “se ignorarmos as instituições, as tradições, ‘os padrões regulares de comportamentos e de expectativas’, estaremos atribuindo ao ator uma soberania absoluta” (MAIA, 2002, p. 13). Ao discutir diretamente as contribuições de Simmel para o campo das Ciências Sociais, Frúgoli Junior (2007) faz coro a essa ressalva na afirmação de que a “ênfase nos indivíduos não significa uma perspectiva atomista, mas, sobretudo, uma preocupação com o aspecto relacional e situacional que os arranjos interacionais possuem na própria criação e dissolução dos vínculos sociais” (FRÚGOLI JUNIOR, 2007, p. 51-52). Com isso, a noção de sociabilidade traz as dimensões dela por ela mesma para expandir os limites dos atos comunicacionais¹⁵ nas relações e também para relevar que o domi-

¹⁵ França (1996) deixa claro o vínculo entre sociabilidade e comunicação – em conjunto com o cotidiano – nas afirmações: (1) “Pois não é no dia-a-dia, nas múltiplas formas através das quais estabelecemos nossas relações e nos comunicamos, que se constrói, de forma circular, esse mesmo padrão de estar com o outro?” (FRANÇA, 1996, p. 103); e (2) “A comunicação é instrumento de sociabilidade, é por onde ela se manifesta. A palavra cotidiana, vazia de sentido, atualiza a ordem social e o estar com outro. Neutraliza-se a perspectiva da transmissão e a comunicação se realiza enquanto circulação, envolvendo conjunto, reliance” (FRANÇA, 1996, p. 107).

nante não é todo o processo. Mas isso não descarta as implicações de outras marcas. Em outras palavras, os contornos institucionais e a estrutura histórico-social também são elementos importantes na elaboração da sociabilidade, principalmente, ao pensar o espaço público.

Dito isso, é preciso ligar, mais uma vez, os conceitos com a temática para defender que, para além das amarras estruturais e estruturantes do *Jardim*, é preciso ter em mente a linha dos gestos nas interações. Os olhares, as refutações, os rancores, os afetos e os desafetos dos atores da Praça complementam a complexidade do espaço, sem obviamente, perder o norte daquilo que atravessa e atualiza todos os envolvidos. E são essas relações (ou as ausências delas) que esta pesquisa tem como objetivo revelar. Assim, a sociabilidade não é tomada apenas pela chave da harmonia e do trivial, mas também como algo da ordem das fronteiras¹⁶, dos embates e, até da resistência cotidiana¹⁷ (MIGUEL, 2018).

Por fim, e não menos importante, a noção de experiência deve ser explicitada para o seguimento da pesquisa, uma vez que o conceito é trabalhado por diversos campos do conhecimento e, por conta de sua potência teórica, dúvidas ou estranhamentos devem ser evitados. Dessa maneira, indo direto ao ponto, a noção não se trata de uma abordagem dada pela ideia do domínio interno e subjetivo, nem mesmo dos estados emocionais e individualistas. A experiência não é tomada, apenas, como o acúmulo vivência, mas – em um diálogo com a visão de Quéré (2010) embasada no pragmatismo americano – como algo do impessoal, em que o sujeito não é tomado enquanto agente, mas, apenas, como uma parte integrada, ou seja, uma instância de afetação. Com isso, a experiência deve ser encarada pelo seu caráter social e pela sua dimensão objetiva e

¹⁶ Como explica Frúgoli Junior (2007), “para Simmel, a ausência de relação pode também ser um tipo específico de relação” (FRÚGOLI JUNIOR, 2007, p. 55).

¹⁷ Aqui se faz necessário abrir uma breve discussão sobre o termo resistência diante da temática da pesquisa. O trabalho caminha para o entendimento de que este conceito não abarca – somente – as grandes manifestações, os conflitos abertos e os atos revolucionários contrários à dominação e à ordem. Miguel (2018) explica, embasado nos pensamentos de Scott, que a resistência também se faz presente nos pequenos gestos que revelam uma subversão das regras e das hierarquias constituídas. Essa forma específica e dissimulada de agir, chamada pelo autor de resistência cotidiana, mostra que existe “uma fissura entre a aceitação ostensiva da ordem e a as disposições efetivas dos agentes sociais” (MIGUEL, 2018, p. 89). Assim, refletir sobre a resistência no *Jardim* é se atentar aos padrões contraditórios de comportamento no mundo social, inclusive os aparentemente banais.

externa. Sobre a escolha por essa visada, o próprio Quéré (2010) defende que “esta reflexão sobre o conceito de experiência está orientada, em primeiro lugar, à resolução de problemas sociológicos – especialmente aquele da organização da ação coletiva no espaço público” (QUÉRÉ, 2010, p. 21).

Entretanto, é preciso ponderar que o autor entende que a experiência, apesar de não prescindir o sujeito, é também o lugar da sua constituição que ativa a sua capacidade de discernimento e de escolha. Quéré (2010) explica que “a experiência se torna ‘minha’ experiência por uma interpretação ou ato retrospectivo de apropriação, geralmente no contexto de interações sociais em que se coloca a possibilidade de reivindicar ou atribuir uma responsabilidade” (QUÉRÉ, 2010, p. 19). Com isso, em meio às formas de experiência delimitadas pela dinâmica da pesquisa – um campo, digamos, condensado de forças – também existe a linha pessoal e interpretativa do pesquisador (ou seja, não ocorre uma anulação da subjetividade). Mas, reiterando uma vez mais, essa questão não tira da experiência sua dimensão relacional e objetiva, pois ela está intimamente ligada aos processos de constituição e de posicionamento dos sujeitos em interação e perante o ambiente. Desse modo, ao buscar um entendimento sobre a sociabilidade do *Jardim*, a experiência diante dos rastros dos documentos, dos textos do jornalismo e das falas dos frequentadores será vista como parte integrante dos elementos de interação com o mundo dos objetos e dos acontecimentos.

Os direcionamentos para entender o *Jardim*

Para atingir seus propósitos, o livro apresenta uma divisão estruturada em três capítulos seguidos de uma conclusão que busca sintetizar e amarrar a maior parte das discussões reveladas ao longo do percurso e, sobretudo, responder à questão norteadora do estudo.

O primeiro capítulo, que trata dos rastros históricos, perpassa a formação socioespacial de Mariana – pois o contexto citadino precisa vir

à tona para gerar amplitude às questões bases – e pela própria constituição da Praça em um tempo passado. Essa primeira forma de experiência, chamada de *Jardim* da História, visa a revelar os aspectos da cidade e do seu espaço público central que oferecem as dimensões do que permanece e do que se transforma temporalmente em um esforço analítico que tenta compreender como se dão em pesquisas, textos e imagens históricas, as lógicas de harmonia, de convivência, de apropriação, de conflito, de poder e até de resistência da Praça. Assim, a experiência sobre o espaço – e, conseqüentemente, sobre a cidade – constituída pelos vestígios históricos é a primeira escora do tripé analítico de dimensões coexistentes que tem como direcionamento a sociabilidade da Praça.

Em seu segundo capítulo, o livro discute conceitualmente o jornalismo e a sua ligação com a vida social, abordando a relação direta da imprensa com a sociabilidade das cidades, uma vez que, como já frisado, ele é tanto propulsor quanto catalisador de um olhar sobre o espaço. Aqui também é tensionada a complexidade em torno dos conceitos relacionados ao jornalismo praticado fora dos grandes centros urbanos, e as características emergentes do jornalismo local; e realizada uma retomada contextual sobre a imprensa em Minas Gerais, em Mariana e no impresso a ser estudado – o *Jornal Ponto Final*¹⁸. Com o apoio desses resgates¹⁹, são analisadas neste capítulo, com o incremento de algumas noções da análise de conteúdo, notícias, notas, artigos opinativos e demais textos do impresso que, de alguma forma, narram a sociabilidade da Praça. Assim, no *Jardim* do Jornal é demarcado o segundo movimento analítico sobre a sociabilidade do espaço, em um tempo passado-presente, e traçado as principais tramas jornalísticas inerentes a isso. Como a Praça é retratada pelo Jornal? Em quais categorias ela se enquadra? Quem tem direito a fala? Quem é silenciado? Quais são as pautas mais recorrentes sobre esse espaço? Como o *Jardim* é retratado temporalmente no Jornal? A quem interessa as notícias serem de uma determinada forma e não de outra? Essas são algumas das questões com potência reveladora sobre o espaço, a cidade e até sobre o próprio Jornal.

¹⁸ A escolha por esse impresso será esclarecida no capítulo em questão.

¹⁹ Além dos aspectos históricos do Jornal, também entram em discussão outras questões, como rotina de trabalho, infraestrutura e demais singularidades.

Já o terceiro capítulo tem por objetivo construir a experiência em torno da sociabilidade da Praça pelos seus próprios usuários. Para alcançar essa dimensão do *Jardim* dos frequentadores, o capítulo se assegura em um aporte teórico com inspirações etnográficas da entrevista em profundidade e da observação participante. Aqui também são indicados todos os preparativos para o trabalho de campo, como a coleta de dados, as escolhas dos entrevistados e as definições dos dias *in loco* – tudo isso diante de um esforço pessoal de estranhamento, uma vez que o *Jardim* é um objeto constituinte da minha vivência. Por fim, o que é verbalizado pelo público circulante da Praça entra em evidência, juntamente com as minhas próprias impressões, na busca do entendimento do espaço por quem socializa nele.

Assim, da sociabilidade da Praça, revelada pela tríade dos documentos históricos, das publicações da imprensa local e das falas dos usuários do espaço, a pesquisa levanta, em suas considerações finais, as discussões sobre o significar do *Jardim* e a sua potência para uma compreensão ampla da própria Praça e da sociedade marianense. Entre os principais desfechos estão o que cada capítulo desenvolve de singular e também o que unifica o movimento em torno do objeto. Ou seja, além da retomada das distintas formas de experiência sobre o *Jardim*, aqui também se trabalha na perspectiva de qual sociabilidade é esta que organiza e está sendo organizada diante do todo.

Figura 9: Vista parcial de Mariana com o *Jardim* situado na área arborizada à esquerda.



Foto: autor desconhecido. S.d.

Fonte: Arquivo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (Compat).

CAPÍTULO 1

1. O *JARDIM* DA HISTÓRIA: DOCUMENTOS, OBRAS LITERÁRIAS E IMAGENS DA PRAÇA

1.1. O rastro como eixo do *Jardim* da História

Antes de iniciar o percurso em torno do primeiro movimento analítico do estudo, é imprescindível assumir algumas posições diante dos documentos, das obras literárias e das imagens que ajudam a extrair essa forma de experiência sobre o *Jardim*. Uma das principais delas está na afirmação de que este capítulo não tem a pretensão de se entender enquanto uma historiografia. Aqui, a perspectiva se constrói numa tentativa de organização dos documentos sobre a Praça, a fim de lançar contextos e análises sobre a sua sociabilidade.

Sobre essa definição, Ginzburg (2012), a partir de leituras sobre Benjamin, discute o rastro como uma categoria condicionante para se pensar determinado objeto. Segundo ele:

Observar um rastro no chão, um bilhete de uma viagem feita no passado, uma fotografia, assim como contemplar um espaço em ruína, pode envolver o esforço de pensar na existência à luz das perdas: são situações em que um fragmento, um resto do que existiu pode ajudar a entender o passado de modo amplo e, mais do que isso, entender o tempo como processo, em que o resto é também imagem ambígua do que será o futuro (GINZBURG, 2012, p. 109).

Dessa forma, os fragmentos²⁰ do que já foi escrito, registrado e também do que foi imgeticamente fixado sobre o epicentro de Mariana, serão a matéria-prima para a construção histórica da Praça. Uma espécie de reflexão sobre pistas a partir de resíduos. Mais do que tentar impor

²⁰ “Fragmentos fazem parte de um esforço para elaborar um passado que nunca poderá ser configurado como uma unidade perfeita” (GINZBURG, 2012, p. 126).

uma visão “oficial” sobre o *Jardim* da História, o que importa, de fato, é responder como os documentos que serão revelados podem ser compreendidos e em quais sentidos eles ajudam nas descobertas e no que está escondido nos termos da sociabilidade.

Apreender a relação entre passado, presente e futuro é outro ponto que merece ser destacado diante dos vestígios históricos sobre o espaço público em questão. O *Jardim* da História tem por objetivo passar pelas respostas em torno das continuidades e das rupturas ao longo do tempo, e não apenas trabalhar numa preocupação de ordem cronológica das coisas. Com isso, ser um observador perante os achados da Praça, “não é pensar de modo cartesiano e linear. Ao contrário, trata-se de construir a percepção em uma subjetividade descentrada, em um pensamento dissociativo” (GINZBURG, 2012, p. 111). É mais um movimento do passado à luz do presente do que algo meramente descritivo sobre o que foi o *Jardim*. Sobre essa questão, Barbosa (2008) explica que o passado só pode ser recuperado pelos sinais que permanecem no presente. Dessa maneira: “Recuperá-lo significa, portanto, caminhar do agora numa direção pretérita a partir de traços, restos e vestígios. Significa considerar que os rastros são signos da representação. Seguir um rastro²¹ é percorrer um caminho já trilhado [...]” (BARBOSA, 2008, p. 89).

Diante dessas ressalvas em torno do aspecto histórico²² do trabalho e do entendimento ligado ao rastro como contribuição produtiva, será revelado a partir dos próximos tópicos, como o *Jardim* da História se configura

²¹ Outro autor que defende a importância desses vestígios nas suas indicações sobre o aqui no espaço e o agora no presente é Ricouer (1997). Para ele, o rastro “orienta a caça, a busca, a investigação, a pesquisa” (RICOUER, 1997, p. 201-202).

²² Falar de um traço histórico dentro de uma pesquisa desenvolvida na área da Comunicação pode parecer um tanto quanto desconexo, mas essa aproximação tem sido refletida por vários autores, como Barbosa (2009). “Ainda que a história tenha formulado seu campo de atuação visando o passado, definindo-se muitas vezes como ‘a ciência dos homens no tempo’ – se quisermos aqui nos apropriar da expressão clássica de Marc Bloch –, enquanto a comunicação se refere às relações que envolvem ações presentes, ambas dizem respeito às relações humanas, seja nas sociedades presentes, seja passadas. Significa ir em busca da nossa humanidade pelo ato narrativo” (BARBOSA, 2009, p. 13). Ou seja: “Trata-se de buscar as práticas humanas do passado ou do presente que se materializam sempre em atos comunicacionais. O que em história se faz é seguir pistas, traços, rastros, vestígios que indicam que os homens do passado passaram por aqui. Essas pistas estão sempre expressas em atos comunicacionais que fixam marcas duráveis. O que se faz em comunicação é colocar em evidência os processos comunicacionais numa época comum, o presente vivido, para tentar não apenas explicar essas narrativas, mas compreender as ações desses homens do presente. Ações que só se constituem pelo ato narrativo” (BARBOSA, 2009, p. 13).

em termos de formação, circulação, interações, harmonias, conflitos, poder e resistência. Mas, antes, é necessário realizar uma passagem contextual sobre Mariana, já que Praça e cidade são fenômenos indissociáveis.

1.2. A cidade do *Jardim*: constituição socioespacial de Mariana

“Não é possível falar de praças sem analisar o contexto urbano no qual estão inseridas” (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 18). Foi pelo encontro a esta frase que surgiu o entendimento de que, para se chegar às formas de experiência da sociabilidade do *Jardim*, é importante entender a constituição da cidade que envolve esse espaço: Mariana. Até porque, “[...] indiretamente, e sem qualquer percepção clara da natureza da sua tarefa, ao construir a cidade o homem reconstruiu a si mesmo” (PARK, 1967, p. 3, *apud* HARVEY, 2012, p. 1). Essa espécie de estudo da história urbana (FONSECA, 1995) tem como objetivo traçar brevemente a formação espacial e social do município a fim de trazer suas principais dimensões ao longo do tempo²³ (ROSSI, 2001); e, por consequência, oferecer arcações suficientes para o pensamento sobre os paralelos e as ambiguidades existentes entre cidade, *Jardim* e sobre a própria sociabilidade da Praça. É preciso deixar explícito que, apesar do epicentro ainda não ser aqui revelado de forma direta, este tópico já inicia o movimento analítico embasado na experiência em torno dos rastros históricos, pois, a Praça está na cidade, assim como a cidade se encontra na Praça.

A começar pela narrativa oficialmente aceita, foi no dia 16 de julho de 1696 que bandeirantes paulistas, liderados por Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e Miguel Garcia da Cunha, encontraram nas margens do rio – que, posteriormente, seria chamado de Ribeirão do Carmo – grande quantidade de ouro. Este fato motivou a rápida apropriação da

²³ Para Rossi (2001): “Com o tempo, a cidade cresce sobre si mesma, adquire consciência e memória de si mesma. Na sua construção permanecem os motivos originais, mas, simultaneamente, a cidade torna mais precisos e modifica os motivos de seu desenvolvimento” (ROSSI, 2001, p. 2).

área, com a construção de pequenas cabanas e até de uma improvisada capela²⁴ em homenagem a Nossa Senhora do Carmo. Com o espalhar da notícia da descoberta aurífera, em pouco tempo o primitivo núcleo, que ganhou o nome de Arraial de Mata Cavalos²⁵, já contava com população suficientemente numerosa²⁶, o que lhe deu a condição de “pleitear o reconhecimento institucional de seu crescimento perante a Igreja [...] e o próprio Estado” (FONSECA, 1998, p. 29).

Mesmo com a dificuldade de permanência derivada da falta de alimentos das populações que buscavam o ouro – fato que motivou deserções entre 1697 e 1698 e entre 1701 e 1702 – o português Antônio Pereira Machado, ao tomar conhecimento das extrações, se empossou das terras localizadas mais abaixo do terreno, na foz do afluente do Ribeirão conhecida como Córrego do Lavapés (VELOSO, 2013a). Com o sucesso dos seus empreendimentos exploratórios, iniciados por volta de 1703, Antônio Pereira ajudou a dar vida a um novo povoado batizado com a alcunha de Arraial de Baixo – para se distinguir do de Cima (Mata Cavalos) que pertencia, até então, aos primeiros bandeirantes (FONSECA, 1998).

Com a junção desses dois acampamentos, que cresciam em direção Leste-Oeste nas margens do Ribeirão, e de outras áreas que se encontravam em processos de expansão²⁷, a região foi elevada à categoria de Vila,

²⁴ Segundo Vasconcellos (1938), “até hoje não se sabe, ao certo, onde ficava essa capellinha” (VASCONCELLOS, 1938, p. 3). O autor também ressalta que, apesar de ambas as construções serem em homenagem a mesma santa, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, localizada atualmente na Praça Minas Gerais, não é uma obra derivada da primitiva capela.

²⁵ “Veio esse nome [...] do fato de ser ahi o terreno molle e alagadiço, onde teriam desaparecidos, tragados pelo lamaçal, alguns dos primeiros animaes que serviram nas minas” (VASCONCELLOS, 1938, p. 88). A região do Mata Cavalos surgiu nas proximidades do atual bairro Santo Antônio, conhecido popularmente como “Prainha”. Este lugar também já foi nomeado no passado como Rosário Velho (CAMÉLLO, 2016).

²⁶ É importante deixar em evidência que a maior parte dos estudos voltados à formação socioespacial de Mariana não apresenta dados demográficos dos períodos de Arraial, Vila e até mesmo de cidade. Entretanto, existem algumas pesquisas históricas que se arriscam a levantar dados gerais sobre a capitania de Minas Gerais. Essas informações complementares, apesar de não tratarem propriamente de Mariana, aparecem em algumas passagens neste tópico, a fim de dimensionar as movimentações ocorridas por conta da exploração aurífera.

²⁷ “Por volta de 1710, a margem norte do Ribeirão do Carmo, incluindo a parte conhecida como Monsus, já estava povoada, assim como a encosta do morro [...]. O povoamento expandia-se, também, em direção a Vamos-Vamos e ao longo do caminho que levava a Itaverava [...]. Outro foco de povoamento que surgiu foi ao longo do caminho que levava ao arraial de Ouro Preto, que ficou conhecido como Morro de São Gonçalo” (VELOSO, 2013a, p. 57).

em 1711²⁸, pelo então governador da capitania, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho²⁹. Já como Leal Vila de Nossa Senhora do Carmo, ou simplesmente Vila do Carmo, novas dinâmicas socioespaciais entraram em cena, o que representou um esforço maior de imposição da estrutura administrativa portuguesa (VELOSO, 2013b). Fonseca (2012), explica que, por parte dos moradores, os pedidos para transformar arraiais em vilas vinham das justificativas sobre a necessidade de criação de instâncias jurídicas, de obras públicas, além das melhorias na comodidade e na salubridade dos sítios urbanos. Assim:

Implantada a vila, várias providências se tornavam necessárias para que se confirmasse a dignidade merecedora de sua nova condição política e administrativa. Elegiam-se, prontamente os vereadores (geralmente três), dentre os “homens bons”, dois juizes ordinários, e erguia-se o pelourinho, representação da nova condição urbana e do poder metropolitano (BASTOS, 2016, p. 61).

A partir desse momento ocorreu uma grande movimentação para a construção de uma matriz na localidade, afinal, a igreja desempenhava um papel de suma importância nas configurações espaciais da época. A capela da Conceição, situada até então em terras³⁰ de Antônio Pereira, foi escolhida³¹ para este fim, ganhando reforma e ampliação, entre 1712 e 1718, e se transformando na Catedral da Sé (Basílica de Nossa Senhora da Assunção). Com a abertura de novas ruas e o levantamento dos primeiros casarões públicos – todos tendo como referência o novo Largo da Matriz – foi iniciado o uso coletivo da área³² que séculos mais tarde seria

²⁸ De 1711 a 1721, Mariana foi a sede política da capitania de São Paulo e Minas do Ouro. A partir de 1721 esse título passou para a cidade vizinha, Ouro Preto, que o manteve até o fim do século XIX. Após a proclamação da República, a sede política do estado foi transferida para Belo Horizonte (FLAUSINO; MENEZES; MENEZES, 2015).

²⁹ Por conta dessa decisão do governador, a região também ficou conhecida como Vila de Albuquerque (VASCONCELLOS, 1994).

³⁰ Os terrenos de Antônio Pereira, que, segundo Vasconcellos (1974) chegaram a ser invadidos por parte dos recém-chegados, acabaram sendo cedidos à Câmara local para a expansão da Vila. Em troca, o português recebeu algumas recompensas da Coroa, como o cargo vitalício de escrívão da Câmara e um título de nobreza (FONSECA, 1998).

³¹ A escolha pela Capela da Conceição se deu, segundo Vasconcellos (1938), pelo fato do terreno ser mais largo e plano.

³² Esse assunto será detalhado no tópico a seguir.

chamada de *Jardim*. Veloso (2013b) explica algumas dessas mudanças na cidade ao descrever que:

No caminho de fora, rua lateral à Matriz, instalaram-se, anos depois, a casa dos juizes-de-fora e Casa da Intendência que deu nome à rua³³. Seguindo a tradição secular portuguesa, a Rua Direita³⁴ foi transferida para perto da Matriz (VELOSO, 2013b, p. 147).

Com a exploração mineral predatória nos leitos de rios e córregos iniciada desde os tempos de Arraial, Vila do Carmo passou a vivenciar vários episódios de inundações, sobretudo, a partir da década de 1730 (TEDESCHI, 2011). Com isso, além das obras de contenção contra alagamentos, foi iniciado, perante as autoridades da época, um processo de expansão para áreas mais distantes das margens do Ribeirão do Carmo. Através de ofícios trocados entre Câmara³⁵ e Coroa Portuguesa, novas terras passaram a ser concedidas à Vila, o que para Tedeschi (2011) pode ter favorecido, inclusive, na escolha da região para se transformar, finalmente, em cidade e em sede do bispado, no ano de 1745.

Se enquanto Arraial e Vila o desenvolvimento se deu mais no sentido Leste-Oeste às margens do Ribeirão, como município de Mariana³⁶ a ocupação foi redirecionada no sentido Norte-Sul, “mais distante das águas” (TEDESCHI, 2011, p. 47). Uma das medidas tomadas pelo rei Dom João V foi encarregar o engenheiro militar José Fernandes Pinto de Alpoim³⁷ de levantar a planta da cidade. Nesse momento, novos aforamentos foram realizados, sempre perpassados por concessões, cobranças

³³ A Rua da Intendência é conhecida, nos dias atuais, como Rua Frei Durão e se localiza próxima ao *Jardim*.

³⁴ A primeira Rua Direita de Mariana se localizava no Rosário Velho.

³⁵ As Câmaras surgiram como unidades de condução de negócios da Coroa em níveis locais. Assim, enquanto instrumento régio, elas eram ligadas à imposição do poder central e à tributação sobre a população. Entretanto, por atuarem muitas vezes de forma independente, essas casas de leis também representavam certas resistências ao governo lusitano. Portanto, é preciso encarar essas instituições como uma via de troca mútua entre metrópole e colônia (VELOSO, 2013a).

³⁶ O nome veio da homenagem do rei de Portugal, Dom João V, à rainha Maria Ana de Áustria, sua esposa. As criações da cidade e da sede do bispado se deram pelo desejo do soberano em reunir na região “o poder temporal e religioso” (FONSECA, 1998, p. 40) da época. Mariana foi a única localidade nas Minas em todo o período colonial a receber o título de cidade. “As outras comunidades mineiras só obtiveram esta categoria após a Independência, em 1822” (CAMÉLLO, 2016, p. 48).

³⁷ Fonseca (1998) pondera que, apesar dessa demanda da Coroa, não se tem notícia de nenhuma planta de Mariana assinada por Alpoim.

e disputas³⁸ entre Câmara e Coroa – sem que o governo português, por meio da influência de seu funcionalismo, perdesse, no desenvolvimento do núcleo urbano, seus mecanismos de controle. Assim, a decisão de ter nomeado Vila do Carmo enquanto cidade também pode ser entendida como uma estratégia adotada pela Coroa “a fim de tomar as rédeas do rápido processo de povoamento da região” (FONSECA, 1998, p. 43), de civilizar, de policiar e de evitar qualquer tipo de ideia emancipatória da população, principalmente, das elites locais. Rosa (2005) resume esse controle espacial presente nas vilas mineiras com a afirmação de que: “A renovação urbana, além da organização espacial ou conformação de um novo espaço, implica em engendrar novos corpos, conseqüentemente, comportamentos e sensibilidades” (ROSA, 2005, p. 53).

Mas, apesar do desejo do rei em desenvolver em Mariana, por meio do controle metropolitano, um traçado urbano regular bem ao seu gosto, por conta da preexistência de alguns arruamentos e de construções remanescentes ainda da época da Vila, as mudanças ocorreram pouco a pouco, respeitando parte do que já existia e “de acordo com as demandas por novos terrenos e conveniência de distribuição dos mesmos” (FONSECA, 1998, p. 49). Algumas das obras públicas também surgiram dos anseios da própria população marianense. Veloso (2013a) pondera que: “As correições urbanas, observadas in loco das situações dos equipamentos urbanos, e requerimentos feitos pela própria população, eram o modo operante do senado da câmara para a constituição da povoação” (VELOSO, 2013a, p. 50).

Como já perpassado anteriormente, o controle do espaço urbano marianense, que se dava via Coroa Portuguesa, também se consolidava no campo religioso. Segundo Fonseca (1998), após ou concomitantemente a definição da nova malha viária de Mariana, igrejas, passos, oratórios e cruzeiros foram sendo construídas. Inclusive, um dos maiores influenciadores na formação espacial nesse período foi Dom Frei Manoel

³⁸ Além dessas disputas, também ocorriam desentendimentos entre Câmara e população local, uma vez que alguns moradores se sentiam prejudicados pelas demarcações de terras realizadas pela casa legisladora. “Esses questionamentos viam tanto da população mais abastada, que poderia reclamar de prejuízos nas demarcações feitas pela câmara, como da população inferior” (VELOSO, 2013a, p. 101).

da Cruz, primeiro bispo da cidade, responsável, entre outras atribuições, pela criação do Seminário de Mariana, inaugurado em 1750. É na segunda metade do século XVIII³⁹ – curiosamente quando o ciclo do ouro começa a entrar em baixa – que são levantadas outras importantes obras de ordem religiosa e também civil, como a própria Casa de Câmara e Cadeia (atual Câmara de Mariana), concluída em 1798.

Após esse período de elevação das grandes infraestruturas, a organização urbana da cidade passou por certa estagnação⁴⁰, sobretudo ao longo do século XIX, derivada do continuado declínio de extração do ouro⁴¹. Apenas no início do século XX, com a chegada da estrada de ferro e o desenvolvimento do município pela margem esquerda do Ribeirão do Carmo – área que ficou conhecida, posteriormente, como cidade nova⁴² (FONSECA, 1998) – é que Mariana se redesenhou geograficamente. Outra mudança de enorme magnitude ocorreu a partir de 1960, com a chegada das grandes empresas mineradoras interessadas na exploração do minério de ferro, o que desencadeou no crescimento dos bairros periféricos⁴³ localizados nas regiões montanhosas, como Cabanas, Cartuxa, Colina, Galego, entre tantos outros – questão esta que será mais detalhada a frente, sob a perspectiva social.

³⁹ Ainda sobre a questão demográfica em Minas Gerais, Moraes (2007) revela que a capitania chegou a ter 319.769 habitantes em 1776, o que a colocava “como a mais populosa da América Portuguesa” (MORAES, 2007, p. 64). A mesma autora estima que a população de Minas Gerais, ao final do período colonial, chegou a ter 500 mil pessoas, “mesmo com a atividade mineradora já em franca decadência” (MORAES, 2007, p. 65). Vale ponderar, mais uma vez, a escassez de dados específicos sobre Mariana.

⁴⁰ Durante o século XIX apenas duas grandes construções em Mariana são destacadas: os prédios do teatro e do Colégio Providência. Ambas as estruturas se localizam na região central.

⁴¹ Em termos abrangentes, Almeida (1995) classifica três importantes contornos temporais da história econômica de Minas Gerais: 1750-1770 como o momento do auge minerador; 1780-1810 como o período de acomodação evolutiva, em que a mineração deixa de ser a atividade principal e a agropecuária passa a funcionar como eixo central; e 1820-1850 como os anos da economia mercantil de subsistência, focada no abastecimento de demandas internas.

⁴² A região da cidade nova se localiza onde hoje estão os bairros próximos à atual sede da Prefeitura de Mariana, como, por exemplo, o Barro Preto.

⁴³ Souza Júnior (2007) explica que: “Esses bairros, bastante insalubres, foram fruto de uma ocupação ‘desordenada’ do espaço, levada a efeito durante a década de 1980, por políticas clientelísticas muito comuns na região” (SOUZA JÚNIOR, 2007, p. 162).

1.3. Dimensões socioculturais da cidade do *Jardim*

Por meio dessa breve linha do tempo sobre a formação espacial de Mariana, proporcionada pelos rastros históricos, fica mais elucidativo entender como a colonização brasileira – caracterizada em linhas gerais como escravista, mercantil e exploratória – foi determinante para calcar os elementos fundadores do município, tanto geograficamente quanto da sua constituição social e simbólica. Ao pensar ainda mais no contexto social, é pertinente frisar que desde os primeiros agrupamentos bandeirantes que se fixaram nas terras mineiras, a organização do espaço marianense muito se deu atrelada à força de trabalho e ao favorecimento de quem tinha mais condições para explorar – que eram, geralmente, paulistas, além de forasteiros oriundos de Portugal e de outros pontos da colônia (COSTA, 1981). Souza (1981) comenta que, entre as formas de distribuição das datas minerais presentes nos regimentos da época, eram favorecidos os pretendentes que tivessem 12 ou mais escravos. Dessa forma, “logo ficou patente que esse sistema de distribuição privilegiava os indivíduos de maiores posses, ficando os homens livres pobres à mercê de atividades esporádicas” (SOUZA, 1981, p. 32).

Mas, mesmo com essa distribuição desigual⁴⁴, o interesse pelo ouro representou uma imigração descompensada para as terras de Minas, questão esta que o jesuíta italiano Antonil (1837) descreveu detalhadamente na antiga e referenciada obra: “Cultura e opulência do Brasil”. Segundo ele:

⁴⁴ Mesmo os grandes exploradores sofreram de alguma forma com o controle da Coroa Portuguesa, sobretudo, em relação ao fisco. Souza (1981) explica que apesar do ouro extraído em Minas ter correspondido, durante o século XVIII, a cerca de 70% da produção do Brasil, a tributação fez com que a maior parte dessas riquezas se esvasse. A autora afirma que, salva algumas exceções, “a constituição demográfica da formação social mineira poderia assim se reduzir numa expressão: um maior número de pessoas dividia a pobreza” (SOUZA, 1981, p. 47).

Cada anno vem nas frotas quantidade de portuguezes, e de estrangeiros, para passarem ás minas. Das cidades, villas, reconcavos, e sertões do Brazil vão brancos, pardos, e pretos, e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura he de toda a condição de pessoas: homens, e mulheres; moços e velhos; pobres e ricos: nobres e plebeos, seculares, clérigos, e religiosos de diversos institutos [...] (ANTONIL, 1837, p. 149).

Dessa corrida pelo ouro, a constituição social e econômica de Minas se configurou – para além dos grandes, dos pequenos mineradores e dos homens escravizados⁴⁵ – por figuras como roceiros, fazendeiros, comerciantes, artesãos, artistas, integrantes do clero, funcionários do governo português, prostitutas, entre outros. Souza (1981) explica que:

Assim a formação social [...] apresentava uma camada pequena de homens ricos e poderosos; uma camada média de artistas, artesãos, pequenos comerciantes e pequenos mineradores que viviam com dificuldade, mas que tinham o necessário para sobreviver; uma extensa camada de homens livres pobres [...]; uma camada numerosa, a maior de todas, de escravos [...] (SOUZA, 1981, p. 73-74).

É dessa complexidade sociocultural, enraizada pelas distribuições desiguais da extração do ouro, pelos serviços que cresciam paralelamente à mineração, pelos grandes tributos empregados pela Coroa e pela forte presença do catolicismo, que se configurou⁴⁶ Mariana. Em um estudo sobre a ocupação da cidade, Veloso (2013a) transita um pouco sobre as

⁴⁵ Os negros escravizados chegaram a representar, no século XVIII, pouco mais de 70% da população que vivia em terras mineiras (SOUZA, 1981).

⁴⁶ “Analisem-se os elementos da vida brasileira contemporânea: ‘elementos’ no seu sentido mais amplo, geográfico, econômico, social e político. O passado, o nosso passado colonial, aí ainda está, e bem saliente; em parte modificado, é certo, mas presente em traços que não se deixam iludir. No terreno econômico, por exemplo, pode-se dizer que o trabalho livre não se organizou ainda inteiramente em todo o país. O mesmo poderíamos dizer do caráter fundamental da nossa economia, isto é, da produção extensiva para mercados no exterior. No terreno social, a mesma coisa. Salvo em alguns setores, as nossas relações sociais, em particular as de classe, ainda conservam um acentuado cunho colonial. Na maior parte dos exemplos, e do conjunto, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga, que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial” (PRADO JR., 1994, p. 7).

distinções sociais⁴⁷ da cidade a partir de descrições encontradas dos moradores. Mesmo sem conseguir observar a população como um todo, já que o trabalho se baseou nos escritos sobre a propriedade nos livros do tomo (e nem todas as pessoas possuíam terrenos ou eram titulares de aforamentos), a pesquisa traz observações interessantes.

De uma forma geral, os documentos revelam que padres reverendos moravam em regiões mais periféricas da cidade, enquanto cônegos, padres e vigários tinham propriedades localizadas em áreas mais centrais – o que indica diferenças hierárquicas entre os religiosos. Outro dado mostra que homens de letras (médicos, advogados, entre outros profissionais comumente chamados de “doutores”) possuíam propriedades aforadas próximas à Casa de Câmara. Já baseado na cor da pele dos indivíduos, os livros do tomo apontam a existência de “pretos”, além de “pardos” e “crioulos” alforriados com algumas posses. Entretanto, é preciso destacar que, de forma geral, essas propriedades eram pequenas e ficavam localizadas nas regiões de morro, com destaque para a Rua São Gonçalo e os morros de Santana e de Santo Antônio. Outro grupo que pôde ser denotado com o estudo foi o dos militares. Capitães, capitães-mores, alferes, sargentos-mores, e tenentes também moravam em regiões mais afastadas do centro. Contudo, como boa parte deles era foreira em mais de uma propriedade, a pesquisa aponta que, muito provavelmente, esses homens se envolviam em outras atividades para além do posto militar ocupado, como o comércio e a própria mineração. Uma última categoria de destaque das distinções sociais diz respeito às posses de terras de algumas instituições marianenses, como o seminário, a intendência e as irmandades – importante fator para se pensar o poder, desde muito cedo, desempenhado por determinadas entidades e grupos na ocupação espacial de Mariana.

Dentro de todo esse contexto social em que muitas das regras de convivência se davam oralmente pelo direito costumeiro e não pelo direito legal, não era incomum o estabelecimento de conflitos entre os

⁴⁷ O autor explica que das 917 propriedades catalogadas em seu estudo, 226 apontam algumas características dos titulares que variam entre profissão, distinção de cor, patentes militares e as próprias instituições que aparecem como titulares dos aforamentos.

diversos grupos coexistentes. Rezende (2013) aponta, por exemplo, as desavenças entre os mineradores das regiões dos morros marianenses – áreas que não eram de interesse dos grandes exploradores. Dentro desse universo, pequenos exploradores, homens livres pobres, mineradores com pequenas posses, libertos e negros escravizados faiscadores (que tinham a permissão extrair o mineral desde que repassassem parte dos achados aos seus senhores) disputavam o espaço e também criavam regras próprias de convivência.

Outro exemplo de conflito com dimensão espacial dentro do período colonial foi o surgimento das já citadas irmandades, entidades que pautaram grandes disputas entre classes e etnias em terras marianenses. Segundo Figueiredo (1998), “as irmandades surgem face a uma realidade instável e insegura, proporcionando ajuda espiritual e material, antes mesmo do Estado se fazer presente” (FIGUEIREDO, 1998, p. 103). Villalta (1998) – que denomina as irmandades como uma espécie de família artificial pelo fato de congregarem indivíduos que desfrutavam de posições sociais similares – explica que, no fomento dessas hierarquias, templos e capelas eram construídas na cidade como estratégia para demarcar no espaço geográfico o poder de cada grupo. Segundo ele, as irmandades de Nossa Senhora do Rosário eram pertencentes aos negros; as de São José e de Nossa Senhora da Boa Morte aos mulatos; as Confrarias das Mercês aos crioulos; e as de Ordens Terceiras de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo aos brancos. Vale destacar, por exemplo, a localização paralela das igrejas de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo, construções vizinhas na Praça Minas Gerais – um dos cartões postais de Mariana.

Já Pereira (2016) cita que, nesse jogo das hierarquias de cunho excludente, os oficiais da Câmara de Mariana redigiram, em 1719, um documento destinado ao rei, chamado de: “Registro de Privilégios de Nobreza”, que solicitava prerrogativas especiais para o caso de cometerem crimes e também o direito de usarem armas e cavalos. O texto ainda deixa explícito que esses privilégios deveriam ser validados somente para os “homens bons”, “livres de notas”, e jamais às pessoas ou aos

herdeiros que executassem trabalhos mecânicos. Nesse estudo, não se comenta ou analisa um caso específico de conflito, mas, sim, a vantagem de um grupo social sobre os outros, com a prerrogativa de que quem estava no poder obtinha os grandes beneficiamentos, ou pelo menos tinha a chance de solicitá-los à metrópole.

Com o fim do ciclo do ouro e o início de uma nova dinâmica econômica⁴⁸, fundada na agropecuária e no comércio interno, Mariana se encontrou em um processo de congelamento da sua paisagem – o que explica em partes a preservação do seu patrimônio histórico – e de esvaziamento da população de sua sede (FISCHER, 1993). Souza Júnior (2005) ressalta que a crise do ouro fez com que boa parte dos moradores trocasse a cidade pela vida rural nos distritos marianenses, o que favoreceu algumas famílias residentes a adquirirem os imóveis do centro a preços irrisórios.

Já na primeira metade do XX, com os ares da proclamação da República⁴⁹ e os ideais modernistas em voga, uma pacata cidade começou a se readaptar às atividades econômicas que consistiam, basicamente, no comércio local; nas remanescentes explorações da empresa *Ouro Preto Gold Mines of Brazil*, mineradora, especializada em operações subterrâneas, instalada onde hoje se localiza a Mina da Passagem, no distrito de Passagem de Mariana; e nas produções da Fiação e Tecelagem São José, fábrica têxtil inaugurada em 1933 e que ocupava o atual espaço do centro de convenções da cidade. Muitos trabalhadores marianenses, com o deslocamento realizado pelo trem ferroviário⁵⁰, também se sustentavam

⁴⁸ “Herdeiro de uma intenção exploração mineratória, o município de Mariana é um lócus que apresenta elementos sociais e econômicos característicos da economia agrícola de subsistência no século XIX. Temos assim, um processo econômico e social, centrado fundamentalmente nas atividades agropecuárias, que resultou de uma ‘acomodação evolutiva’ forjada no interior da economia mineradora dos Setecentos” (ANDRADE, 1997, p. 109).

⁴⁹ “A vida social das cidades brasileiras entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX corresponde a um período de modernização técnica das urbes e de múltiplas construções simbólicas ligadas ao novo viver. Estimuladas pelo dinamismo do contexto, as mudanças vão ocorrer desde a ordem e hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas. Também irão se transformar os modos de perceber os objetos ao redor, a maneira de organizar as afeições e de sentir a proximidade ou o alheamento dos seres humanos” (COSTA, 2012, p. 214-215).

⁵⁰ O investimento no trem ferroviário marca o esforço político da época em enquadrar o município no projeto de modernização do Brasil. Costa (2012) lembra que o prédio da estação ferroviária de Mariana foi inaugurado no mesmo ano e no mesmo estilo que o da capital Belo Horizonte.

pela produção de alumínio de uma indústria da cidade vizinha Ouro Preto, chamada Elquisa e que, posteriormente, se lançou como *Alcan* e como *Novellis*. Hoje é conhecida como *Hindalco*. (CARNEIRO, 2014).

Do ponto de vista social e político, neste momento surgiram duas grandes forças em Mariana: a direita e a esquerda. Em uma rápida reflexão sobre o panorama geral dos dois partidos, a direita se caracterizava como um grupo da elite local que, entre suas principais propostas, defendia o desenvolvimento de projetos estruturantes da área central do município, como a criação de bancos, casas de saúde, escolas e comércios. Já a esquerda atingia as classes menos favorecidas da cidade, oriundas das áreas periféricas e dos distritos. Desse modo, seus planos governistas eram mais ligados à criação de empregos, doação de lotes, construção de novos bairros, além de ações assistencialistas, como a distribuição de cestas básicas e a abertura das “casas da sopa” (CARNEIRO, 2014).

É desse antagonismo partidário que surgem instituições socioculturais e desportivas que deram o tom da Mariana do século passado, instigando novos costumes, comportamentos, aspectos civilizatórios e, conseqüentemente, formas de sociabilidade. Pela lógica dessa emulação entre “percevejos” e “piolhos⁵¹” foram fundadas, por exemplo, as associações musicais Banda União XV de Novembro (da direita) e, a já extinta, Banda São José (da esquerda), e os clubes de futebol Marianense Futebol Clube (da direita) e Guarany Futebol Clube (da esquerda) (CARNEIRO, 2014). Todas essas entidades, que, inclusive, usavam o *Jardim* como espaço de apropriação para determinadas cenas, como apresentações musicais, comemorações após as partidas esportivas, e até desfiles de carnaval, foram determinantes não só para ditar o rumo político de Mariana, como para lançar na vida social local as rivalidades dos grupos existentes pós-ciclo do ouro.

Mas, na segunda metade do século XX, toda essa realidade se adere a novos contornos com a exploração do minério de ferro. A partir desse

⁵¹ A disputa entre os dois grupos era tão forte que ganhou até apelido na cidade: os direitistas marianenses eram chamados de “percevejos”, enquanto os esquerdistas de “piolhos”. Uma das explicações para esses xingamentos diz que, pela baixa qualidade dos serviços públicos, como a saúde, não era rara a proliferação de insetos no espaço urbano. Constantes e asquerosos, não demorou muito tempo para os pequenos animais serem associados aos rivais partidários (CARNEIRO, 2014).

momento, Mariana voltou aos holofotes econômicos de Minas Gerais e do País com mais um grande êxodo que pode ser entendido como o novo ciclo minerador. A extração do minério de ferro ganhou significativo aumento nas décadas de 1970 e 1980, quando grandes empresas tomaram conta do negócio com apoio da ditadura militar. A primeira grande corporação, S.A. Mineração Trindade (Samitri), chegou à região em 1965. Com a Samitri, o crescimento populacional do município passou de 6.837 habitantes, em 1960, para 7.720, em 1970. Em 1977, Mariana recebeu a companhia Samarco, mineradora que trouxe um fluxo de pessoas bem mais significativo que o da década precedente. Sendo assim, a população subiu para 12.853 ainda no final da década de 1970. No ano de 1979, foi a vez da Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, se instalar e contribuir ainda mais para esse crescimento contínuo (SOUZA JÚNIOR, 2005).

Dessa movimentação econômica surgiram os conflitos sociais modernos que contemplaram, de forma genérica, as disputas⁵² entre os moradores tradicionais e os novos habitantes que vieram trabalhar na mineração. A vinda das grandes empresas remarcou e acentuou as desigualdades sociais marianenses, já que o crescimento da cidade se deu de forma desordenada, desequilibrada e acelerada. Esse novo marco desencadeou complexidades socioculturais que endossam a fala de Harvey (2012) ao afirmar que: “A urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos” (HARVEY, 2012, p. 74).

Influência e poder de instituições civis, culturais e religiosas, exploração da força de trabalho, desigualdade socioeconômica, imigração des-

⁵² Souza Júnior (2005) cita três grupos que podem ser enquadrados como os principais articuladores das disputas modernas da cidade: os moradores tradicionais residentes do centro histórico; os trabalhadores das mineradoras (que podem ser reclassificados em dois outros grupos: os de padrão econômico relativamente mais elevado e os de condições inferiores); e a população oriunda da zona rural. Outros grupos também podem ser incluídos, como os moradores do distrito de Bento Rodrigues que se mudaram para a sede de Mariana após o rompimento da barragem da mineradora Samarco, tragédia ocorrida em 2015, e os próprios universitários, que chegaram ao município com a criação de cursos da UFOP, a partir de 1979 e, posteriormente, com uma nova expansão, em 2008. O terceiro capítulo do livro vai retomar essa ideia dos grupos, na perspectiva do *Jardim*.

compensada, disputas políticas, apropriações espaciais, silenciamentos e resistência são algumas das possíveis chaves para se discutir as permanências e as rupturas em Mariana. Mesmo que seja possível discorrer sobre certos avanços e mudanças de ordens política, social, jurídica, econômica, e mesmo geográfica, não parece absurdo arriscar em dizer que ainda há muitas questões enraizadas e atravessamentos provenientes desde o surgimento do Arraial de Mata Cavalos, passando pela Vila do Carmo, e pela ideia de cidade moderna. Sobre esses apontamentos, é preciso deixar claro que o entendimento sobre a dinâmica urbana do município tem a ver não apenas com questões da ordem física, mas também com o simbólico, bem como as forças concorrentes dos agentes sociais. Ou seja, as relações econômicas, de classe e de poder não devem ser tratadas como algo descolado da espacialidade e da temporalidade. Com isso, melhor dizendo nas palavras de Carlos (2007), entender o “espaço geográfico enquanto produto histórico e social abre perspectivas para analisar as relações sociais a partir de sua materialização espacial, o que significa dizer que a atividade social teria o espaço como condição de sua realização” (CARLOS, 2007, p. 41).

Assim, essa contextualização traz as dimensões do passado, mas, sobretudo, do presente. Uma experiência endossada por pesquisas em documentos que revela mais o que se mantém (mesmo que de maneira diferente) do que o que se rompe na sociedade marianense. Agora resta saber como se dá a experiência histórica do *Jardim* e de que maneira esse espaço – ao ser construído pelas narrativas “oficiais” – pode representar as alegorias do tempo dele mesmo e do município. Ou seja, diante do que já foi apresentado sobre Mariana, qual papel a Praça cumpre enquanto epicentro? E, em quais condições se revela a sociabilidade do *Jardim* perante a construção histórica? Parafraseando Serpa (2018b) em suas análises sobre a funcionalidade de um parque urbano de Paris na França, “longe de neutralizar as dissonâncias urbanas, ele é o espelho que as reflete” (SERPA, 2018b, p. 79). Aqui nesse trabalho, o “ele” refletido da cidade se traduz no *Jardim*.

1.4. Formação socioespacial da Praça estritamente pública

Apesar de ser um espaço de extrema importância para a reflexão sobre a dinâmica social de Mariana, o *Jardim* possui poucos estudos voltados diretamente a ele. Pelo menos essa foi a percepção ao tentar investigar sua formação e desenvolvimento diante da curiosidade proporcionada por aquelas observações da adolescência, pelo olhar comunicacional sobre a imprensa local, pelos relatos de antigos moradores e, obviamente, pela proposta da pesquisa em questão.

Talvez por ser estritamente público desde sua origem (sem grandes amarras geográficas da igreja ou de uma casa civil, por exemplo), o *Jardim* não tem sua história acessível e declamada de forma tão clara, objetiva e formal como, por exemplo, os espaços que acoplam monumentos católicos, das esferas do executivo, legislativo, judiciário e das elites marianense, quase todos exaltados em roteiros turísticos e também referenciados em boa parte da bibliografia estudada neste trabalho para tratar do tópico sobre a formação socioespacial da cidade. Fonseca (1998), inclusive, mostra a imprecisão de informações sobre o *Jardim* ao afirmar que “não te sem referência sobre a criação e delineamento deste logradouro, sobre a data e a origem de seu risco regular, que pode ter sido feito ainda no tempo da vila” (FONSECA, 1998, p. 38).

Estritamente público, porque pelo o que é apresentado no livreto: “História da Praça Gomes Freire: o *Jardim* de Mariana” – rara obra dedicada exclusivamente ao assunto – a área onde hoje se encontra a Praça se desenvolveu, ainda no período colonial, atrelada ao rossio (nome dado para terrenos concedidos pela Coroa Portuguesa – detentora das terras da colônia – às Câmaras locais. Uma parte dessas terras podia ser destinada ao uso comunitário, como pastos, roças e reservas de lenha, enquanto outras eram concedidas aos próprios moradores em forma de lotes). Assim: “Era ali, no limite do rossio, que paravam os cavalos e as pessoas se preparavam para entrar ou sair da vila, desenvolvendo nesse

espaço uma tradição de apropriação informal, um espaço popular” (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010, p. 13).

De espaço interligado ao rossio, aquele descuidado campo passou a receber, com o decorrer dos anos, festas populares chamadas “cavalhadas⁵³” entre outras cerimônias de cunho profano, “certamente proibidas no mais diminuto Largo da Matriz” (FONSECA, 1998, p. 38) – local regulado pelo arcebispado e onde hoje se encontra a Praça da Sé de Mariana. Essa característica popular pode ainda ser espelhada na literatura local. No livro: “Lendas Marianenses” – obra em que o escritor e jornalista Waldemar de Moura Santos⁵⁴ (2012) mistura ficção, fatos históricos e artigos opinativos – o *Jardim* é retratado em duas oportunidades. A primeira como palco de montagem do primeiro circo⁵⁵ em Mariana, ainda no período colonial, no divertido conto: “Preto no Branco”. Dentro da estória, a Praça é descrita enquanto destino dos “espetáculos noturnos” (SANTOS, 2012, p. 136) de grande audiência do município. Já a segunda no melancólico artigo: “Trágico Troféu”, em que uma Mariana do passado é narrada nostálgicamente em contraste com um momento deteriorado da cidade, provavelmente, oriundo do período de estagnação econômica acarretado pelo fim do ciclo do ouro. Nesse texto, o autor cita algumas cenas banais de sociabilidade da Praça, como na fala: “Gente andando, sentada, parada, pares amorosos buscando as sombras, grupos juvenis e de jogadores de futebol discutindo os últimos resultados de partidas que terminam sem os clássicos sururus [...]” (SANTOS, 2012, p. 177).

Ainda sobre o passado da Praça, se o território próprio do *Jardim* caracterizou-se em sua formação enquanto espaço popular, até mesmo

⁵³ Alves, Figueiredo e Paiva (2010) explicam que cavalhadas era um tipo de manifestação cultural que representava a luta dos cristãos contra os mouros. Nesses eventos existiam simulações de combate entre cavaleiros com lanças e argolas. Já Vasconcellos (1947) afirma que dentro dessa cerimônia era comum a realização de touradas em comemoração ao “nascimento ou casamento dos sereníssimos príncipes ou princesas reais, pela entrada dos governadores e por outros acontecimentos retumbantes da época” (VASCONCELLOS, 1947, p. 39).

⁵⁴ O autor é um dos fundadores da Academia Marianense de Letras, instituição criada em 1962.

⁵⁵ Alves, Figueiredo e Paiva (2010) pontuam essa função da Praça na afirmação de que o *Jardim*, em um determinado período de sua constituição, foi “um simples campo descuidado, onde as companhias de circo de cavaleiros acampavam para espetáculos noturnos” (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010, p. 15).

com a construção de um tanque de água para cavalos⁵⁶ e de um chafariz⁵⁷ de repuxo para usos coletivos (edificado em 1749), o seu entorno, em contraposição, se elitizava. O “Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana” dá o tom das ocupações das quadras laterais ao afirmar que capitães e tenentes-coronéis do destacamento militar, padres, comendadores, advogados, ouvidores, políticos, donos de minas, o próprio Gomes Freire de Andrade⁵⁸, e outros personagens “maiorais dos primeiros tempos” (VASCONCELLOS, 1947, p. 39) eram as principais figuras que residiam nos casarões próximos à Praça. Localizado na Travessa São Francisco (pouco acima da Travessa João Pinheiro), o palácio do conde de Assumar⁵⁹, morada entre os anos de 1717 e 1720 de D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, um dos governantes indicado pela Coroa Portuguesa para comandar a capitania de São Paulo e Minas de Ouro, talvez seja o maior exemplo dessa elitização paralela.

Um acontecimento curioso resultante dessa dicotomia entre o caráter estritamente público do *Jardim* e as moradas da redondeza foi a tentativa de construir por lá, em meados do século XVIII, o edifício da Casa da Câmara e cadeia como forma de enobrecer ainda mais a área.

⁵⁶ O tanque que servia como bebedouro para cavalos existe até os dias de hoje, apesar de não ser mais utilizado para tal fim.

⁵⁷ Esse chafariz foi o primeiro a receber, em Mariana “as águas do aqueduto subterrâneo. Entre desmontes, construções e reparos sofridos, essa obra pública ocupava um espaço de exímia importância na vida urbana” (TEDESCHI, 2016, p. 131).

⁵⁸ Não está claro se o autor está falando de Antônio Gomes Freire de Andrade (1685-1763), 1º conde de Bobadela e governador da capitania de Minas Gerais, ou do Dr. Gomes Freire de Andrade, médico, político e professor. O que se sabe é que o homenageado do espaço chegou a morar em um sobrado próximo à Praça, onde hoje se localiza a sede atual do Marianense Futebol Clube; e que os primeiros governadores da capitania também chegaram a viver no entorno da Praça (LEFÈVRE; VASCONCELLOS, 1968).

⁵⁹ Para além da questão de elitização do espaço ao redor da Praça, a chegada do conde de Assumar também direcionou um uso peculiar do *Jardim*. A pedido do conde, em 1719, Vila do Carmo recebeu de Portugal duas companhias de dragões, que foram encarregadas dos serviços de guarda, patrulha, e, principalmente, para fazer respeitar as leis vigentes do governo que ali se instalava. Assim, um quartel foi construído (onde hoje se localiza a Praça Minas Gerais) para abrigar as duas companhias e o espaço do *Jardim* foi usado, nesse período, como pátio para adestramento e pasto dos cavalos das tropas (CASIMIRO, 2017). É importante situar que os dragões do conde foram os responsáveis por sufocar a Revolta de Vila Rica (atual Ouro Preto), também conhecida como Revolta de Filipe dos Santos, no ano de 1720. Sobre esse fato histórico, o poeta José Sebastião Ferreira (1996) escreveu um texto, curiosamente, com o título de “*Jardim*”. O poema exclama: “Nos tempos do / Filipe dos Santos / pastavam aqui / cavalos do / Conde de Assumar. / (Cavalos bem cuidados, / cor de marfim.) / Hoje, / resta a ferradura / que emoldura / o espelho d’água / deste imponente *Jardim*” (FERREIRA, 1996, p. 41).

Ideia refutada em seguida já que o entorno da então Praça D. João V⁶⁰ naquele momento se encontrava quase totalmente ocupado (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010). Desse modo, com a não efetivação de uma forte casa da ordem civil, impossibilitada, ironicamente, pelas moradias de imponentes nomes da sociedade, e sem uma igreja de referência direta, o *Jardim* pôde ser formado um pouco mais distante dos poderes político e religioso, se comparado, obviamente, aos outros espaços públicos da cidade, como as já comentadas Praça da Matriz (atual Praça da Sé), símbolo do sagrado, e a Praça Minas Gerais – localidade que abriga os conjuntos arquitetônicos: Câmara de Mariana, Pelourinho⁶¹, e igrejas de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco de Assis.

Dessa maneira, com essa organização espacial em que cada largo⁶² ocupou, de certa forma, uma funcionalidade na dinâmica da cidade, o *Jardim* seguiu ao longo dos anos por se caracterizar enquanto brecha espacial de apropriações populares e plurais, como aponta o botânico e naturalista francês Saint-Hilaire (1975) em uma descrição comparativa entre praças (Minas Gerais e *Jardim*) realizada em sua viagem à Mariana na época⁶³ do Brasil colônia, quase imperial:

É no meio da praça da Cadeia que está a coluna encimada pela esfera dourada que indica ser a cidade sede de uma jurisdição. Essa praça é pequena e quadrada. Um dos seus lados é formado pela casa da câmara [...], dois dos outros lados são ocupados por outras tantas igrejas. A praça chamada das Cavalhadas é um quadrilátero alongado e coberto de grama; é lá que nos festejos públicos se fazem as corridas a cavalo e os torneios (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 79).

⁶⁰ O espaço já teve vários nomes, como Largo das Cavalhadas, Largo do Rocio, Largo do Chafariz, Praça D. João V e Praça da Independência. Denominou-se Praça Gomes Freire quando Mariana recebeu o título de Monumento Nacional, em 1945, em um decreto assinado pelo então presidente do Brasil, Getúlio Vargas. Como já afirmado, a Praça é hoje mais conhecida como *Jardim* do que pelo seu nome oficial.

⁶¹ Segundo Antunes e Silveira (2016), o Pelourinho “constituía um instrumento e um testemunho da justiça municipal, assim como a prisão e a força” (ANTUNES; SILVEIRA, 2016, p. 26). Nele liam-se as determinações jurídicas, expunham-se os criminosos e também se aplicavam as penas corporais. Nas alegorias do Pelourinho de Mariana eram representadas tanto as armas do rei, quanto as da cidade – simbolismo que expressa um pouco da efusão de forças entre a metrópole e a cidade.

⁶² Ver mais sobre as principais praças do centro de Mariana em Morais e Silva (2017).

⁶³ O roteiro percorrido pelo naturalista em Minas Gerais se deu entre os anos de 1816 e 1822.

Outra situação relacionada às esferas do público e do privado nas redondezas do *Jardim* ocorreu por volta de 1795, quando a Câmara local decidiu iniciar uma obra destinada para regular e aformosear a Praça. Segundo revela um estudo de Tedeschi (2016), o motivo dessa reorganização espacial foi a falta de alinhamento entre as esquinas onde fixavam algumas moradias. A autora explica que:

Conforme descrevem os oficiais locais, a habitação de Joana Jacinta “corria para o centro da praça”, fora do “ângulo correspondente” à esquina, onde estava a casa de Rita Eufrázia. Após alguns anos de insistência, o Senado conseguiu convencer Joana Jacinta, a qual aceitou que tirassem “semelhante obstáculo”, com a condição de que o governo local fizesse a casa da mesma forma para os fundos do terreno [...] (TEDESCHI, 2016, p. 132).

Através desse rastro histórico é possível supor que a apropriação privada ao redor do *Jardim*, se, por um lado, impediu a presença de algumas instituições das quais poderiam exercer algum grau de interferência direta ou até de controle em sua sociabilidade, por outro colocou certo risco de diminuição ou mesmo de extinção da área pública, já que algumas residências chegaram a ameaçar as divisas próprias da Praça.

Além da variedade de nomenclaturas, o *Jardim* recebeu ao longo do tempo um leque de remodelações infraestruturais que seguiram certas tendências urbanísticas e que influenciaram diretamente nas interações do espaço. A principal delas, o ajardinamento⁶⁴, foi iniciada no final do século XIX. Essa noção de “praça-*Jardim*”, ideia que ocorria Brasil afora naquele período, “torna-se um ícone social do espaço urbano” (ROBBA; MACEDO, 2010, p. 11), uma vez que era preciso inaugurar novas práticas que se diferenciavam do ambiente colonial e imperial e, com isso, para além da vida religiosa, civil, comercial e militar, as praças começaram a serem entendidas também enquanto espaço voltado para as

⁶⁴ Atas da Câmara indicam que o ajardinamento do espaço foi requerido em 16 de dezembro de 1892 pelo engenheiro João Baptista Bembi e aprovado no dia 17 de dezembro do mesmo ano (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010).

atividades de recreação, do lazer contemplativo⁶⁵, dos passeios e dos encontros (ROBBA; MACEDO, 2010).

Na virada para o século XX essa transformação arquitetônica fez o *Jardim* ganhar ainda mais contornos e organização visual, com o traçado dos caminhos retilíneos em contraposição às árvores já firmadas e com a construção do coreto central, em 1937 (PREFEITURA, 2010). Em relação à iluminação pública, decisiva para o aumento do período de apropriação da Praça e, conseqüentemente, para o surgimento de novas formas de sociabilidade, destacava-se até então o uso das lanternas de carbureto – questão que teve como ponto de virada a chegada da energia elétrica na cidade de Mariana, também no ano de 1937⁶⁶ (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010, p. 21). Esses novos formatos de modernização do *Jardim* também foram destacados em apontamentos do livro: “Minas: cidades barrocas”, onde os autores descrevem que:

A praça central é notável por seu ajardinamento ao gosto do século XIX. Canteiros e árvores, coreto, lago, flores e aléias sinuosas lembram crianças sorrindo. Um chafariz marca um de seus cantos, junto à casa ocupada pelos primeiros governadores da capitania em trânsito (LEFÈVRE; VASCONCELLOS, 1968, p. 33).

Em meio a todas essas mudanças, para além das relatadas disputas entre classes, etnias e a própria tensão sobre a divisão do espaço público envolto às construções privadas, o *Jardim*, já na década de 1950, protagonizou uma nova dinâmica espacial: a de gênero. Alves, Figueiredo e Paiva (2010) explicam que:

⁶⁵ Essa ideia do lazer contemplativo do *Jardim* também é encontrada na literatura marianense contemporânea. Aldravistas (movimento artístico nascido e lançado na cidade no ano de 2000 que, ao se tratar de poemas, caracteriza-se em um formato de seis palavras, uma para cada verso) dão pinceladas de uma Praça onde se observa a natureza: “*Jardim* / suspenso / sob / holofotes / deslumbrante / miosótis!” (BICALHO; RÔLA, 2016, p. 14); e a musicalidade: “banda / no / coreto / sonata / em / alegreto” (BICALHO; RÔLA, 2016, p. 17).

⁶⁶ Essa data é divergente da de Costa (2012). Em pesquisa sobre mudanças ocasionadas em Mariana após a primeira República, a autora aponta que a iluminação elétrica da cidade se deu antes, em 1918.

A Praça era contornada por ciprestes, conforme pode ser observado em fotografias da época. Esses ciprestes formavam um ambiente fechado, que acabou propiciando condutas malvistas pela sociedade da época. Aparentemente, a Praça nessa época transformou-se em reduto masculino, pois em entrevistas informais, moradores da cidade declararam que a Praça [...] não apresentava ambiente apropriado para “moças de boa família” (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010, p. 25).

Ainda segundo as autoras, esse movimento arquitetônico machista não durou muito tempo, se desfazendo com a retirada dos ciprestes e com o refinamento maior do ambiente, desenvolvido em um traçado mais aberto, a partir da década de 1960.

Já em relação ao seu passado recente, os rastros históricos da Praça – que podem ser considerados escassos de um ponto de vista geral – perdem ainda mais referências, principalmente, pelo fato da única obra dedicada exclusivamente ao espaço encerrar as suas investigações, justamente, no episódio dos ciprestes. Mas, ao vasculhar o artigo: “Mariana: da cidade patrimônio à cidade partida”, é possível visualizar o *Jardim* – neste caso, o dos anos de 1990 – em uma chave mais ligada à vivência do autor. Neste trabalho, Souza Júnior (2007) usa a Praça para apresentar, em suas explanações introdutórias, uma espécie de síntese sociológica do município daquele período, com um recorte que engloba as suas primeiras impressões enquanto turista até as reflexões mais aprofundadas como estudante e morador de Mariana, em um segundo momento.

Assim, o *Jardim* das lembranças primárias do autor visitante, ocorridas no ano de 1996, era “uma bucólica praça – dessas de cidade pequena, com um coreto no meio” (SOUZA JÚNIOR, 2007, p. 148) onde “reuniam-se mulheres que conversavam calmamente em seus bancos, enquanto as crianças brincavam em volta dos jardins e com peixes que adornavam o chafariz.” (SOUZA JÚNIOR, 2007, p. 148). Já o *Jardim* descrito posteriormente, no ano de 1997, “mostrava-se, aos finais de semana, como um dos lugares mais marcados pelas diferenças da cidade” (SOUZA JÚNIOR, 2007, p. 149). Com esse entendimento, Souza Júnior (2007) desdobra a ideia de que:

Nos fins de semana, em especial aos domingos, a população egressa da missa das seis da tarde segue em direção à praça. Após circular por algum tempo, e encontrar os amigos, reúne-se nos bares que ficam no seu entorno. Neste momento é impossível não perceber, mesmo para os olhos mais desavisados, a marcante divisão do espaço da praça. No lado de “cima” – que aqui não indica altura, pois a praça fica em terreno plano – dispõem-se pessoas predominantemente “brancas”, enquanto na parte de “baixo” os rostos mestiços formam a ampla maioria. No lado de “cima” existem dois bares: um congrega a população adulta e, invariavelmente, toca MPB; o outro reúne jovens e adolescentes, quase sempre embalados por uma banda de rock cantando as últimas das paradas de sucesso. Já na parte de “baixo”, que também conta com dois bares, o som predominante é o *funk*, entoadado de cor e a plenos pulmões pelos que ali se aglomeram. Era um espetáculo intrigante ver que, mesmo sem nenhuma linha física que dividisse o espaço da praça, a mesma estava partida, sem que nenhum dos integrantes de cada um dos lados tentasse “invadir” o espaço do outro; o entendimento era tácito. Os únicos destoar de tal ordem eram os estudantes, que frequentavam ambos os lados, mas sendo rejeitados igualmente pelos dois (SOUZA JÚNIOR, 2007, p. 149).

Com esses detalhamentos de ordem pessoal, Souza Júnior (2007) ratifica ainda mais o entendimento de que, apesar de todas as modas, pressões e remodelações urbanísticas, e de todo o contexto histórico e social do município ao longo do tempo, o *Jardim* foi se “constituindo sempre [como] um importante lugar de sociabilização de Mariana” (FONSECA, 1998, p. 38) – aqui defendido como o centro vivido (SERPA, 2018a) da sociabilidade marianense, mesmo que isso aponte para as barreiras invisíveis.

1.5. Levantamento imagético da Praça

Compreender e analisar a sociabilidade do *Jardim* perante os rastros das pesquisas documentais e das obras literárias faz parte do leque de

objetivos que o livro visa a contemplar, enquanto possibilidade de atravessamentos da Praça e, conseqüentemente, da sociedade de Mariana. Entretanto, sobretudo para quem desconhece o epicentro *in loco*, se faz necessário, para além do que é escrito, o acesso a um apanhado imagético histórico, porque os acervos de imagens também são formas de experimentar o *Jardim*, ou, como afirma Ginzburg (2012): “A fotografia é o rastro de um momento do tempo e, como tal, ela é uma cifra; o que ela diz sobre o que ocorreu é uma imagem mínima, uma miragem que precisa ser reinterpretada” (GINZBURG, 2012, p. 114).

Dessa maneira, com a realização de buscas em diversos bancos fotográficos disponíveis na cidade – tanto de ordem pessoal quanto de consultas em instituições públicas e privadas – este tópico apresenta algumas fotos que têm como finalidade revelar mais resíduos desse espaço estritamente público e tensionado da dinâmica histórica.

1.5.1. As primeiras imagens do *Jardim*

Com todas as dificuldades provenientes em datar o material, é ariscado assegurar quais são, de fato, as primeiras imagens do *Jardim* de Mariana. Entretanto, a partir da correlação feita com a pesquisa textual, presume-se que as captações pioneiras da Praça se deram quando ela ainda era um campo, passando para um espaço sem traçado regular – ou seja, em momentos anteriores ao seu processo de ajardinamento desenvolvido no final do século XIX e início do século XX. Essas fotos não revelam a movimentação cotidiana dos usuários e a sociabilidade ali suscitada de forma explícita, mas apontam para indícios importantes, como a presença dos grandes casarões ao redor da Praça, além das igrejas de outras ruas ao fundo, sem demarcações geográficas diretas ao *Jardim*.

Figura 10: Vista parcial da antiga Mariana com o *Jardim* ainda como um campo.



Foto: autor desconhecido. S.d.

Fonte: Arquivo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Figura 11: O campo do *Jardim* com as igrejas da Praça Minas Gerais ao fundo.



Foto: autor desconhecido. S.d.

Fonte: Arquivo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Figura 12: O *Jardim* das primeiras árvores, mas sem traçado regular.



Foto: autor desconhecido. Data: provavelmente década de 1890 (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010).
Fonte: Arquivo Joaquim Oscavo.

Figura 13: O *Jardim* das cercas laterais.



Foto: autor desconhecido. Data: provavelmente década de 1890 (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010).
Fonte: Arquivo Joaquim Oscavo.

1.5.2. O *Jardim* ajardinado

Após o processo de ajardinamento, com a construção dos lagos, bancos e coreto, com a organização das plantas, das árvores e dos canteiros, entre outros elementos característicos, a Praça incorporou um aspecto imagético mais focado em sua formosidade. Inclusive, parece haver uma preocupação estética maior dos próprios fotógrafos da época em relação às escolhas dos ângulos e à qualidade das produções. O *Jardim* até chega a ser retratado como cartão-postal de Mariana, ou seja, o espaço como compositor de um imaginário daquilo de melhor que deveria ser mostrado da cidade para o restante do País.

Entretanto, apesar de uma construção visual focada na beleza ajardinada, as imagens também apontam (pelo menos uma delas) para algumas exclusões arquitetônicas do período em questão que, inclusive, foram retratadas no tópico anterior. É o caso específico da colocação dos ciprestes que acarretou à Praça um traçado mais fechado dificultando, assim, a circulação das mulheres, conforme revelam os rastros históricos. Dessa forma, mesmo sem denotar a presença de frequentadores, esse tipo de imagem traz consigo a possibilidade de enxergar os vestígios divisórios do *Jardim* ajardinado.

Figura 14: O *Jardim* como cartão-postal de Mariana.

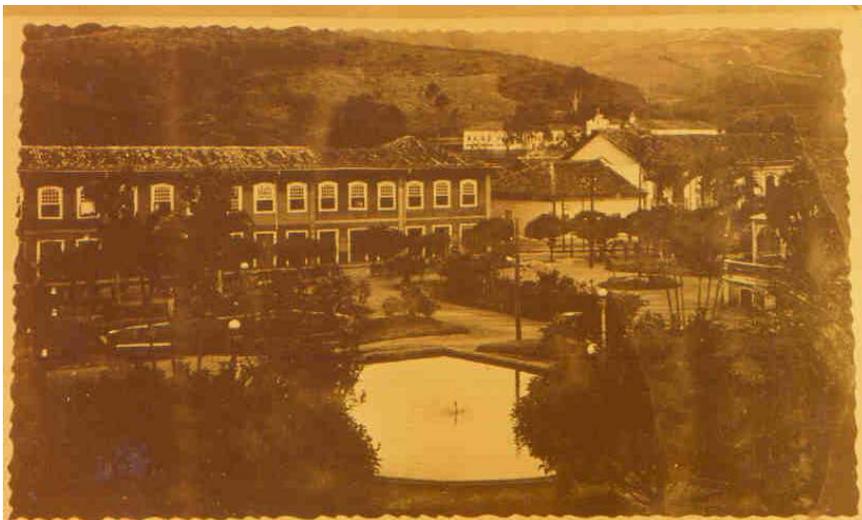


Foto: autor desconhecido. Data: posterior ao ano de 1945 (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010).
Fonte: Arquivo Joaquim Oscavo.

Figura 15: Coreto do *Jardim* com o morro de São Pedro ao fundo.



Foto: autor desconhecido. S.d.
Fonte: Arquivo Márcio Eustáquio.

Figura 16: O *Jardim* regulado pelos ciprestes.



Foto: autor desconhecido. S.d.
Fonte: Arquivo Élcio Rocha.

Figura 17: O *Jardim* sem ciprestes.



Foto: Zé Lima. Data: provavelmente década de 1970.
Fonte: Arquivo Lauro Soares.

1.5.3. A sociabilidade do *Jardim* atravessada pelas imagens

As imagens antigas do *Jardim* não focam apenas o espaço geográfico em si. Existe uma série de fotografias que registrou acontecimentos coletivos de apropriação dos usuários e até cenas de cunho pessoal. A experiência imagética complementar da Praça da História revela que aquele espaço foi, ao longo do tempo, palco de eventos importantes para a vida social marianense, como as apresentações musicais e os desfiles de carnaval. Em uma das imagens da banda de música é interessante se atentar ao controle dos corpos, em posições ensaiadas, além de uma espécie de vigília de homens religiosos – o que traz um importante indício de que, apesar de não existir uma igreja geograficamente posicionada no *Jardim* e do espaço ser constituído como público e destinatário das festas populares, a religiosidade da cidade conseguia ser transposta no meio disso tudo. Em outras palavras, sagrado e profano no horizonte citadino não se dividem de forma tão clara, como a história documental induz. As figuras religiosas também estão presentes no registro da inauguração do busto do Dr. Gomes Freire.

As imagens da farra carnavalesca – todas posadas – já apontam para certa dimensão de classe e também étnica, na medida em que os fotografados são em sua maioria pessoas brancas. Aqui cabe perguntar: onde estão os negros no carnaval marianense? Uma das imagens, inclusive, se remete às crianças associadas ao Marianense Futebol Clube – entidade ligada à elite local. Do ponto das divisões de gênero, as revelações das imagens compactuam com a construção histórica textual, uma vez que há várias ocasiões em que homens adultos posam em grupo e até individualmente em poses confortáveis, enquanto, nas investigações em acervos, apenas uma foto de mulheres desfrutando a Praça foi encontrada.

Há ainda duas imagens em que a sociabilidade do *Jardim* se transparece numa perspectiva espontânea dos fotografados. A primeira apresenta crianças brancas sentadas em grupo no gramado da Praça, o que

parece ser uma organização para alguma brincadeira, enquanto outra criança, aparentemente, negra, é vista mais afastada e desolada dessa suposta reunião. Já a segunda revela um *Jardim* em cores – de um passado mais recente – que chama atenção para a variedade de biótipos de frequentadores em um mesmo quadro: quatro crianças com uniforme escolar cruzam com um menino vestido apenas com uma sunga (ou seria uma cueca?). Na mesma cena, um homem com vestimentas características do meio rural atravessa outra área do *Jardim*, enquanto o fundo revela pessoas de pernas cruzadas sentadas em um dos bancos da Praça, possivelmente, proseando em meio ao cotidiano. De todas as descobertas ligadas aos rastros imagéticos, talvez essa foto seja uma das que mais tem potência para revelar a pluralidade e a complexidade desse espaço, que é estritamente público pela experiência histórica.

Figura 18: Banda no *Jardim*.



Foto: autor desconhecido. Data: provavelmente década de 1910 (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010).
Fonte: Arquivo Joaquim Oscavo.

Figura 19: Aniversário da Banda União XV de Novembro no Jardim.



Foto: autor desconhecido. Data: 15/11/1937.

Fonte: Arquivo: Sociedade Musical União XV de Novembro.

Figura 20: Jovens fantasiados para a folia no Jardim.

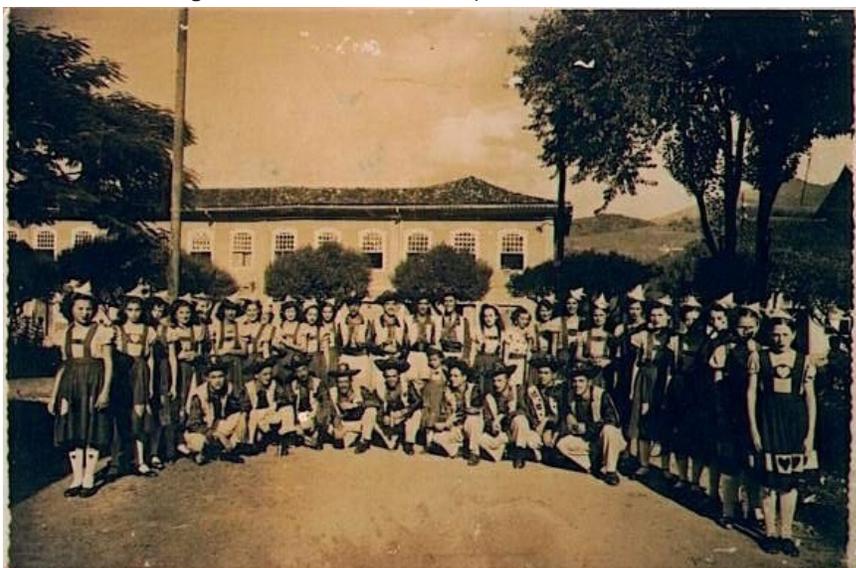


Foto: autor desconhecido. S.d.

Fonte: Arquivo Joaquim Oscavo.

Figura 21: Desfile de carnaval no *Jardim* com crianças associadas ao clube Marianense.



Foto: autor desconhecido. S.d.

Fonte: Arquivo Marianense Futebol Clube.

Figura 22: Homens passeando com bicicletas no *Jardim*.



Foto: autor desconhecido. Data: provavelmente década de 1950 (ALVES; FIGUEIREDO; PAIVA, 2010).

Fonte: Arquivo Joaquim Oscavo.

Figura 23: Homem posando à beira do lago do Jardim.



Foto: autor desconhecido. S.d.
Fonte: Arquivo Joaquim Oscavo.

Figura 24: Homens reunidos no *Jardim*.



Foto: autor desconhecido. S.d.
Fonte: Arquivo Élcio Rocha.

Figura 25: Homens posando com o coreto do *Jardim* ao fundo.



Foto: autor desconhecido. S.d.
Fonte: Arquivo Joaquim Oscavo.

Figura 26: Mulheres presentes no *Jardim*.



Foto: autor desconhecido. S.d.
Fonte: Arquivo Joaquim Oscavo.

Figura 27: O Jardim como lugar de passagem.



Foto: autor desconhecido. S.d.
Fonte: Arquivo Lauro Soares.

Figura 28: Grupo de crianças sentadas na grama do Jardim com outra criança sozinha.



Foto: autor desconhecido. S.d.
Fonte: Arquivo Márcio Eustáquio.

Figura 29: Inauguração do busto do Dr. Gomes Freire.



Foto: autor desconhecido. Data: 16/07/1972.

Fonte: Arquivo João Oscavo.

Figura 30: Atravessamentos do *Jardim* em cores.

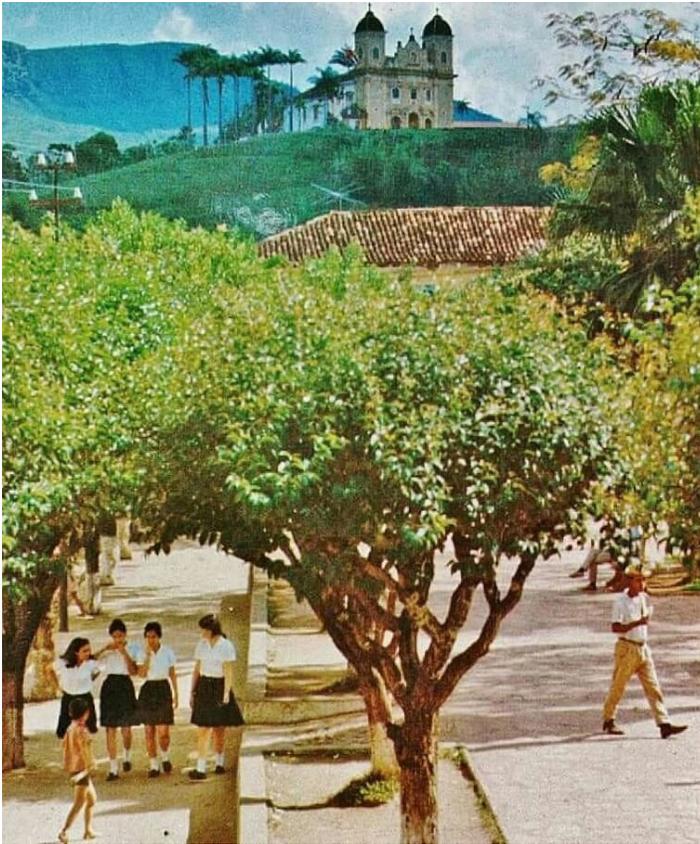


Foto: autor desconhecido. S.d.
Fonte: Arquivo Lauro Soares.

1.6. O *Jardim* da História como perspectiva macro do estritamente público

Retornando às questões conceituais, é importante frisar que a experiência relacionada ao *Jardim* da História, mesmo que escassa em termos quantitativos ou, talvez, exatamente por isso, o enquadra enquanto algo do estritamente público. Um contexto que apresenta um espaço que começa a ser apropriado junto ao uso comunitário de pastos, de roças, de reservas de lenha e de circulação; que se transforma em um campo des-

tinado às festas populares – em um arranjo diferenciado do qual outras praças da cidade detinham o civil e o sagrado – e que, mesmo com o seu processo de ajardinamento, e, conseqüentemente, com algumas tentativas de invisibilidade dos grupos minoritários, consegue se manter ao longo da história numa perspectiva plural de uso. Por meio dessa construção embasada em rastros históricos, chega-se, então, a uma gênese de uma praça pública, polifônica e, obviamente, carregada de tensionamentos e de episódios excludentes.

Entretanto, pelo fato do *Jardim* da História estar, em termos gerais, dentro de um universo de construção formal, documental e “oficial”, a experiência é revelada mais pelas perspectivas macro do que pelo o que é micro. Em outros termos, o recorte sobre as interações banais e amenas (citadas por Simmel, Maffesoli entre outros autores), sobre as práticas do cotidiano e até mesmo sobre os desdobramentos diante de conflitos (ANDRADE; JAYME; ALMEIDA, 2009) (ANDRADE; BAPTISTA, 2015), pouco são aprofundados. Apenas em algumas passagens narrativas de Santos (2012), Bicalho e Rôla (2016), e Ferreira (1996), permeadas pela literatura, além de Souza Júnior (2007), pelo relato de sua vivência pessoal, elementos mais próximos de um cotidiano vivido da Praça são apresentados. Mas, de uma maneira geral, o rastro histórico está ligado mais a uma ideia estrutural e institucional da constituição do *Jardim*.

Assim, o machismo, o racismo, os embates de classe e as tentativas de transformações direcionadas a um espaço privatizado e elitizado são tratados a partir de uma dimensão mais descritiva, genérica e “de cima para baixo”. Uma pincelada que impossibilita um desdobramento mais ativo relacionado aos casos de resistência e também à própria sociedade marianense. Essa questão pode ser pontuada pelos seguintes questionamentos: quem quis construir, em meados do século XVIII, o edifício da Casa da Câmara e Cadeia como forma de enobrecer a área? Como se davam as relações dos moradores “maiorais dos primeiros tempos” (VASCONCELLOS, 1947, p. 39) que residiam nos casarões próximos à Praça perante os outros frequentadores do espaço? Como se deram as primeiras movimentações noturnas na Praça, a partir das melhorias de

iluminação pública? De quem e com quais intenções partiu a ideia da colocação dos ciprestes no *Jardim* nos anos de 1950? E mais: quais forças foram determinantes para a retirada dessa vegetação em 1960? Portanto, nesses pontos, e em inúmeros outros que poderiam ser explanados aqui, a experiência oriunda dos rastros da História acaba por mostrar o que o macro costuma fazer com o micro: silenciamentos.

Outra pendência captada dessa perspectiva histórica se dá em termos de reflexões sobre o passado recente do *Jardim*. O livreto dedicado à Praça encerra suas descobertas sobre o espaço no início da segunda metade do século XX. O que vem depois é retratado apenas numa dinâmica pessoal com Souza Júnior (2007), em um trabalho em que o *Jardim* nem é o foco de sua pesquisa. Portanto, se no passado mais longínquo o sentido estritamente público do *Jardim* se deu pela sua origem atrelada aos usos populares desde o rossio, posteriormente, pela sua formação um pouco mais livre das amarras dos poderes políticos e religiosos, e, em seguida, pela resistência perante algumas tentativas de controle e apropriação do espaço, a Praça mais próxima do presente é uma incógnita em que a experiência por via documental, formal e literária não dá conta de alcançar. Com isso, abre-se a possibilidade de um novo questionamento que potencializa o seguimento dessa pesquisa: a ideia do estritamente público se mantém no passado-presente do Jornal e no cotidiano dos frequentadores? Se sim, quais são as dinâmicas dessas novas lógicas?

CAPÍTULO 2

2. O *JARDIM* DO JORNAL: A PRAÇA SEGUNDO A IMPRENSA LOCAL

2.1. Jornalismo: uma forma de narrar e experimentar a sociabilidade

Qual a razão de incorporar formas de experiência diante da sociabilidade do *Jardim* por meio do jornalismo? Para responder essa questão é preciso entender que a atividade jornalística está interligada diretamente às realidades urbanas. Ou seja, enxergar as interações de uma cidade, de um bairro, de um condomínio, de uma vila, de uma rua ou de uma praça passa, inevitavelmente, pelas leituras midiáticas, uma vez elas são, pelas suas articulações, propulsoras de um olhar sobre o espaço. Sobre esse entendimento, García Canclini (2002) afirma que os meios de comunicação, sobretudo o jornalismo, são os principais agentes que ajudam a construir esses sentidos urbanos, além dos debates sobre cidades, cidadanias e, conseqüentemente, sobre apropriação, legitimação e deslegitimação de usos. Segundo ele: “A imprensa jornalística foi o primeiro recurso tecnológico moderno para informar-se sobre a cidade. Sua aparição foi decisiva para a instauração da noção moderna de esfera pública” (GARCÍA-CANCLINI, 2002, p. 44).

A partir do momento na história da humanidade em que as interações pelo contato face a face já não davam mais conta de levar, exclusivamente, as informações sobre a vida social às populações que cresciam nas cidades modernas, a imprensa surge e assume pra si o papel de construtora de uma espécie de imaginário sobre o espaço e, especialmente, sobre as relações desenvolvidas nele. Em outros termos, o jornalismo é um produto, melhor dizendo, uma necessidade comunicacional da sociedade que ajuda a explicar as visões de mundo para as pessoas. Sánchez (2001), ao estudar a reinvenção da cidade diante dos processos de

globalização, corrobora com a ideia de que a imprensa e os demais meios de comunicação têm sido amplamente utilizados como veículos construtores de determinadas leituras sobre o urbano, e que tudo isso “intervêm decisivamente na criação de valores culturais e de representações sociais, que, por sua vez, promovem determinados comportamentos e formas de utilização dos espaços públicos” (SÁNCHEZ, 2001, p. 41).

É importante salientar que o entendimento sobre as interações não se dá apenas pela lógica midiática, uma vez que o espaço ainda se revela enquanto abrigo de comunidades e grupos interligados aos valores e aos sentimentos subjetivos que dão sentido às identidades e ao pertencimento. Ao discutir a atividade jornalística e a cidade, Temer (2014) enfatiza essa dualidade da imprensa com a sociabilidade ao reforçar que o jornalismo “dialoga com a sociedade nos dois sentidos: mostrando fatos, opiniões, temas e, conseqüentemente, influenciando a vida social em vários aspectos, mas também respondendo as mudanças sociais, aos assuntos e temas que a sociedade lhe apresenta” (TEMER, 2014, p. 140). Assim, o jornalismo representa, em suma, um diálogo social.

Entretanto, pelo domínio e pela condição de ampla abrangência da informação, os atravessamentos dos meios de comunicação que penetram, por inúmeras vias, essa vida social presente, não podem ser negados. Diante desse quadro, é indispensável entender a lógica constitutiva do jornalismo, pois é dela que se faz possível traçar os parâmetros para a reflexão sobre como acontece (ou não) esse diálogo social – que nesta pesquisa visa à sociabilidade do *Jardim* de Mariana. Portanto, antes de se chegar às análises sobre como se configura a experiência⁶⁷ da Praça por meio do Jornal, é preciso refletir para que serve o jornalismo e de que forma ele enquadra a realidade.

Como frisado anteriormente, a imprensa não é, simplesmente, o resultado dos avanços tecnológicos da sociedade moderna, mas, sim, um dispositivo que emerge das necessidades de comunicação de um mundo

⁶⁷ Recuperando um pouco do que já foi discutido sobre a noção de experiência, vale reforçar que ela é encarada nesta pesquisa pelo seu caráter social e pela sua dimensão objetiva e externa. Ou seja, o caminho jornalístico (assim como os dos rastros históricos e dos próprios frequentadores da Praça) faz parte de um movimento cercado de outros elementos operativos. E o texto jornalístico não se dá em sentido pronto, mas como um conjunto de entendimento em meio às formas de experiência.

firmado por grandes mudanças. França (1998) explica que o renascimento, os descobrimentos, o progresso das trocas bancárias, os estados modernos, os processos de urbanização das cidades, a alfabetização das populações e o desenvolvimento da ciência trouxeram consigo uma urgência de circulação das informações. É nesse contexto que surgem as primeiras publicações no final do século XVI e ao longo do século XVII em vários pontos da Europa. Contudo, foi a partir dos grandes jornais de baixo preço, criados em meados do século XIX, que se assume uma nova fase do jornalismo, em que o antigo caráter político-panfletário da imprensa dá lugar a uma nova concepção de relação com o público, marcada pela lógica comercial (FRANÇA, 1998).

E como esse jornalismo moderno se mostra na prática? Essa é uma pergunta que abre janelas para várias interpretações, mas, de uma maneira geral, é possível afirmar que o jornalismo tem como função principal narrar a realidade através das suas notícias. Como comenta Park (2008), a imprensa tem por objetivo nortear as pessoas no mundo real e, na medida em que consegue isso, “a notícia tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência na sociedade” (PARK, 2008, p. 69). Sobre essa questão, Traquina (2005) faz uso de uma simples indagação: “O jornalismo pode ser explicado pela frase de que é a resposta à pergunta que muita gente faz todos os dias – o que é que aconteceu/está acontecendo no mundo?” (TRAQUINA, 2005, p. 20).

É preciso ponderar que esse processo de construção das notícias não pode ser entendido como algo espelhado, assim como afirmavam as primeiras teorias da Comunicação. Mouillaud (2012) argumenta que a forma da imprensa relatar um acontecimento é apenas um fragmento extraído de uma totalidade que não pode ser jamais alcançada. O jornal é apenas um operador dentre um conjunto de operadores simbólicos e, portanto, “a informação não é o transporte de um fato, é um ciclo ininterrupto de transformações” (MOUILLAUD, 2012, p. 69). Com isso, produzir e promover o jornalismo “é destacar do real uma superfície, um simulacro [...] que vêm à frente com relação a um fundo sem imagem” (MOUILLAUD, 2012, p. 55).

Mas, mesmo ao levar em consideração que o texto jornalístico nunca será completo diante da realidade, e que, assim, alguns valores, como objetividade, verdade e imparcialidade, não passam de mitos da profissão, ele não deve invalidado. Isso porque, ao tratar dos fragmentos do acontecimento, o jornalismo, através de seus próprios procedimentos, de suas ferramentas, de seus interesses e disputas (ROSSI, 2007), inaugura uma espécie de construção do real que, vias de regra, tem ligação com a sociedade para qual ele se dirige. Ou seja, por mais que não sejam completas, as notícias possibilitam as trocas entre os sujeitos, uma vez que os ajudam a se situarem nos contextos de suas existências. E, com essa forma própria de narrar e de experimentar o mundo, “o jornalismo atende a necessidades básicas e desempenha múltiplos papéis na cena social” (FRANÇA, 1998, p. 35).

Ao pensar exatamente nas notícias como práticas de mediação simbólica, Marocco e Berger (2006) tentam se aprofundar no que é revelado e, ao mesmo tempo, ocultado por elas – chegando, com apoio do próprio Park e de Foucault, à ideia de controle social. Para as autoras – mesmo considerando que o jornalismo é um organismo vivo imerso em um processo contínuo de adaptação às necessidades sociais dos indivíduos e grupos (concepção Parkiana) – a mirada normalizadora das condutas da sociedade que o poder tenta operar por meio da imprensa não devem ser desconsideradas. Assim, muitas vezes, os jornais “oferecem evidências de como se pode apresentar casos de uma atividade desviada a fim de suscitar uma ampla reprovação pública e, em consequência, a coesão em torno da norma e da normalização social” (MAROCCO; BERGER, 2006, p. 8).

E são essas as brechas para se pensar o *Jardim* de Mariana, seus fluxos e a sociabilidade da vida cotidiana por meio da imprensa. Os vestígios da história revelam que, mesmo pressionada a se inclinar a determinados estados de exclusões em momentos e episódios específicos, a Praça continuou ao longo do tempo – tensionada na ideia das barreiras invisíveis e dos conflitos – a se apresentar em variadas funções. Com esse movimento, é possível levantar a suposição de que diversos grupos tomam posse do *Jardim* e demonstram ali a sociabilidade do espaço – o

que para uma forma de pensar pode gerar desconforto, desconfiança, insegurança e ódio, mas que para outra pode elevar o debate sobre coabitação, interação e convivência nas cidades. Enxergando sob a ótica do jornalismo, é preciso lançar como perguntas, entre várias outras questões, se essa noção do estritamente público dada pela experiência dos rastros históricos permanece; se as ações no espaço de alguns indivíduos, instituições ou grupos frequentadores são mais legitimadas que as de outros; e, se o Jornal se baseia em pautas de caráter includente ou excludente em relação à Praça. Em suma, é necessário tentar entender como a sociabilidade do epicentro é revelada pela experiência proporcionada pela imprensa, já que isso pode ter um peso sobre o *Jardim*, uma vez que a força potencial da mídia tem condições de significar e ressignificar as interações dos usuários da Praça; e também porque esse entendimento diz muito sobre o próprio Jornal, pois, pelo conteúdo analisado, será possível dimensionar as escolhas, os interesses e as amarras do veículo em relação ao espaço.

2.2. Jornalismo praticado no interior: babel conceitual e características

São várias as denominações para tratar do jornalismo praticado fora dos grandes centros urbanos. Jornalismo do interior, jornalismo local, jornalismo regional, jornalismo local-regional, jornalismo comunitário, jornalismo periférico, pequena imprensa, entre outros termos, se misturam enquanto sinônimos e também se distinguem em tentativas de diferenciação das realidades em uma série de estudos do campo. Peruzzo (2005) explica que com a globalização chegou-se a pressupor, em um primeiro momento, o fim da comunicação local e regional, mas o que aconteceu na verdade foi o contrário: uma espécie de retomada e de reforço dos meios por essas temáticas.

Segundo a autora, várias indagações sobre esses fenômenos vêm despertando o interesse de estudiosos que tratam de questões contempo-

râneas, como: “Por que há um revigoração da mídia local no contexto da globalização? O que é local? O que é região? O que é comunicação comunitária? Quais as fronteiras entre o comunitário, o local e o regional? Toda mídia local é comunitária?” (PERUZZO, 2005, p. 73). Apesar de levantar todas essas perguntas, a própria Peruzzo (2005) faz uso de um princípio sociológico defendido por Bourdin para defender como impossível a definição de fronteiras totalmente fixas entre o regional, o local e o comunitário, sobretudo, em relação aos meios de comunicação.

Ao pesquisar uma série de produções científicas com essa ótica, Aguiar (2016) chegou a encontrar 34 expressões diferentes de proposição conceitual, o que para a autora demonstra uma visão fragmentada do todo e a falta de uma construção mais aguçada e generalizável desse tipo de jornalismo. Desse modo:

Observa-se, em síntese, que as categorizações são predominantemente elaboradas a partir da análise de situações concretas, locais e regionais, e geralmente correspondem a escolhas de caráter estratégico do veículo, da empresa ou do próprio pesquisador, com raras elaborações de fundo epistemológico (AGUIAR, 2016, p. 19).

A partir dessa constatação, Aguiar (2016) lança comentários sobre questões ligadas diretamente à imprensa local e regional no Brasil. O primeiro deles é que, apesar dessa “babel conceitual” (AGUIAR, 2016, p. 40), os estudos voltados a esse tipo de jornalismo estão associados a duas relações principais: a de proximidade geográfica com o público, as fontes e os conteúdos; e o sentido de identidade das sociedades dos quais emergem ou são inseridos os veículos. Dessa maneira, o fazer imprensa nesses ambientes tem a ver com um bairro, uma comunidade, uma cidade, ou mesmo um aglomerado de municípios que são reconhecidos por um pertencer geográfico, sociocultural e histórico, ou mesmo político-administrativo. Fernandes (2013) reforça que:

Nos jornais do interior, há uma cumplicidade entre o leitor e a empresa jornalística. Nesse contrato, está implícito que a busca é pela informação local. Desse modo, os fatos noticiados ficam circunscritos às instituições governamentais do município (prefeitura, câmara de vereadores, associações de moradores, time de futebol, escolas e outras entidades) (FERNANDES, 2013, p. 116).

Ao mergulhar nesses estudos interioranos, Aguiar (2016) também entende que o jornalismo realizado fora dos grandes centros urbanos traz consigo maneiras próprias de agir. Em outros termos, o espaço condiciona a prática jornalística. Sobre essa visão, Dornelles (2010) afirma que a força do jornalismo local e regional está ligada diretamente ao que ela chama de “informação microscópica” (DORNELLES, 2010, p. 241). Os jornais se firmam por tratarem, por exemplo, “de pessoas conhecidas por seus nomes e apelidos, e não só pelo que fazem ou representam na sociedade burocrática” (DORNELLES, 2010, p. 241). Dentro dessa forma de pensar, também podem ser destacadas as colunas sociais que informam sobre casamentos, noivados, aniversários, nascimentos e viagens de pessoas comuns, além de outras estratégias usadas para informar o cotidiano e a sociabilidade interiorana.

Há ainda outro fator relacionado a essa abordagem singular do jornalismo do interior que tem a ver com a atuação própria do jornalista. Melo (2007) explica que a distância entre a vida social do profissional e da população tende a diminuir, uma vez que o jornalista, em muitos casos, conhece plenamente os espaços e as relações das quais produz seu conteúdo. A autora fundamenta que: “O jornalista do interior conhece [...] as cenas urbanas onde os fatos se dão: as ruas, as praças, as casas, mais do que compõem a cidade, compõem a constituição de sua história pessoal” (MELO, 2007). Diante disso, também é possível propor uma reflexão sobre a relação singular do próprio leitor com a imprensa local e regional, uma vez que, ao enxergar nas notícias a vicinalidade do seu espaço, abre-se o caminho para que os jornais sejam recorridos em anseios e reivindicações comunitárias, com objetivo de trazer soluções diretas para os problemas da localidade.

Mas nem tudo ligado ao aspecto da proximidade é positivo. Aguiar (2016) revela que, nas leituras realizadas sobre as várias pesquisas desse tipo de jornalismo, um fator problemático aparece recorrentemente: a relação constrangedora com o poder público local. Segundo ela, entre as especificidades negativas, estão “subordinação circunstancial ao poder em função de apoios econômicos; falta de uma postura investigativa; dificuldade de abrir o leque de fontes de informações [...]; ausência de aprofundamento da narrativa; debilidades de ordem técnica e financeira” (AGUIAR, 2016, p. 35). Ao comentar sobre essa prática, Peruzzo (2005) ressalta que um instrumento bastante utilizado são os *press-releases* que, ao serem emitidos pelas assessorias de comunicação das instituições, acabam, muitas vezes, sendo publicados pelos jornais sem as devidas checagens ao fato noticiado. Mas a autora faz uma importante ponderação ao afirmar que esse tipo de proximidade danosa “não se trata apenas de um problema da imprensa regional, mas nela parece que essas relações se tornam mais explícitas, justamente porque as possibilidades de confronto entre o fato e sua versão, por parte do leitor, são mais fáceis de acontecer” (PERUZZO, 2005, p. 78). Dessa constatação também podem ser acrescentadas as relações antiéticas entre a imprensa local e regional e o poder privado, uma vez que há cidades – como Mariana – em que o empresariado tem tanta força e influência quanto órgãos públicos, como Prefeituras e Câmaras. Ou não seriam as grandes mineradoras, localizadas em território marianense, entidades que também buscam orquestrar a ordem local?

Voltando à crítica conceitual sobre esse jornalismo e tentando enquadrar o termo à pesquisa, Aguiar (2016) é recorrida mais uma vez, para, em meio a esse quebra-cabeça, traçar algumas propostas tipológicas. Primeiramente, a autora acentua que o termo comunitário é uma expressão problemática por ter conotações diferentes conforme o contexto. Ela explica que “há uma grande diferença entre o senso comunitário típico das pequenas cidades (de até 30 mil habitantes) e a diversidade de ‘comunidades’ – e de seus interesses – em cidades do interior onde vivem mais de 1 milhão de pessoas [...]” (AGUIAR, 2016, p. 29). Além

disso, a expressão é atribuída a bairros populares e favelas em processo de reordenação urbana e social. Outro fator dessa variedade de entendimento é que o termo jornalismo comunitário também é uma expressão cunhada “no âmbito da educomunicação para designar práticas emancipadoras de ação comunicativa e apropriações midiáticas baseadas nas técnicas jornalísticas” (AGUIAR, 2016, p. 30).

Em um segundo momento, tratando diretamente da questão conceitual do local e do regional, a autora, com apoio de recortes espaciais e de escalas, aponta que (1) o local tem a ver com uma ideia que engloba desde a casa, a unidade habitacional e a rua, passando pelos bairros e comunidades rurais até a cidade; e (2) o regional parte do aglomerado de pequenas cidades, passando pelo aglomerado de pequenas cidades circulado por uma cidade polo, até as unidades da federação, ou seja, os estados.

Bueno (2013), outro autor que discute a imprensa atuante fora dos grandes centros urbanos, também realiza recortes espaciais ao reconhecer três tipos básicos de veículos interioranos: o jornal local “quase artesanal” (BUENO, p. 45, 2013), que se refere aos periódicos de baixíssima infraestrutura circulantes em uma cidade; o jornal local estruturado, que se desenvolve no mesmo espaço citadino, entretanto, de forma mais consolidada; e o jornal regional, que exerce, com mais poderio, sua abrangência e sua cobertura dentro de um conjunto de cidades. Para além dos critérios de espacialidade, o autor aponta características importantes de se pensar essas três classificações, como os números de funcionários, o nível de especialização dos empregados, as linguagens adotadas, as formas de sustento dos impressos – questão que reforça, mais uma vez, a complexidade de delimitar essas fronteiras.

Com o suporte de tudo o que foi discutido teoricamente neste tópico, e com a prudência de entender as dificuldades em se definir um tipo específico de imprensa fora dos centros urbanos, o *Jornal Ponto Final* será tratado neste trabalho como jornalismo local, pois, por mais que divulgue e circule, em casos específicos, notícias de municípios vizinhos⁶⁸, sua infraestrutura, suas lógicas de vendas, de sobrevivência, e, princi-

⁶⁸ Essa questão será ilustrada no tópico específico sobre o *Jornal Ponto Final*.

palmente, sua eloquência perante o público estão mais próximas de uma abrangência marianense. Em outros termos, por mais que o Jornal tente estender espacialmente a sua ponte com outras cidades, como Ouro Preto⁶⁹, o seu domínio se dá, efetivamente, em Mariana. Ainda sobre as reflexões expostas em relação a esse tipo de jornalismo, vale tentar entender – a partir do movimento analítico que está se formando neste capítulo – quais lógicas da imprensa interiorana cabem ou não no *Ponto Final*, como, por exemplo, as relações de proximidade com o espaço e com o leitor, e, sobretudo, com o poder público e privado.

2.3. Do primeiro jornal ao *Ponto Final*

Assim como foi importante ilustrar, mesmo que brevemente, a formação socioespacial de Mariana para se chegar à experiência histórica do *Jardim*, compreender como a imprensa mineira e local se configura ao longo do tempo também se apresenta como um caminho elucidativo para a pesquisa, pois permite visualizar o lugar social dos registros e as suas intencionalidades. Sobre essa questão, França (1998) frisa que: “A história de um jornal se escreve misturada à história de outros jornais e ao desenvolvimento da imprensa em uma sociedade” (FRANÇA, 1998, p. 101).

A história “oficial” mostra que o desenvolvimento da imprensa em Minas Gerais se deu tardiamente⁷⁰, comparado a outras regiões brasileiras – apesar do estado de ter sido uma das principais capitanias entre os séculos XVII e XVIII⁷¹ por conta das explorações minerais. Segundo Mendes (2012b), Minas foi apenas a sexta província do Brasil a produzir e a circular periódicos, ficando atrás de Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. Para o autor, uma das razões desse atraso foi o des-

⁶⁹ Em seu expediente, o *Ponto Final* deixa claro que sua circulação se dá em Mariana, Ouro Preto e região. Entretanto, como será evidenciado no tópico específico sobre o Jornal, essa lógica não é tão bem estruturada e continuada, o que acaba por revelar a concentração do periódico em Mariana.

⁷⁰ É importante ponderar que toda a imprensa brasileira, se comparada às Américas de colonização espanhola e inglesa, teve seu desenvolvimento tardio (MARQUES DE MELO, 2003).

⁷¹ Mendes (2012b) também argumenta que Minas Gerais “ficou para trás não apenas em relação ao surgimento dos primeiros jornais, mas em todas as fases da imprensa brasileira do século XIX” (MENDES, 2012b, p. 17).

locamento geográfico de poder no estado, fato que refletiu diretamente na dificuldade de criação de uma grande imprensa – primeiramente na concentração e desconcentração em Ouro Preto (1823⁷²-1885), posteriormente em Juiz de Fora (1885-1927) e, por último, em Belo Horizonte (1927 em diante). Ainda de acordo com Mendes (2012b), essas mudanças levavam a uma série de interrupções nos processos de desenvolvimento dos jornais, uma vez que “quando os periódicos começavam a se consolidar em um desses centros, este perdia importância e outra região ganhava destaque” (MENDES, 2012b, p. 22). França (1998) se esbarra nesse entendimento ao comentar que: “A história do jornalismo em Minas Gerais tanto se caracteriza pela quantidade de jornais que surgiram e desapareceram rapidamente como pela inexistência de grandes jornais e de um jornalismo vigoroso” (FRANÇA, 1998, p. 101).

Como é possível de se observar, Ouro Preto se faz como centro impulsor dos jornais mineiros. Mendes (2012a) afirma que os primeiros periódicos produzidos no estado – *Compilador Mineiro* (1823), *Abelha do Itacolomy* (1824), *O Universal* (1825), *O Diário do Conselho do Governo da Província de Minas* (1825) e *O Patriota Mineiro* (1825) – surgiram na cidade. Ao analisar o nascimento dessa imprensa ouro-pretana, Drummond (2013), explica que esses impressos exerciam

⁷²O primeiro jornal mineiro, com o nome de *Compilador Mineiro*, foi inaugurado em Ouro Preto no ano de 1823. Mas é importante salientar que métodos artesanais de impressão já existiam na região desde 1807 (DRUMMOND, 2013). Foi José Joaquim Viegas de Menezes, mais conhecido como Padre Viegas, o responsável pela primeira impressão em Minas Gerais. Hoje, Padre Viegas é o nome de um distrito de Mariana (GOMES; MAIA, 2013).

a função de congregar interesses de grupos e classes, entidades representativas e protossindicais, associações, grêmios, irmandades e confrarias, publicar e difundir ações, planos e projetos, anunciar empreendimentos, esclarecer atitudes e condutas, servir de tribuna a polêmicas e debates e, no rol de variedades⁷³ intermináveis, cumprir função diletante e recreativa (DRUMMOND, 2013, p. 11).

Após a eclosão dos primeiros jornais mineiros, na até então capital da província, movimentos de expansão da imprensa ocorreram em outras localidades do estado a partir de 1830. Mendes (2007) explica que São João del-Rei, Diamantina, Sabará, Serro, Pouso Alegre e Mariana iniciaram as produções dos seus jornais neste período.

Fundado exatamente em 1830, o *Estrella Mariannense* é tido por Carvalho (1982) como o primeiro jornal de Mariana. Cunha (2018) esclarece que o impresso tratava de assuntos de interesse do Brasil e de Portugal, assim como publicava atas das reuniões da Câmara, “além de artigos de opinião a respeito de temas ligados à política, à filosofia e à sociedade, dentre outros” (CUNHA, 2018, p. 25). A partir de 1832, várias outras publicações⁷⁴ surgiram na cidade, como, *União Fraternal* (1832), *O Homem Social* (1833), *Revisor* (1833) e *Guarda Nacional Mariannense* (1834) (SANTOS, 1997). Carvalho (1982) explica que, dentro dessa

⁷³ Desse variado leque de funções, também vale destacar o espaço que os impressos davam às obras de escritores mineiros residentes, ou não, na cidade. Drummond (2013) comenta que “a quantidade de solicitação, a maioria em verso, era tão grande que fez O Universal publicar comunicado de que não publicaria, daquela data em diante, poesia” (DRUMMOND, 2013, p. 12). Outro ponto importante do jornalismo ouro-pretano é que, a partir das décadas de 1850 e 1860, surgiram os periódicos intitulados “imparciais”, “noticiosos” e “literários” que, de forma rasa, representaram uma redução do conteúdo político-panfletário e uma valorização dos textos com características de notícias. Entre eles, se destacava o Diário de Minas (1866), impresso voltado às publicações oficiais, que foi “o primeiro em formato standard (tamanho da maioria dos jornais de hoje), e o primeiro que valorizava a informação” (MENDES, 2012a, p. 34). Mesmo com a característica de um tom político mais amenizado, o Diário de Minas, que circulou diariamente até 1868, surgiu como jornal ligado ao partido liberal e ao então presidente da província, Saldanha Marinho. Em oposição a esse governo, também circulou em Ouro Preto o impresso Constitucional que, no mesmo período, “constituía a outra ponta do debate, a oposição conservadora ao governo Saldanha Marinho” (DRUMMOND, 2013, p. 15) – situação que reforça o envolvimento de grupos de poder na imprensa da região. Sobre essa questão, é interessante contextualizar que o Brasil naquele período “era uma monarquia constitucional em que se alternavam o partido liberal e o partido conservador, na direção do governo central e do provincial” (DRUMMOND, 2013, p. 14).

⁷⁴ De 1830 até o ano de 1997 Santos (1997) contabilizou mais de 110 títulos de impressos circulantes em Mariana.

efervescência do jornalismo marianense, houve periódicos de existência meteórica, assim como jornais de durações prolongadas, a exemplo, do *Boletim Eclesiástico de Mariana* (1901-1939), d'O *Germinal* (1905-1955), d'O *Arquidiocesano* (1959-1994), e da *Folhinha de Mariana*, fundada em 1870 e circulante até os dias atuais.

Sobre as especificidades desses jornais⁷⁵, Carvalho (1982) e Santos (1997) definem algumas classificações⁷⁶ que apontam questões sobre os grupos condutores da imprensa no atravessamento histórico em Mariana. A primeira delas são os jornais eclesiais, que, entre suas atribuições, sempre tiveram a missão de “promover os interesses católicos” (CARVALHO, 1982, p. 80), sem deixar de lado temas cotidianos, de comportamento e até assuntos de interesse público. A maior parte desses periódicos, como a já comentada *Folhinha de Mariana* (1870), o *Boletim Marianense* (1886), *O Viçoso* (1895), a *Tribuna Católica* (1900), o *Novos Rumos* (1942), o próprio *O Arquidiocesano* (1959), o *Jismar* (1977), o *Pastoral* (1991), e o *Informando* (1995), era – e ainda é, no caso dos circulantes – comandada por figuras como padres, cônegos e arcebispos.

Outra leva de jornais, formada para “defender aspirações da mocidade” (CARVALHO, 1982, p. 81), é denominada pelos autores como imprensa escolar. Publicações a exemplo de *O Caramuru* (1916), *O Collegial* (1918), *O Povir* (1923), *O Providência* (1931), *O Bem-te-vi* (1933), *Itacolomi* (1935), *O Ginásiano* (1956), *Seleções Estudantis* (1964) e *A Ponta* (1985), se notabilizaram por circulações internas, mas também externas, em alguns casos. Aflorados em grêmios literários – entre outras iniciativas – das escolas de Mariana, como o Ginásio Dom Frei Manoel da Cruz, o Colégio Providência, o Colégio Dom Benevides, além, em um segundo momento, de determinados cursos⁷⁷ da Universidade Fede-

⁷⁵ Além dos estudos de Santos (1997) e de Carvalho (1982), algumas informações deste tópico – sobretudo às ligadas aos jornais marianenses mais recentes – foram coletadas por meio de visitas aos acervos do Centro de Pesquisa em Linguagens, Memória e Tradução (CPLMT), do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Ouro Preto.

⁷⁶ Essas classificações dos autores são genéricas e, por vezes, rasas, mas apontam para algumas permanências ao longo do tempo no jornalismo marianense que ressoam, de certa forma, até os dias atuais.

⁷⁷ Essa tradição permanece, em certa medida, com o surgimento do *Lampião* (2011), impresso produzido pelos alunos do curso de Jornalismo da UFOP.

ral de Ouro Preto, esses impressos são constituídos de uma ecologia de conteúdos que vão desde assuntos específicos de um determinado saber até notícias locais.

Jornais tidos como independentes – geralmente formados por figuras letradas – também entram nas classificações propostas pelos autores. Esses periódicos, como *Cidade de Mariana* (1900), *O Reflexo* (1919), *Agulha* (1923), *A Matraca* (1924), *O Cruzeiro* (1929), *O Mineiro* (1935), *Jornal de Mariana* (1977), *O Gaveta* (1980), e *Voz de Mariana* (1987), têm como característica o investimento em complementos literários, notícias, humor e artigos opinativos – muitas vezes de cunho político.

Os autores também apontam para os jornais oficiais do município, como *O Municipal* (1934), *Boletim Municipal* (1938), *O Monumento* (1984) e *O Plenário de Mariana* (1995); para as impressões declaradamente partidárias: *Rio do Carmo* (1900) e *O Germinal* (1905), de propriedade do partido republicano municipal, *A Voz do Município* (1936), do partido progressista, *Brasinha* (1981), do MDB de Mariana, e *PT Presente* (1999), informativo do Partido dos Trabalhadores de Mariana; para os periódicos dos já comentados clubes desportivos e sociais da cidade, como *O Mariannense Foot-ball Club* (1928) e *O Guarany* (1931); e para os impressos produzidos em regiões distritais do município, como *O Campal* (1923), que circulou no distrito de Monsenhor Horta, *O Espeto*⁷⁸ (1928), de Passagem de Mariana, e *O Cachoeirense* (1932), de Cachoeira do Brumado. Ainda dentro dessa variedade de publicações, cabe destacar os jornais resultantes de organizações e movimentos civis, como *O Metabase de Mariana* (1987), órgão do sindicato dos trabalhadores da exploração mineral, o *Jornal Aciam* (1993), pertencente à associação comercial, industrial e agropecuária do município, e o *A Sirene* (2016), periódico produzido pelos atingidos do já comentado rompimento da barragem da mineradora Samarco, em 2015.

De uma origem ligada à igreja, às instituições de ensino da cidade, aos jovens letrados e aos grupos partilhantes de interesses mútuos,

⁷⁸ O Espeto circulou de setembro de 1928 a junho de 1929 (BARUFI; BRAVIN, 2017). Em 1997 o jornal voltou a ser produzido e distribuído em Passagem de Mariana e também na sede da cidade. O impresso se mantém ativo atualmente.

como política, cultura, classe social, localidade e até esporte, a imprensa marianense incorpora uma nova lógica, a partir da década de 1990⁷⁹, com o surgimento do semanário *Ponto Final* (1996), e de outros⁸⁰ em sequência, como o já comentado *O Espeto* (1997), o *Panfletu's* (2001), e o *A Semana* (2004). Especificamente sobre o *Ponto Final*, com uma estratégia ligada à cobrança pelo acesso ao seu conteúdo e à sua visibilidade em diversos espaços citadinos, o impresso se firmou como o principal nome do jornalismo local até os dias atuais, questão que será mais bem detalhada no tópico a seguir.

2.4. *Ponto Final*: singularidade perante a imprensa local

Estar por dentro do Jornal *Ponto Final*, tentando contextualizar um pouco do seu histórico, da sua infraestrutura e das suas formas de entendimento com o leitor, é importante não apenas para justificar as razões de sua escolha na pesquisa, como para promover melhores condições para a análise de seus conteúdos noticiosos. Ou seja, descortinar um pouco o que está por trás do impresso a fim de amplificar as razões para as notícias serem dadas de uma determinada forma e não de outra. No entanto, dissecar esse meio de comunicação não é das tarefas mais fáceis, uma vez que por amadorismo ou pouco investimento, este veículo não possui informações claras e organizadas sobre si, assim como tantos outros jornais de interior. Diante dessa questão, este tópico será desenvolvido com base nas várias visitas⁸¹ à sede e nas entrevistas realizadas com o diretor

⁷⁹ É importante ponderar que desde 1988 o jornal *O Liberal* já adotava na Região dos Inconfidentes essa dinâmica comercial. Entretanto, como a sua sede fica em Ouro Preto, é o *Ponto Final* que se enquadra enquanto pioneiro deste formato em Mariana. Vale salientar que na década de 1990 outras publicações (além das comentadas anteriormente) foram produzidas em Mariana, como o *Pé na Estrada* (1997) e o *Jornal Insight* (1997), mas estas se caracterizam mais na ideia dos jornais independentes.

⁸⁰ Nem todos os jornais citados estão ativos atualmente.

⁸¹ Além das entrevistas, o diretor presidente do *Ponto Final* liberou o acesso ao acervo das edições do Jornal, o que contribuiu para a coleta de informações deste tópico e, obviamente, permitiu o movimento analítico que será exposto e debatido no tópico seguinte.

presidente, Rômulo Geraldo Passos (2018), e a editora de jornalismo do *Ponto Final*, Anna Carolina Gonçalves Jacques (2018), ambas transcritas de forma completa nos apêndices da Dissertação que deu origem a este livro. Dentro dessa escolha, foi adotada a entrevista em profundidade do tipo semiestruturada⁸² como técnica de coleta das informações.

Em janeiro de 1995 entrava em circulação em Mariana a Revista *Ponto Final*. Vendido por meio de assinaturas e também comercializado em bancas e postos especializados por preços que variavam entre R\$ 1 e R\$ 2 o magazine foi implantado pelos irmãos Héber Passos (diretor presidente) e Rômulo Geraldo Passos (diretor comercial). Segundo Passos (2018), que até então possuía na cidade um estúdio de fotografia que prestava serviços à Prefeitura, o surgimento da revista veio da necessidade de se compor uma lacuna relacionada à imprensa local e foi, inclusive, fruto de “um pedido do ex-prefeito, falecido, João Ramos Filho. Mariana não tinha nem jornal, nem rádio, nem televisão” (PASSOS, 2018). Com edições mensais, a revista reunia pautas marianenses voltadas à política, à cultura, ao esporte, à saúde, à polícia e ao lazer, além de colunas sociais, entrevistas e artigos opinativos. Com uma média de 38 páginas por edição, o magazine ainda incluía, por vezes, assuntos de cidades vizinhas, já que também ocorriam distribuições em Ouro Preto, Itabirito, Acaiaca, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Santa Bárbara e Ponte Nova, segundo as informações contidas em seu expediente. A equipe era composta, além dos fundadores, por mais três profissionais – nenhum deles com formação jornalística.

Após um ano de circulação da revista, os irmãos decidiram finalizar o projeto e apostar em um jornal. Para Passos (2018), a ideia de fundar um impresso ocorreu devido à elevada demanda de informações da ci-

⁸² Duarte (2011) explica que esse recurso metodológico da entrevista em profundidade busca “recolher respostas a partir de experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que deseja se conhecer” (DUARTE, 2011, p. 62). Sobre a classificação da entrevista semiestruturada, Boni e Quaresma (2005) explicam que “o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha ‘fugido’ ao tema ou tenha dificuldades com ele” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

dade. Segundo ele, houve “a necessidade de se fazer um jornal com mais rapidez, porque a revista tinha um formato mais bonito, mais bacana, mas era mensal. Então a gente perdia muito das notícias, pois era mais uma retrospectiva mensal” (PASSOS, 2018). Com a mesma equipe do magazine, o *Jornal Ponto Final* foi lançado⁸³ em 16 de fevereiro de 1996 e começou a circular semanalmente, com saída às sextas-feiras, em edições que variavam entre seis, oito ou até doze páginas. Assim como na revista, o impresso desde sempre foi comercializado, seja em bancas, postos específicos de venda⁸⁴ ou via assinaturas⁸⁵, mas com um valor inicial mais baixo: R\$ 70 centavos. Passos (2018) acredita que o *Ponto Final* foi o primeiro em Mariana a adotar a estratégia de incentivar a compra para a leitura dos seus conteúdos, já que os demais veículos informativos costumavam – e costumam – ser distribuídos gratuitamente nas ruas e em demais espaços de grande circulação. Para ele, a cobrança ajuda a tirar a imagem panfletária existente nos jornais gratuitos, assim: “Não é nem pela questão do valor. É mais pelo direito de a pessoa estar comprando, de cobrar, participar e tal. [...] Não se desfazendo dos demais, mas uma coisa é você distribuir o jornal, outra coisa é você vender” (PASSOS, 2018).

Com tiragem mínima de dois mil exemplares⁸⁶ – podendo variar⁸⁷ de acordo com a importância ou o interesse despertado pelas notícias, principalmente pelas manchetes – o *Ponto Final* foi ao longo dos anos sofrendo algumas transformações, como o incremento de seções específicas para organizar as ordens dos assuntos (como “Cidades”, “Política”,

⁸³ As primeiras edições do *Jornal* saíram em formato tabloide. A partir de março de 1996, o *Ponto Final* passou a ser *standard*.

⁸⁴ De acordo com Passos (2018), o *Ponto Final* é comercializado atualmente em 50 postos de vendas, como padarias, supermercados e lanchonetes de Mariana. O *Jornal* também é distribuído em Ouro Preto e em outras cidades da região, de acordo com a demanda delas por notícias. Para além da distribuição física, o *Ponto Final* também é disponibilizado, gratuitamente, em formato PDF, no site: www.jornalpontofinalonline.com.br, e em grupos de Whatsapp administrados pelo próprio idealizador do *Jornal*.

⁸⁵ Passos (2018) afirma que o *Jornal* tem entre 200 e 500 assinaturas.

⁸⁶ A impressão do *jornal* é terceirizada pela empresa O Tempo Serviços Gráficos.

⁸⁷ Segundo Passos (2018), já houve edições com oito e até dez mil tiragens.

“Esporte”, “Atualidade”, “Entretenimento”, “Sociais⁸⁸” e “Artigos Opinativos⁸⁹”), o aumento do número de páginas – a média atual é de 20 por edição – e até o uso de paginação colorida, medida adotada no início dos anos 2000 e que, para Passos (2018), também foi inédita em relação aos outros periódicos da região.

A equipe também foi sofrendo algumas mudanças. A primeira delas foi a saída de Héber Passos após cerca de dois anos de criação do Jornal, o que transferiu a Rômulo o comando geral do semanário. Mas, apesar disso, o caráter familiar do impresso não se perdeu. Passos (2018) conta que: “Sempre eu trabalhei com família. A Bruna que é a diagramadora do jornal é minha filha. A Marilza, que é a minha esposa, sempre olhou a parte financeira do Jornal e eu diretor do Jornal” (PASSOS, 2018). Outra demarcação importante desse fato diz respeito à localização do periódico. Apesar de já ter tido outros endereços, como a Rua do Catete e a Travessa JK., a atual sede do *Ponto Final*, localizada na Rua Professor Lauro Moraes, nº 310, no bairro São Pedro, foi montada dentro da casa do seu diretor presidente.

Já sobre a falta de profissionais formados em cursos de Jornalismo, uma constante⁹⁰ no histórico do impresso e até mesmo da extinta revista, Passos (2018) afirma que as primeiras equipes receberam diversas cobranças sobre erros das mais variadas ordens, mas que a chegada do curso da UFOP em Mariana, no ano de 2008, contribuiu para a diminuição dessas falhas. Entretanto, de um início marcado por um conjunto de pessoas sem formação alguma, o Jornal evoluiu apenas para uma equipe composta por estudantes universitários, já que não existe um acompanhamento direto de um profissional graduado. Passos (2018) explica que “80% da nossa turma de trabalho são estudantes de Jornalismo” (PASSOS, 2018). Para além dos estagiários, o *Ponto Final* ainda conta com

⁸⁸ As “Sociais” do Jornal são um dos grandes atrativos por estamparem, em fotos e pequenas legendas, cidadãos comuns e figuras públicas em informações sobre aniversários, formaturas, homenagens e eventos. Esta estratégia dialoga com Dornelles (2010) ao que ela chama de “informação microscópica” (DORNELLES, 2010, p. 241).

⁸⁹ Sobre essas seções, Passos (2018) reitera que, por vezes, também são criados conteúdos especiais, de acordo com datas comemorativas e eventos.

⁹⁰ É importante ressaltar que, se tratando de imprensa local e regional, a falta de profissionais formados não é exclusividade do *Ponto Final*.

profissionais que atuam em áreas administrativas, como finanças, atendimento, vendas e até mesmo transporte, o que totaliza oito funcionários.

O núcleo de produção das notícias do Jornal passa, basicamente por uma editora, uma repórter e uma diagramadora – todas, como já afirmado, sem formação completa na área⁹¹ – e, por vezes, por *freelances*, também estudantes. Jacques (2018) conta que o trabalho de produção de uma edição do *Ponto Final* se inicia nas quintas-feiras e se expande durante a semana até o seu fechamento nas quartas-feiras da semana seguinte, sem a necessidade de reuniões de pautas. Segundo ela, as notícias – que também alimentam o site e as redes sociais do Jornal – são definidas⁹² por meio de coberturas vindas de ideais próprias da equipe, pedidos e denúncias da comunidade e também pelo recebimento de *press-releases* ligados a pessoas públicas, empresas privadas e instituições governamentais, como Prefeitura e Câmara – relação problematizada por Peruzzo (2005) e Aguiar (2016) em discussões anteriores.

Em uma sala⁹³ relativamente confortável equipada por três computadores, bancadas, telefone fixo e máquina fotográfica, os membros da redação do Jornal, com supervisão do seu diretor presidente, buscam desenvolver um conteúdo noticioso prioritariamente formado por notícias⁹⁴ da cidade que estejam em diálogo com gosto do leitor imaginado. Sobre essa ideia de contrato de leitura, Jacques (2018) entende que “o Jornal consegue atingir uma gama grande que vai desde um popular até um político. Hoje eu vejo o *Ponto Final* como um jornal acessível a todos, desde forma de escrita, como conteúdo” (JACQUES, 2018). Ela também ressalta que as notícias sobre política e, principalmente, sobre ações policiais, são as que mais geram retorno dos leitores. Passos (2018) compactua do mesmo pensamento. “Isso não acontece só em Mariana,

⁹¹ Talvez por isso que as reportagens do Jornal não costumam ser assinadas, seguindo apenas o termo “Da redação”.

⁹² Essas formas de produzir o periódico narradas por Jacques (2018) também dialogam com as características de proximidade firmadas no tópico sobre a imprensa do interior.

⁹³ A sede do Jornal ainda conta com uma sala de entrada que faz divisa interna com a casa do seu diretor presidente. O *Ponto Final* também armazena, em sua sede, o acervo das edições dos jornais, organizado parte em forma encadernada, parte digital. Esse material não se encontra totalmente completo.

⁹⁴ É preciso enfatizar que o conteúdo do Jornal é, de forma geral, construído por notícias locais, mas isso não descarta a veiculação de informações regionais e até nacionais, em determinadas situações.

não. Você vê que o *Super*⁹⁵, o carro-chefe dele é esporte, mulher pelada e polícia. Então o que o povo gosta mesmo é da notícia ruim” (PASSOS, 2018). Apesar do entendimento de que assuntos apelativos tendem a impulsionar as vendas dos jornais, Passos (2018) não pontua vertentes sensacionalistas ao explicar os critérios definidos para a construção das notícias próprias do *Ponto Final*. O diretor presidente prefere delinear o conteúdo do seu periódico como um resumo diversificado do que acontece na cidade em uma semana, reforçando a sua abrangência em nível local, e principalmente, a sua condição de proximidade. Ele ressalta ainda que “o Jornal hoje tem uma coisa que todo mundo adora, porque na verdade nós noticiamos de tudo” (PASSOS, 2018).

Como o valor de compra do *Ponto Final* é simbólico, o Jornal se mantém, primordialmente, por meio da venda de peças publicitárias – que por sinal têm muito destaque nas páginas, sobretudo na capa. Passos (2018) conta que os maiores patrocinadores do impresso são Prefeitura e Câmara, além das empresas mineradoras Vale e Samarco. Todavia, ele faz questão de explicitar a importância de patrocinadores menores, como os pequenos comerciantes, e reiterar que, graças a essas publicidades, “se o presidente da Câmara amanhã brigar comigo o meu jornal não deixa de sair. Eu não abro mão disso [...]. Tem jornal que nunca procurou um cliente, porque tem a Prefeitura e a Câmara. Aí amanhã perde Prefeitura e Câmara...” (PASSOS, 2018).

Ainda sobre os patrocinadores, Passos (2018) afirma que o Jornal nunca sobrepõe os interesses comerciais ao interesse público⁹⁶, ou seja, existe uma completa negação da relação constrangedora com o poder. Ele afirma que a sua “maior preocupação é com a verdade. A marca que o Jornal tem é de que doa a quem doer, fez algo de errado, vira notícia” (PASSOS, 2018). Além de fazer uso do termo verdade para afirmar a validação do jornalismo praticado, Passos (2018) também defende a noção de credibilidade, que acredita ter conquistado em mais de 20 anos de existência do periódico. “Uma coisa é você ouvir, outra é acreditar no

⁹⁵ O Jornal *Super Notícia* é um impresso com temática popular de grande circulação, veiculado na cidade de Belo Horizonte e também distribuído em outros municípios de Minas Gerais.

⁹⁶ Essa questão será rediscutida e colocada em tensionamento mais profundamente no tópico seguinte.

que ele está falando. E isso é uma coisa que no Jornal, graças a Deus, o que acontece em Mariana o povo espera quinta-feira” (PASSOS, 2018). Passos (2018) também destaca a confiança estabelecida entre o *Ponto Final* e o seu público leitor. Para ele, essa relação faz com que a comunidade, em muitas situações, procure primeiramente o Jornal ao invés de autoridades públicas – o que, pelo menos discursivamente, bate com os apontamentos de Fernandes (2013) sobre a cumplicidade entre o leitor e a empresa jornalística. Segundo o diretor presidente: “A polícia briga com a gente porque nós chegamos a um lugar primeiro que ela. Então é o vínculo de 20 anos. Tem história” (PASSOS, 2018).

Após trazer esse panorama, o caminho para desenvolver a argumentação sobre esse ser o impresso a ser estudado fica mais consolidado. Como já revelado, o *Ponto Final* surge de um pioneirismo com viés mais comercial ocorrido na primeira metade da década de 1990, o que o coloca em certa vantagem em relação aos atuais jornais circulantes na cidade⁹⁷, como *O Espeto* (1997), o *Panfletu's* (2001), e até mesmo *O Liberal* (1988), *O Mundo dos Inconfidentes* (2000), o *Tribuna Livre* (1991) e o *Jornal do Povo* (1991) – estes últimos alocados em Ouro Preto.

Um segundo ponto que chama a atenção é a sua onipresença diante dos espaços de grande circulação em Mariana. A partir da estratégia de vender o impresso em vários pontos, para além das bancas e das entregas via assinatura, as edições do *Ponto Final* ajudam a compor certas cenas da cidade. Ou seja, a visibilidade do produto tem potencial para aflorar o interesse e as discussões do cotidiano. Exemplo: se entro em uma pastelaria e vejo uma manchete do *Ponto Final* que me atrai de alguma forma, aquele desprezioso momento pode me mover a debater o assunto com alguém; a simplesmente aceitar aquela versão do mundo indicada pelo Jornal e seguir minha rotina; ou, até, a refletir, posteriormente, sobre a importância de uma pesquisa sobre a temática ali pautada – como, de fato, ocorreu com o autor que aqui escreve.

A terceira razão que coloca o *Ponto Final* em um patamar diferenciado dos demais impressos do município é a ideia de comercialização

⁹⁷ Além dos jornais comerciais citados, o impresso experimental *Lampião* (2011) e o jornal comunitário *A Sirene* (2016) também circulam atualmente no município.

em si. O valor quase que simbólico do Jornal tira dele o ranço panfletário – mesmo que em termos de conteúdo ele não se diferencie tanto dos outros. Assim, o *Ponto Final*, com sua singularidade perante a imprensa local, faz parte das significações e ressignificações cidadinas – o que o torna justificável diante de um estudo que tem como objetivo principal entender a sociabilidade do *Jardim*, epicentro do município, também do ponto de vista da experiência jornalística.

2.5. Permanências e mudanças em três recortes temporais

Compreender, por meio da experiência proporcionada pela imprensa local, como se dá a sociabilidade do *Jardim* de Mariana tem por objetivo apontar para caminhos que podem mostrar de que forma essas notícias contribuem (ou não) para uma espécie de imaginário sobre a Praça e, conseqüentemente, sobre as interações da cidade em si. Desta forma, há uma preocupação explícita em enxergar como é o *Jardim* do Jornal.

Para avanço dessa questão, o trabalho propõe analisar as edições por meio de três recortes temporais: (1) os doze primeiros meses do semanário (de fevereiro de 1996 a fevereiro de 1997); (2) o ano completo de 2006 (correspondente ao aniversário de 10 anos do impresso); (3) e os meses de outubro de 2016 a outubro de 2017 – período mais recente do *Ponto Final*, que condiz com o tempo dos primeiros passos desta pesquisa. Para organização destes movimentos mais analíticos do capítulo será realizada uma divisão em três subtópicos proporcionais a cada intervalo de tempo (do Jornal mais atual ao mais antigo), além de um quarto tópico com explanações e retomadas gerais.

2.5.1. O Jornal contemporâneo

O período de outubro de 2016 a outubro de 2017 contempla o recorte contemporâneo do *Ponto Final*. Com mais de 20 anos de circulação, o Jornal se mostra consolidado em algumas características, como a numeração média de 20 páginas, a diagramação mais oxigenada (em relação às impressões antigas), as seções que ajudam a organizar os assuntos, e até mesmo uma divisão mais clara em relação aos lugares destinados às peças publicitárias. Desse Jornal atual 56 edições completas – do nº 1070 ao nº 1125 entraram para análise, a partir das buscas pelas palavras *Jardim* e Praça Gomes Freire – procedimento padrão adotado em todos os recortes. Por meio dessa escolha metodológica, a temática foi encontrada em 26 edições, mais precisamente, em 36 notícias, notas ou textos opinativos – o que representa uma aparição em cerca de 46% das edições no período. Desse modo, dentro de um universo que inclui ruas, bairros, distritos e até cidades vizinhas, o *Jardim*, ao estar vinculado, de alguma maneira, em quase metade do material analisado, mostra a sua força em relação à cobertura jornalística da vida social de Mariana.

Após leituras mais aprofundadas dessa delimitação, foram criadas, por meio de algumas noções da análise de conteúdo⁹⁸ (BARDIN, 1977), três grandes categorias para nortear a pesquisa, a fim de facilitar essa exploração temporal recente e também as subseqüentes. A primeira diz respeito às notícias em que o *Jardim* aparece no Jornal apenas como ponto de encontro ou de passagem a eventos socioculturais e esportivos. Ou seja, a Praça enquadrada como referência geográfica. Ao todo, essa categoria abarcou 25 notícias no semanário de 2016-2017 (cerca de 69% do total). São elas: (1) “Música com Classe’ apresenta Sociedade São Vicente” (p. 5 da edição nº 1075 – 11 a 17 de novembro de 2016); (2) “Banda União XV de Novembro completa 115 anos” (p. 10 da edição

⁹⁸ Moraes (1999) afirma que a análise de conteúdo “ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (MORAES, 1999, p. 8). O que, para a proposta do livro, é uma função primordial, já que captar, observar e refletir sobre como o *Jardim* – e tudo o que envolve a sociabilidade desse espaço – é narrado pelo jornalismo, suscita uma compreensão crítica do objeto tanto no sentido manifesto quanto do sentido oculto.

nº 1076 – 18 a 24 de novembro de 2016); (3) “Sociedade Musical Santa Cecília comemora 117 anos de tradição” (p. 4 da edição nº 1078 – 2 a 8 de dezembro de 2016); (4) “Espetáculo de cores no lançamento do Natal de Luz 2016 em Mariana” (p. 5 da edição nº 1080 – 16 a 22 de dezembro de 2016); (5) “Prefeitura de Mariana divulga atrações do carnaval 2017” (p. 3 da edição nº 1088 – 10 a 16 de fevereiro de 2017); (6) “Saúde divulga horários de atendimento das unidades de saúde no feriadão” (p. 8 da edição nº 1090 – 24 de fevereiro a 2 de março de 2017); (7) “Foliões terão Wi-Fi liberado no *Jardim*” (p. 9 da edição nº 1090 – 24 de fevereiro a 2 de março de 2017); (8) “Mesmo com chuva, The Voice Kids se apresenta e encanta o público” (p. 4 da edição nº 1091 – 3 a 9 de março de 2017); (9) “Banda dos Farrapos leva cerca de 5 mil foliões pelas ruas marianenses (p. 5 da edição nº 1091 – 3 a 9 de março de 2017); (10) “300 atletas movimentam Mariana” (p. 6 da edição nº 1092 – 10 a 16 de março de 2017); (11) “Galo Véio Mariana Trail Run reuniu grande número de maratonistas” (p. 10 da edição nº 1093 – 17 a 23 de março de 2017); (12) “Protesto pelas ruas mobiliza trabalhadores” (p. 13 da edição nº 1093 – 17 a 23 de março de 2017); (13) “Bike Enduro bate recorde de participação e movimenta Mariana” (p. 4 da edição nº 1097 – 14 a 20 de abril de 2017); (14) “Dia mundial do Tai Chi Chuan é comemorado em Mariana com apresentações no *Jardim*” (p. 9 da edição nº 1100 – 5 a 11 de maio de 2017); (15) “Projeto Banda na Praça” (p. 13 da edição nº 1102 – 19 a 25 de maio de 2017); (16) “Prestígio o projeto Banda na Praça” (p. 6 da edição nº 1104 – 2 a 8 de junho de 2017); (17) “Mariana chega aos 321 anos em ritmo de festa e com atrações” (p. 6 da edição nº 1110 – 14 a 20 de julho de 2017); (18) “Mariana recebe 2ª edição do Encontro de Veículos Antigos” (p. 4 da edição nº 1112 – 28 de julho a 3 de agosto de 2017); (19) “*Jardim* recebe a 23ª Corrida da Cidade” (p. 7 da edição nº 1112 – 28 de julho a 3 de agosto de 2017); (20) “Segunda edição do projeto DizEnrola acontece no próximo sábado” (p. 7 da edição nº 1113 – 4 a 10 de agosto de 2017); (21) “Praça Gomes Freire recebe a tradicional Corrida da Cidade” (p. 13 da edição nº 1113 – 4 a 10 de agosto de 2017); (22) “Projeto Banda na Praça leva alegria para

moradores e turistas” (p. 14 da edição nº 1116 – 24 a 30 de agosto de 2017); (23) “10º Encontro Nacional de Motociclistas” (p. 17 da edição nº 1116 – 24 a 30 de agosto de 2017); (24) “Encontro de Motociclistas fomenta o turismo e aquece a economia” (p. 7 da edição nº 1117 – 31 de agosto a 6 de setembro de 2017); e (25) “Confira as alterações no trânsito durante o Iron Biker Brasil 2017 neste final de semana” (p. 4 da edição nº 1119 – 14 a 20 de setembro de 2017).

Desse grande grupo, o que se destaca, como já afirmado, é o elevado número de notícias voltadas aos eventos socioculturais e esportivos (incluindo carnaval, *shows* musicais, corridas, entre outros) – questão que reforça o entendimento de que a Praça também se traduz, pelas páginas jornalísticas atuais, enquanto epicentro de Mariana, voltado para a iniciativa pública⁹⁹, privada e, sobretudo, para o fomento da sociabilidade da população. Nessa categoria também foi enquadrada uma notícia sobre um protesto de rua em que a Praça se dá como ponto de encontro e passagem. Nela, é narrado que professores, representantes da educação e trabalhadores de outras áreas se manifestaram contra a PEC da reforma da previdência e escolheram o *Jardim* como um dos locais de concentração – o que induz como possibilidade que, para além do lazer, a Praça também é pensada enquanto espaço estratégico, vitrine para as reivindicações populares e atos de resistência.

Ainda dentro desse percurso teórico-metodológico, uma segunda categoria do material coletado deu conta das publicações em que o *Jardim* do Jornal não chega a ser o assunto principal, mas entra como peça argumentativa de outras discussões. Essa relação aconteceu em cinco incidências (cerca de 13% do total): Na reportagem: (1) “Drogas: um problema sem fim” (p. 7 da edição nº 1076 – 18 a 24 de novembro 2016), em que uma fonte moradora da cidade, ao comentar sobre o consumo de entorpecentes, julga o *Jardim* como ponto de uso frequente. O trecho em questão diz: “De acordo com Maria, locais da cidade como a Praça Gomes Freire (*Jardim*) ficam o dia todo infestados de pessoas consumindo drogas livremente, sem que nenhuma autoridade tome ati-

⁹⁹ A maior parte dos eventos divulgados no Jornal sobre o *Jardim* contemporâneo é realizada pela própria Prefeitura ou ao menos conta com apoio do executivo municipal.

tudes cabíveis” (JORNAL). Aqui cabe um destaque ao uso da palavra infestados, sinônimo de invasão, danificação e contaminação; no artigo: (2) “Mariana: A flor de lótus das Minas Gerais” (p. 7 da edição nº 1077 – 25 de novembro a 1 de dezembro 2016), em que a servidora pública do tribunal de justiça do Estado, Letícia Vieira Reinhardt, ao visitar Mariana por meio do Seminário Internacional de Direito Ambiental e Minerário, relata as belezas da cidade para além do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco. Em um trecho a autora faz elogios a uma ideia harmônica de sociabilidade do *Jardim*:

Como aquele pequeno colibri que surgiu, percebe-se que há vida que pulsa forte e cheia de energia na cidade. Seja através dos seus moradores, do barulho das suas maritacas, dos sinos das igrejas, do violão tocado pelos jovens em sua Praça, que é conhecida como *Jardim*, das bandas que se apresentam no coreto ou da graça de seus palhaços. Ali, com certeza Deus se faz presente (JORNAL);

no artigo: (3) “Burraíá News Via Láctea II”, (p. 2 da edição 1107 – 23 a 29 de junho de 2017), em que Luciano R. Santos (não há especificação sobre a função do autor), ao realizar uma série de críticas aos trabalhos da Câmara de Mariana, cita o *Jardim* enquanto um dos problemas da cidade.

Cadê as comissões legislativas para fazerem audiências públicas sobre melhorias na Praça Gomes Freire (*Jardim*)? Estive lá ontem na parte da tarde com minha afilhada de cinco anos. Sujeira total, pedras encardidas, marmanjões andando de bicicleta e depredando as escadas do coreto com suas manobras radicais, quase criando um acidente com as crianças e adultos que circulam. E aqueles banheiros químicos? Caso de vigilância sanitária, sem falar da escuridão total. Não havia vigilantes, Guardas Municipais, nada, nadinha (JORNAL);

no também artigo: (4) “Vespas anunciam primavera” (p. 2 da edição nº 1118 – 6 a 14 de setembro de 2017), em que a escritora, Andreia Donadon Leal, escreve uma pequena crônica sobre a movimentação das

ruas de Mariana. A Praça é citada nas passagens: “Mariana poetou mais alto no último final de semana das bandas que se sucederam no palco. É domingo, e vejo muitas pessoas, e não só pessoas, mas o ipê amarelo na Praça Gomes Freire. O ipê se destaca no meio de outras plantas” (JORNAL); “Turistas se encantam com a árvore impregnada de flores. Escuto elogios e gestos mostrando a composição arbórea. Vejo uma criança acariciar o tronco da árvore. Quanto amor pela natureza. Densa a beleza do ipê na Praça Gomes Freire à penca de motos estacionadas” (JORNAL); “Sentei-me no banco da praça para espiar a azaração de alguns jovens, que adornavam a praça” (JORNAL); e “Hoje é festa na Praça Gomes Freire sob a batuta do grupo de Motociclistas Vira Lata e mais duas centenas de outros grupos, que vieram causar. E causaram alegria na gente de cá e de fora, que viram a beleza potente da cidade de Mariana” (JORNAL). Nota-se que assim como no texto de nº (2) aqui há uma exaltação das relações banais do *Jardim*, como, por exemplo, a paquera e a festa. O artigo ainda acrescenta um tom elogioso ao ajardinamento da Praça. E, por fim, na notícia: (5) “Jarbas Ramos pede mais guardas municipais nas ruas” (p. 3 da edição nº 1119 – 14 a 20 de setembro de 2017). O texto repercute a fala do então vereador de Mariana, José Jarbas Ramos Filho (PTB), também conhecido como “Zezé”, que em uma reunião da casa de leis cobrou o aumento do número de guardas nas ruas da cidade. “Ele questionou a guarda sobre o número de profissionais em trabalho operacional e citou lugares que precisam do apoio da instituição. ‘Há um caos no *Jardim*, que virou um ponto de drogas [...]’, disse” (JORNAL).

Como se pode observar, das cinco publicações em que o *Jardim* se revela como peça argumentativa textual para assuntos mais amplos, dois textos buscam evidenciar os pontos harmoniosos da sociabilidade do espaço – pelo aspecto das relações banais, do cotidiano e até pela estética do ajardinamento – enquanto três preferem mostrar a Praça enquanto um espaço de depredação, de abandono, de contínuo uso de drogas, e de marcante presença de pessoas que colocam em risco, pelas suas incivildades, a segurança dos outros frequentadores. Ainda nessa categoria, é curioso observar que o espaço público, enquanto formato notícia, é

apresentado pelo *Ponto Final* pelos seus aspectos depreciativos; já enquanto formato artigo aparece duas vezes como o espaço da acolhida e da sintonia – e uma vez como tenebroso e impróprio para circulação – o que aponta para certa pluralidade de cenas da Praça do Jornal, pelo menos nesses textos de caráter opinativo.

Além das notícias em que o *Jardim* é a referência geográfica de eventos e dos textos em que é citado como pano de fundo argumentativo para outros assuntos, em seis publicações (cerca de 16% do total) a Praça é apontada como pauta central. Nesta terceira categoria deste recorte contemporâneo se enquadram: (1) “Prefeitura apresenta propostas junto à população para o *Jardim*” (p. 9 da edição nº 1073 – 28 de outubro a 3 de novembro 2016); (2) “‘O *Jardim* está virando uma Cracolândia’, afirma vereador” (manchete p. 1 e p. 3 da edição nº 1081 – 23 a 29 de dezembro de 2016); (3) “*Jardim* é cenário de briga envolvendo policiais de Mariana” (p. 10 da edição nº 1102 – 19 a 25 de maio de 2017); (4) “Batuques e outros divertimentos, só com autorização da Prefeitura” (p. 16 da edição nº 1108 – 30 de junho a 06 de julho de 2017); (5) Vice-presidente questiona trânsito e vagas de estacionamento” (p. 13 da edição nº 1118 – 6 a 14 de setembro de 2017); e (6) “Câmara convida para audiência sobre segurança pública” (p. 16 da edição nº 1122 – 5 a 12 de outubro de 2017).

A primeira reportagem diz respeito a uma reunião em que moradores da redondeza e agentes públicos debateram mudanças infraestruturais e de ordem no espaço, como a colocação de banheiros químicos, o reforço policial, o fechamento das ruas adjacentes aos fins de semana, além de melhorias na iluminação pública. Um fato merecedor de destaque do texto é que mesmo afirmando que “a Prefeitura de Mariana avaliará as demandas levantadas pelos moradores e representantes sobre o tema principal da audiência” (JORNAL), nenhum morador foi entrevistado diretamente pela reportagem. Ou seja, toda a discussão referente às mudanças da Praça ficou reduzida às informações indiretas do semanário e às falas de Braz Azevedo, secretário de defesa social do município no período – inclusive, única fonte com direito às aspas.

A segunda notícia – e talvez a mais reveladora de todas – coloca em evidência a fala do então vereador de Mariana, Bruno Mól Crivellari (MDB) em sessão da Câmara. Neste texto, que aparece como destaque da edição já que também foi manchete do Jornal, o político fala sobre suas impressões do *Jardim* da seguinte forma:

Ontem à noite, depois da igreja, os meus filhos queriam ver a iluminação do Natal de Luz, no *Jardim*, [...] quando vi uma cena que eu sinceramente posso afirmar: aquele ambiente não é saudável para a família marianense estar, infelizmente. Na minha infância e adolescência eu frequentei o *Jardim*, e aquele ali sempre foi um ponto de encontro da família, dos amigos, das pessoas de bem. E hoje, infelizmente, posso afirmar que aquele lugar se tornou um lugar de consumo de drogas (JORNAL).

O texto se complementa com uma segunda fala do vereador: “Em todos os cantos da praça as pessoas estavam consumindo droga. Isso não pode acontecer. O *Jardim* está virando uma Cracolândia, e eu estou falando isso não só como representante público, mas como cidadão que frequentava o *Jardim* de Mariana” (JORNAL). A reportagem ainda transcreve um comentário do Presidente da Câmara, Antônio Marcos Ramos de Freitas (PHS), mais conhecido como “Tenente Freitas”, que, entre outras argumentações, diz que é preciso investir na família e que os pais deveriam levar os seus filhos desde cedo à igreja e ensinar a eles o caminho correto. O presidente da casa de leis marianense ainda cobra melhorias para a guarda municipal com objetivo de se fazer mais intervenções ostensivas na Praça. Assim como na primeira reportagem, não existem vozes para contrabalançar as afirmativas dos agentes públicos.

A terceira notícia sobre o *Jardim* está alocada na seção “Polícia” do Jornal e conta uma confusão entre moradores e policiais à paisana.

A questão da segurança na Praça Gomes Freire vem sendo cada vez mais tema de polêmicas discussões e posicionamentos. No último domingo (14), a Polícia Militar foi acionada no *Jardim* por conta de uma briga generalizada entre indivíduos moradores da cidade e três policiais que estavam à paisana e fora do horário de trabalho. Segundo relatos publicados nas redes sociais por pessoas que estavam no local e presenciaram a briga, os policiais teriam sido “atacados e agredidos por um grupo de indivíduos no *Jardim*” (JORNAL).

Como é de se notar, há incompletude de informações na notícia. Não são colocados, por exemplo, quais os motivos dessa briga, quais as medidas foram adotadas pelo poder público, muito menos de quem são os supostos relatos publicados em redes sociais.

A quarta reportagem, direcionada centralmente à Praça, pauta a proibição pela guarda municipal de uma apresentação musical do projeto Samba no *Jardim* – iniciativa criada pelos próprios frequentadores. Em um trecho, o texto revela:

A ação dos guardas causou tumulto e questionamentos a respeito do uso do espaço público, que é interdito para veículos aos domingos nos horários de 8h às 21h. Ao contrário do que ficou entendido, nada impede que existam eventos culturais na Praça. Porém, é necessário que exista autorização da Prefeitura de Mariana, adquirida através de uma protocolização, regulamentando o evento (JORNAL).

Nessa notícia, apesar da expressão sobre os questionamentos a respeito do uso do espaço público, também não é colocada em contraposição nenhuma fala dos realizadores da ação cultural proibida.

A quinta notícia também trata de uma reunião na Câmara da cidade em que o então vice-presidente da casa, Deyvson de Nazareth Ribeiro (SD), cobra dos organizadores do trânsito do município mais vagas para o estacionamento de veículos nas ruas próximas à Praça. Em um dos trechos a notícia traz que:

Conforme informações do vereador, a reclamação sobre o entorno do *Jardim* partiu principalmente de comerciantes locais. “Não vejo sentido na proibição de estacionar depois das 20h nessa localidade. O *Jardim* é um dos principais locais de lazer da população”, afirma Deyvson Ribeiro (SD) (JORNAL).

O texto se encerra com uma resposta – mais uma vez – do secretário de defesa social de Mariana, Braz Azevedo. O mesmo afirma que um projeto que visa atender a demanda de vagas está previsto para ser implantado no mês seguinte. Repetidamente, uma questão chave do *Jardim* – que condiciona a sua circulação e, conseqüentemente, influencia sua vida social – é narrada apenas pelas vozes institucionais. E, mesmo citando o suposto interesse dos comerciantes residentes próximos à Praça, o texto se nega a ir diretamente a essas fontes. É como se as reclamações da população estivessem em uma dimensão terceirizada, o que foge da afirmação de Passos (2018) em relação à confiança e à proximidade estabelecida entre o *Ponto Final* e seu público leitor. Assim, se a população de fato procura, primeiramente, o Jornal para debater questões cidadinas, por que ela não se encontra representada – por ela mesma – nas notícias sobre a Praça epicentro?

A sexta e última informação inclusa nesta terceira categoria se apresenta como uma pequena nota convidativa para uma audiência pública a ser realizada pela Câmara sobre a segurança pública do município, com atenção para a situação da Praça Gomes Freire. O texto traz duas menções do vereador Ronaldo Alves Bento (PSB):

Acredito que temos que unir forças entre os poderes, a Guarda Municipal, a Polícia Militar e Civil para que tomemos uma ação frente aos atos que vêm acontecendo, principalmente na Praça Gomes Freire, que está sendo utilizada por usuários de entorpecentes (JORNAL);

e: “As famílias vão com seus filhos para o local que é um dos poucos que temos para o lazer” (JORNAL). Sobre essa nota e parte das outras notícias já destacadas, é interessante observar o quanto o *Jardim* é pautado

nesse período, prioritariamente, pela Câmara da cidade – situação que revela a centralidade do espaço, já que se trata de uma casa, pelo menos em teoria, representativa do interesse da população – mas que também aponta para uma concentração de fontes por parte do Jornal, pois as discussões, ao invés de serem abertas, se fecham nas falas dos vereadores e dos demais agentes públicos. Assim, essa recorrência abre possibilidades para se pensar sobre a relação constrangedora entre imprensa local e poder público. Pois, como é apontado por Aguiar (2016) e Peruzzo (2005), a proximidade nesse caso se mostra como um fator problemático ligado à subordinação, à falta de uma postura investigativa, entre outras debilidades. Isso também coloca em tensionamento a fala de Passos (2018), do tópico anterior, que defende discursivamente a priorização do interesse público do *Ponto Final* em relação aos interesses comerciais.

As seis reportagens em que a sociabilidade do *Jardim* é tratada como temática central do Jornal *Ponto Final* se deram em torno de quatro tramas principais: uso de drogas, violência, incivilidade e necessidade de organização da circulação ao redor do espaço. Mesmo na reportagem sobre a reunião entre moradores e agentes públicos: “Prefeitura apresenta propostas junto à população para o *Jardim*”, os principais argumentos da construção textual se formaram em relação à segurança e à vigília. Outra denotação clara de se enxergar é que, em cinco das seis reportagens diretas sobre a Praça, o direito de fala é dado, exclusivamente, às fontes oficiais: agentes públicos, polícia e, principalmente, vereadores. E a única notícia que – em teoria – dá voz aos frequentadores do local: “*Jardim* é cenário de briga envolvendo policiais de Mariana”, não cita especificamente nenhum nome, revelando vagamente supostos relatos publicados nas redes sociais por pessoas que estavam no local e presenciaram a briga e que, coincidentemente, confirmam a versão de que eram os policiais as vítimas da confusão.

Abordando, especificamente, a reportagem: “‘O *Jardim* está virando uma Cracolândia’, afirma vereador” – texto de maior destaque entre os seis por ter sido manchete (com apelo sensacionalista¹⁰⁰, inclusive) e

¹⁰⁰ Vale lembrar que essa vertente não é assumida pelos realizadores do Jornal.

pelo maior número de caracteres – além de chamar atenção, em um primeiro momento, o argumento de viés religioso dado por figuras que deveriam abordar o fato enquanto demanda de política pública, a fala em que o *Jardim* é retratado como ponto de encontro da família, dos amigos e das “pessoas de bem” demonstra, de certo modo, os grupos legitimados para o uso do espaço na visão do vereador em questão, enquanto os que não se enquadram nessas classificações são malvistas e colocados na marginalidade pelo mesmo. Diante dessa questão, não seria papel do Jornal ir além dos argumentos dos legisladores marianenses e buscar dados ou ao menos contrapontos, inclusive, com os próprios frequentadores do espaço?

Assim, dentro de um panorama geral recente, ao levar em consideração as publicações em que o *Jardim* é citado como pauta central das notícias, é possível afirmar que o enquadro jornalístico às interações no espaço público é negativo. Em outros termos, se alguém, hipoteticamente, tiver uma experiência sobre a Praça dada, exclusivamente, pelas páginas do Jornal, muito provavelmente, o imaginário desse leitor a classificaria como violenta, desordeira, insegura, incivilizada, voltada para uso intensivo de drogas e de pouca ou nenhuma contemplação ligada ao lazer ou a outros laços afetivos de Mariana. Entretanto, o próprio *Ponto Final* parece entrar em contradição quando, no mesmo período da análise, divulga 25 informações em que são destacados eventos socioculturais, atividades esportivas e até manifestações realizadas na Praça. Esse contrassenso deve ser apreciado com o seguinte questionamento: como um espaço, narrado na maior parte das pautas diretas a ele como alvo de ações nocivas e depreciativas pode receber um leque tão variado de eventos voltados à população marianense?

É preciso esclarecer que não é intenção do trabalho negar os casos de violência, de consumo ou tráfico de drogas, de desrespeito às leis, de falta de infraestrutura do *Jardim*, ou mesmo desconsiderar as tensionalidades existentes entre os grupos que circulam no espaço – até porque esses conflitos são assumidos na pesquisa. A grande reflexão aqui colocada é que, ao que parece, o *Jardim* das páginas contemporâneas do *Pon-*

to *Final* (enquanto temática principal) valoriza a voz oficial de políticos, de policiais, de guardas municipais, e demais agentes públicos, enquanto suprime as visões dos demais frequentadores e, conseqüentemente, as versões que cada um pode acrescentar às variedades de uso do espaço.

Essa dinâmica desequilibrada ajuda a implantar uma narrativa que valoriza apenas a sociabilidade da família, das “pessoas de bem”, da limpeza, da vigília, enquanto parece se assustar – e até condenar – outras possibilidades de vida social. Um instrumento na batalha semântica sobre o *Jardim* que tenta coibir os barulhos, as manifestações espontâneas – entre outras questões que dizem sobre a sua polifonia – por meio de uma premissa rigorosamente moral e focada em certa ideia do perigo que o diferente proporciona. Algo já pincelado anteriormente por Rolnik (2000), mas que merece ser aprofundado com a ajuda de Corrêa (2010), pois o mapa simbólico operado por repetidas narrativas do medo no jornalismo são grandes formatadores da imagem cidadina. Dessa forma: “Narrar os crimes não é uma prática somente expressiva, mas, também, produtiva, pois tem essa estreita relação com as práticas sociais” (CORRÊA, 2010, p. 94). Ou seja, “o medo se dissemina, muito em parte, pelo ato de narrar” (CORRÊA, 2010, p. 92) e o jornalismo, de uma maneira geral, tem responsabilidade direta na criação dessas fronteiras visíveis e invisíveis.

Com isso, ao representar em demasia o *Jardim* pela lógica da insegurança, do descontrole e dos demais atos de violação às leis, e, ao dar voz a apenas determinados grupos, os colocando dentro de um jogo de sentido delimitador que favorece interpretações simplistas e estereotipadas da realidade (CORRÊA, 2010), as notícias centrais do Jornal contemporâneo podem colocar em risco as pluralidades e as contradições da Praça. E esse desequilíbrio, a depender da sua potência, pode levar conseqüências mais graves, como o esvaziamento e a desvalorização do espaço público – fenômeno já debatido – ou até trazer embates mais aguerridos no qual as tão comentadas disputas simbólicas passam a ser a da ordem física alimentada por discursos de ódio e pela intolerância daqueles que não aceitam a presença do diferente ou que entendem que o outro é um potencial inimigo e depreciador.

Ao amarrar uma vez os contextos e conceitos discutidos de antemão, cabe abrir reflexões, uma vez mais, sobre o interesse em determinados agentes em impor o poder sobre o epicentro da cidade; o destaque narrativo em relação ao espaço voltado para um sentido do medo emaranhado de moralismo: do capital econômico, do estado, da igreja, etc.; a nociva relação de proximidade da imprensa local com o poder público; as tentativas de legitimação de certa sociabilidade em contraposição a outras possíveis na Praça; a evidência das desigualdades em Mariana (que também se traduz pela falta das falas populares e pelos silenciamentos das vozes de resistência); além, é claro, da centralidade do *Jardim* como pauta recorrente na imprensa.

2.5.2. O Jornal dos dez anos

Dando seguimento à experiência em torno da sociabilidade do *Jardim* pelo Jornal, o segundo recorte, que catalogou 53 edições completas do ano de 2006 (do nº 516 ao nº 568), apresentou um *Ponto Final* com média de 12 páginas por edição. No ano de comemoração aos dez anos de seu aniversário, o impresso – já colorido – custava R\$ 1 e tinha como característica, além do foco nas notícias sobre a cidade, uma seção intitulada “Caderno do Lar”, com pautas sobre saúde, datas comemorativas, horóscopo, receitas e até resumos de novela – temas que no *Ponto Final* contemporâneo estão diluídos na seção “Entretenimento”. Com uma diagramação mais confusa e textos mais extensos, o Jornal de 2006 narra o *Jardim* em 17 edições (cerca de 32% das edições do período), mais precisamente em, em 25 reportagens, artigos, notas ou editorial. Uma ligeira queda em relação ao *Ponto Final* contemporâneo, que demarcou uma aparição do *Jardim* em cerca de 46% das edições pesquisadas.

Seguindo a mesma lógica das três grandes categorias inspiradas na análise de conteúdo, as notícias em que o *Jardim* se apresenta como o ponto de encontro ou de passagem para as atividades socioculturais e esportivas, em 2006, foram abarcadas em 12 textos (48% do total): (1)

“Abertas inscrições para a XXII Corrida da Ressaca” (p. 9 da edição nº 521 – 3 a 9 de fevereiro de 2006); (2) “Carnaval de arte, tradução e cultura” (p. 9 da edição nº 522 – 10 a 16 de fevereiro de 2006); (3) “Mariana será palco da 2ª etapa do Circuito de Trekking” (p. 4 da edição nº 523 – 17 a 23 de fevereiro de 2006); (4) “Abram as cortinas: vem aí o Carnaval de Mariana 2006” (p. 2 da edição nº 524 – 24 de fevereiro a 2 de março de 2006); (5) “Escolas de samba e blocos que irão desfilar no Carnaval de Mariana” (p. 2 da edição nº 524 – 24 de fevereiro a 2 de março de 2006); (6) “1º dia de folia” (p. 2 da edição nº 524 – 24 de fevereiro a 2 de março de 2006); (7) “Fique ligado” (p. 2 da edição nº 524 – 24 de fevereiro a 2 de março de 2006); (8) “Circovolante faz a alegria no carnaval em Mariana” (p. 6 da edição nº 525 – 3 a 9 de março de 2006); (9) “Carnaval em Mariana com muita animação e alegria” (p. 6 da edição nº 525 – 3 a 9 de março de 2006); (10) “Lançamento do IMC (Instituto Movimento e Criação)” (p. 5 da edição nº 533 – 28 de abril a 4 de maio de 2006); (11) “Sociedade Musical XV de Novembro completa 105 anos” (p. 6 da edição nº 561 – apesar de estar escrito erroneamente edição nº 560 – 10 a 16 de novembro de 2006); e (12) “105 anos de União em Mariana” (p. 6 da edição nº 562 – 17 a 23 de novembro de 2006).

Das notícias, algumas diferenças precisam ser denotadas em relação à categoria correspondente ao *Ponto Final* contemporâneo. A primeira é a inexistência de eventos voltados aos serviços públicos – como a saúde – e também às manifestações populares. Ou seja, o *Jardim* do Jornal de 2006 aponta menos pluralidade em relação às atividades divulgadas nas páginas do semanário atual, pois seu enfoque se dá, exclusivamente, às apresentações artísticas, culturais e desportivas. A segunda – que tem a ver com a primeira – diz respeito ao elevado número de conteúdo (dentro desse leque) sobre o carnaval na Praça, evento organizado pela Prefeitura. A folia que tem o *Jardim* como um dos pontos de concentração é destacada, precisamente, em sete textos. Assim, é possível colocar como evidência que, em relação ao *Jardim* contemporâneo, a Praça de 2006 tinha um calendário mais enxuto em termos quantitativos, tendo o carnaval como sua manifestação principal – pelo menos de acordo com o Jornal.

A segunda categoria do material coletado, que trata das publicações em que o *Jardim* não chega a ser o assunto principal, mas entra como peça argumentativa das discussões, é firmada em oito textos (32% do total): (1) “Muita festa e segurança no carnaval” (p. 3 da edição nº 525 – 3 a 9 de março de 2006); (2) “Mudando a cara da cidade” (p. 4 da edição nº 541 – 23 a 29 de junho de 2006); (3) “Trânsito renovado incomoda população” (p. 3 da edição nº 542 – 30 de junho a 6 de julho de 2006); (4) “Para não esquecer jamais” (p. 4 da edição nº 544 – 14 a 20 de julho de 2006); (5) “Trânsito e reformas deixam cidadão indignado” (p. 2 da edição nº 545 – 21 a 27 de julho de 2006); (6) “Gilberto Gil na inauguração das praças Tancredo Neves e Minas Gerais” (p. 4 da edição nº 549 – 18 a 24 de agosto de 2006); (7) “Casal preso por furto a turistas” (p. 6 da edição nº 561 – apesar de estar escrito erroneamente edição nº 560 – 10 a 16 de novembro de 2006); e (8) “Mão dupla na Waldemar de Moura Souza” (p. 4 da edição nº 566 – 15 a 21 de dezembro de 2006).

O que chama atenção dessa categoria é a incidência – cinco vezes – de notícias sobre obras no centro histórico¹⁰¹. Em: “Mudando a cara da cidade”, artigo assinado por Alex Bruno (não há especificação sobre a função do autor), existe um questionamento em torno do número de intervenções arquitetônicas em Mariana. O autor pergunta:

O que será que vem na cabeça do povo marianense quando passa pelo terminal turístico e vê aquela total modificação? E quando passa pela Praça Gomes Freire e está vendo o *Jardim* todo cercado, parecendo um curral? E o que será que veremos daqui a uns dias na Praça Minas Gerais? (JORNAL).

Na reportagem: “Trânsito e reformas deixam cidadão indignado”, o morador da cidade, com nome de Roberto Oliveira Ferreira, fala dos vários percalços causados pelas obras e pelas alterações dos percursos nas ruas. O mesmo comenta que “também é grave a reforma da Praça Gomes Freire em época de férias. Para Roberto, isso espanta o turista, que deixa de conhecer nossa história e vai para Ouro Preto e outras cida-

¹⁰¹ O *Jardim* também será pauta principal dessa temática na categoria a seguir.

des” (JORNAL). Nos textos: “Trânsito renovado incomoda e população” e: “Mão dupla na Waldemar de Moura Souza”, mais uma vez, são tratados os problemas ocasionados pelas mudanças de direcionamento impostas pela Prefeitura com o entorno da Praça como parte dessa questão. Já em: “Gilberto Gil na inauguração das praças Tancredo Neves e Minas Gerais”, é relatada a primeira leva de entrega dessas revitalizações¹⁰² e o *Jardim* aparece como um dos espaços contemplados.

Fora do assunto das obras, o *Jardim* é citado como peça argumentativa de outra temática (já aparente na categoria anterior) no texto: “Muita festa e segurança no carnaval”. Este editorial faz uma avaliação geral que revela a importância da realização do carnaval nos espaços públicos da cidade naquele ano, inclusive, pelo fato da festividade ter sido alvo de ameaças. O texto conta:

Passou-se o carnaval. Que bom poder falar de coisas boas! Não passou de boatos o que foi espalhado pelos quatro cantos da cidade e deixou as pessoas com medo e bastante apreensivas: de que esse seria um carnaval violento e que muitas pessoas inocentes ficariam feridas durante um atentado, no qual até uma bomba seria jogada no meio dos foliões. [...] a Praça Gomes Freire, onde aconteceu o baile das marchinhas, ficou lotada durante os quatro dias de festa, pois além das tradicionais marchinhas teve também som com DJs e boate. A divisão do carnaval em quatro ambientes (*Jardim*, Praça da Sé, Praça Tancredo Neves, Avenida Getúlio Vargas) foi uma tacada certa. Ao evitar aglomeração de foliões em um só lugar, a organização evitou tumultos, ajudando o trabalho da polícia e dos seguranças (JORNAL).

Com o apoio deste trecho pode-se ver uma construção díspar: ao invés do espaço público ser tomado como o lugar da violência, da desconfiança, da incivilidade e do esvaziamento, ele resiste – aqui na chave da resistência cotidiana de Miguel (2018) – como o ambiente propício a uma grande virada, diante de ameaças antecessoras ecoadas pela cidade. O que representa um entendimento sobre o *Jardim* completamente dife-

¹⁰² Segundo o texto, as obras foram realizadas com recursos do Programa Monumenta do Ministério da Cultura e da Prefeitura.

rente do que foi evidenciado por parte considerável do Jornal contemporâneo – principalmente dos textos que o trata como pauta principal. A Praça de 2006, pelo menos diante da folia carnavalesca, é a resposta dada pelo estritamente público perante o horror, e não o *Jardim* representante do medo. Aqui cabe retomar às ideias de Andrade, Jayme e Almeida (2009) e também de Andrade e Baptista (2015) de que as praças ainda têm potência para manter a vitalidade das cidades, e de que são as multiplicidades dos seus atores as responsáveis por essa condição.

O *Jardim* também é citado indiretamente no artigo: “Para não esquecer jamais” (p. 4 da edição nº 544 – 14 a 20 de julho de 2006), de autoria da educadora, Marly Moysés Silva Araújo. O texto, escrito em comemoração ao aniversário de Mariana, fala das belezas e das histórias do município, focando, em tom elogioso, o que deve ser observado no caminhar pela cidade.

Não deixe de observar o traçado simétrico das ruas em torno do *Jardim*, o contorno delicado dos Passos que guiam a Via Sacra, a despojada beleza do casario da Rua Direita. Imagine mentes, e corpos extenuados, exauridos. Imagine mestres, poetas, artesãos, pintores, artistas, homens e mulheres do povo (JORNAL).

Por fim: “Casal preso por furto a turistas”, trata de um roubo – ou furto, já que o texto usa os dois termos como sinônimo – executado por um jovem casal no *Jardim*. O objeto em questão é “uma bolsa de uma artesã italiana que estava trabalhando na praça Gomes Freire no último sábado à noite” (JORNAL). A primeira ocorrência dentro do recorte de 2006 ligada à violação de leis na Praça se firma sem as aspas de nenhuma das partes (nem da polícia, nem dos acusados, nem da vítima), em um tom mais neutro, em comparação às pautas sobre crimes no *Jardim* atual. O fato de o espaço público não ser tratado como o ponto principal de desvios e de desviantes de Mariana também merece ser destacado, pois, pelo menos nesta notícia, o problema se figura numa perspectiva isolada dos autores e não em uma conexão interligada a um imaginário sobre a Praça – como ocorre em alguns conteúdos do *Ponto Final* contemporâ-

neo. Ou seja, a nota foge da complexidade do acontecimento, mas, pelo menos, não embarca na ideia da narrativa do medo sobre o espaço que tenta formatar certas imagens cidadinas.

Como terceira categoria, as notícias que têm o *Jardim* como pauta central do Jornal de 2006 aparecem em cinco momentos (20% do total): (1) “Peixes morrendo no *Jardim*” (chamada p. 1 e p. 11 da edição nº 518 – 13 a 19 de janeiro de 2006); (2) “Revitalização na hora errada” (p. 5 da edição nº 545 – 21 a 27 de julho de 2006); (3) “Praça Gomes Freire será reinaugurada” (chamada p. 1 e p. 6 da edição nº 555 – 29 de setembro a 5 de outubro de 2006); (4) “Mais nota ruim” (p. 2 da edição nº 565 – 8 a 14 de dezembro de 2006); e (5) “Pipoqueiros na rua” (p. 3 da edição nº 565 – 8 a 14 de dezembro de 2006).

“Peixes morrendo no *Jardim*” fala da morte de várias carpas nos dois lagos da Praça. O destaque do texto é o fato do assunto chegar ao Jornal “a pedidos de populares” (JORNAL), o que remete a uma preocupação da população diante de um problema daquele espaço e também confirma, pelo menos neste exemplo, o que foi dito por Passos (2018) sobre a proximidade entre o impresso e a população (apesar de aqui, do mesmo modo, não existir aspas direcionadas a ninguém). O *Ponto Final* também traz para si a ideia da preocupação patrimonial quando afirma que é preciso buscar logo uma solução “já que o *Jardim* é um local muito frequentado durante o dia por crianças que vêm no laguinho uma grande diversão” (JORNAL).

A notícia: “Revitalização na hora errada”, retoma a série de textos do *Ponto Final* relacionados às obras no centro histórico e gira em torno da escolha do período em que as intervenções ocorreram na Praça (abarcando os meses de junho a setembro daquele ano). Em um dos trechos, isso fica claro:

Grande parte da população marianense concorda que a Praça Gomes Freire, mais conhecida como *Jardim*, precisava de uma reforma, mas pensa que essa obra deveria ser iniciada em outra época e não em plenas férias de julho. No que tange ao caráter turístico, perde-se muito em vários pontos (JORNAL).

Assim, como na notícia sobre a morte dos peixes, o zelo à Praça não vem carregado de objeções às diferentes pessoas ou aos grupos circulantes (como ocorre em partes do impresso atual), mas, sim, tratando de problemas de ordem infraestrutural.

Seguindo a temática das obras, mas já em uma notícia sequente, em: “Praça Gomes Freire será reinaugurada”, é evidenciado o que foi feito no espaço, como

a troca do calçamento (o modelo é idêntico ao antigo), implantação de um sistema de irrigação e instalação de novos bancos, lixeiras, telefones públicos e totens explicativos – que apresentam o histórico da Praça. Cerca de 700 mil foram utilizados para as intervenções (JORNAL).

A notícia também divulga uma série de atrativos para o dia da inauguração. É curioso observar a falta de coesão entre os textos que criticavam a intervenção e a nota da inauguração dessas ações. Assim, o *Jardim*, enquanto esteve fechado, foi delineado pelo semanário como “um dos melhores points da cidade¹⁰³” (JORNAL), e, por toda a sua importância, inclusive relacionada ao turismo, era necessário mais cuidado nas escolhas em torno das reformas. Já quando a Praça se aproxima da sua reabertura, essa discussão, simplesmente, é esquecida. Não existe aqui um suíte jornalístico para retomadas e desdobramentos.

A quarta notícia, encontrada na coluna “Balaio¹⁰⁴”, pauta a violência do *Jardim* no seguinte comentário:

Basta que a Praça Gomes Freire se encha no domingo à noite para que haja brigas no meio dela. Será que é tão difícil assim se divertir? Simplesmente sair à noite sem arrumar confusão? Não somos uma terra de índios, tampouco um bando de bárbaros. Haja paciência...! (JORNAL).

A afirmativa se mostra genérica, não especificando as circunstâncias, as falas das testemunhas, nem os possíveis personagens do caso de

¹⁰³ Trecho da reportagem: “Revitalização na hora errada”.

¹⁰⁴ Espaço no Jornal destinado a pequenas notas sobre a cidade, sem a identificação de autoria, dando a entender que são opiniões do comando do impresso. Essa coluna não existe mais.

agressão na Praça, e, mesmo pecando pela falta de informação, investe em uma lógica de permanência da violência no espaço ao afirmar que em todos os domingos à noite ocorrem brigas. Aqui cabe a seguinte pergunta: se de fato o *Jardim* nos domingos é violento sucessivamente, por que esse assunto só foi pautado uma única vez pelo Jornal, por meio de um pequeno comentário, dentro do período de um ano? Não seria o caso de uma série de reportagens para debater – sem se apoiar em narrativas do medo – as supostas brigas constantes? E mais: ao que parece o *Jardim* de 2006 do *Ponto Final* se constrói mais pela potência do encontro, pela resistência e pelo zelo da população diante do patrimônio do que por qualquer outra coisa. Então, por que a violência tem tanto pouco espaço nesse recorte e – quando aparece – é tratada como frequente? Estamos falando de uma naturalização dos casos ou de uma banalização da ideia negativa sobre o espaço público no jornalismo? Mais uma vez, não se trata de negar a hostilidade do espaço ou os seus conflitos, apenas de tentar entender como tudo isso é retratado nas páginas do *Ponto Final*. Neste texto também vale ressaltar a referência dada aos povos indígenas, termo revelador de preconceito sobre um grupo minoritário e, inclusive, sinalizador de desconhecimento histórico. Então segue mais perguntas: por que o índio está associado à desordem da Praça? Por que usar como referência uma população tão marginalizada para tratar dos casos de violência? As minorias não são dignas de vivenciar a Praça, de acordo com o que entende o Jornal de 2006?

Já o quinto título: “Pipoqueiros na rua”, não narra nenhum caso ligado a agressões ou incômodo ocasionado por roubos, mas expõe um conflito no espaço em que há uma imposição institucional. A notícia conta que trabalhadores que vendem pipoca no *Jardim* tiveram que tirar seus carrinhos ao redor da Praça por ordem da Prefeitura

e somente restasse a esses [...] instalarem-se principalmente em frente ao teatro do Sesi, conseqüentemente no meio da rua, atrapalhando o trânsito e expondo-os ao perigo. Segundo a Prefeitura Municipal de Mariana, já tem um projeto onde terão espaço apropriado para alguns carrinhos de pipoca entre outros, como carrinho de amendoim (JORNAL).

Como se pode notar, o texto não dá voz aos pipoqueiros, apenas ao executivo municipal – mais um atravessamento temporal interligado ao impresso contemporâneo.

Dentro de um panorama geral sobre as cinco notícias em que o *Jardim* é a temática principal do *Ponto Final* de 2006, é factível defender certa pluralidade das pautas, se comparadas, por exemplo, às do Jornal de 2016-2017. Aqui, apesar da violência, das incivildades e do controle darem as caras, existem apontamentos interessantes de outras ordens, como a preocupação da população com o patrimônio (não na chave do medo); e o próprio compromisso do município com a manutenção do espaço, (não no sentido da vigília). Em todos esses casos, o *Jardim* não é tomado por uma ideia de perda da segurança ou do esvaziamento de parte da população diante de grandes riscos ao contato com o diferente, mas, sim, como um espaço central da sociabilidade da cidade que deve e merece ser cuidado.

Especificamente sobre as pautas negativas, assim como no *Ponto Final* atual, o *Jardim* dos dez anos do semanário denota casos de violência e de tentativa de ordem perante o poder de uma instituição. Mas há características que diferenciam as cargas das notícias: as publicações destinadas à violação das leis na Praça são menores, em relação à quantidade e também ao destaque nas próprias páginas (não existe nenhuma manchete ou chamada de capa, por exemplo) e elas não entram no campo das drogas. Dessa forma, as incivildades existem na Praça do Jornal em 2006, mas de uma forma mais genérica e sem qualquer protagonismo. Quase como um senso comum pouco refletido, pouco comentado e de horizonte distante sobre o espaço público. Já o que permanece de similar é a negação das vozes. Mais uma vez, não há aspas aos frequentadores do *Jardim*, muito menos os tidos como desajustados ou problemáticos.

Assim, o *Jardim* do Jornal do aniversário de dez anos é menos moralista, apesar de se mostrar preconceituoso. É menos violento, apesar de a violência ser relatada. E transmite um número menor de vozes do poder político, apesar de continuar a derrapar profundamente na falta das falas populares. A Praça também se confirma como o espaço central

dos eventos socioculturais e desportivos da cidade (apesar de apresentar uma variedade menor das atividades em relação ao *Ponto Final* dos dias atuais), e, somando-a ao carnaval, se concretiza como palco do estritamente público – pelo menos no editorial: “Muita festa e segurança no carnaval” – ao tecer a ideia da resistência perante o medo instalado na cidade, talvez o ponto mais contradizente e, ao mesmo tempo, enriquecedor de uma forma de experiência desse recorte.

2.5.3. O Jornal incipiente

O primeiro ano do *Ponto Final* tem como marco uma tentativa – descartada com o passar do tempo – de firmar o impresso não apenas em Mariana, mas também em âmbito regional¹⁰⁵, através de manchetes voltadas para Ouro Preto, Itabirito e região. Passos (2018) comenta que essa ideia veio da própria ânsia por novidades jornalísticas da população na época.

E aí nós expandimos o Jornal: criamos três cadernos. Eram três jornais em um. Então tinha um caderno de Mariana, outro de Ouro Preto, outro de Itabirito, e outro de Diogo [de Vasconcelos] e Barra Longa que são cidadezinhas pequenas. E era uma loucura, porque todo mundo queria ler, foi novidade para todo mundo, porque eram três jornais em um. Só que deu muito trabalho e muita despesa, porque na verdade nós tivemos problemas financeiros para bancar esse custo. E o Jornal começou a ficar no vermelho (PASSOS, 2018).

Dessa forma, em termos de conteúdo, os primeiros 12 meses do *Ponto Final* podem ser enquadrados como o período em que as notícias sobre Mariana mais entraram em disputa com as pautas regionais, perdendo, assim, espaço no semanário. Outro ponto que merece ser re-

¹⁰⁵ Não se tratou da criação de sucursais, mas de uma tentativa de alcançar o mercado de outras cidades, mesmo com o Jornal alocado estruturalmente em Mariana. É importante reiterar que o *Ponto Final* divulga notícias das cidades próximas à Mariana até os dias atuais. A diferença é que nos seus primeiros anos os municípios dividiam a importância em igualdade de condição. Hoje, aparecem em menos páginas ou em destaques esporádicos.

lativizado é a pequena quantidade de páginas do impresso, que variava entre seis, oito ou, no máximo, doze por edição. Talvez por tudo isso que das 49 edições catalogadas no primeiro ano de circulação (a numeração real vai do nº 1 ao nº 54, mas o acervo não possui os jornais nº 22, nº 23, nº 35, nº 36 e nº 47), o *Jardim* só foi encontrado em 14 (cerca de 28% das edições do período) – mais precisamente em, em 16 notícias, artigos ou notas. Contabilizando, assim, a menor taxa de incidência diante dos três recortes, já que o Jornal contemporâneo demarcou cerca de 46% de presença, e o impresso do aniversário de dez anos, cerca de 32%.

A primeira categoria, destinada à Praça enquanto marco geográfico ou ponto de passagem de eventos e atividades socioculturais, marca o maior número de aparições desse recorte: 13 notícias (cerca de 81% do total): (1) “Coca-cola/Kaiser promove Sábado de Aleluia em Mariana” (p. 5 da edição nº 9 – 12 de abril de 1996); (2) “Vale Ver Teatro apresenta teatro de rua” (p. 1 da edição nº 13 – 10 de maio de 1996); (3) “Universidade na Praça será exibido em Mariana” (p. 3 da edição nº 15 – 24 de maio de 1996); (4) “Sesi divulga programação de junho” (p. 3 da edição nº 16 – 31 de maio de 1996); (5) “Concertos de Qualidade Samitri apresenta Tadeu Franco” (p. 1 da edição nº 19 – 21 de junho de 1996); (6) “Mariana festeja São Roque” (p. 3 da edição nº 27 – 16 de agosto de 1996); (7) “Hospital Monsenhor Horta omite socorro a acidentado” (p. 6 da edição nº 27 – 16 de agosto de 1996); (8) “Foto-legenda 1 sobre o grupo Cirque en Bulle” (p. 1 da edição nº 28 – 23 de agosto de 1996); (9) “União XV de Novembro festeja seu 95º aniversário” (p. 3 da edição nº 39 – 7 de novembro de 1996); (10) “Foto-legenda 2 sobre a Banda União XV de Novembro” (p. 1 da edição nº 40 – 14 de novembro de 1996); (11) “GIS: União para o bem comum” (p. 3 da edição nº 43 – 5 de dezembro de 1996); (12) “Carnaval nº 1: samba, swing e muita animação” (p. 5 da edição nº 53 – 13 de fevereiro de 1997); e (13) “Domingo tem Retreta na Praça” (p. 1 da edição nº 54 – 20 de fevereiro de 1997).

Este levantamento aponta para certas permanências, mas também revela singularidades interessantes de serem debatidas sobre a Praça como ponto de encontro. Uma delas é que parte considerável dos eventos so-

cioculturais nos primeiros 12 meses do *Ponto Final* não foi realizada diretamente pelo executivo municipal – situação comum nos outros dois recortes temporais. Os acontecimentos agendados no *Jardim* de 1996 são, prioritariamente, organizados por empresas privadas, como as mineradoras¹⁰⁶ Samitri e Vale, e a indústria de bebidas Coca-cola/Kaiser; por uma instituição brasileira paraestatal, que é o Sesi; pela UFOP; e até pela arquidiocese de Mariana. Ou seja, a participação ativa da Prefeitura na organização de atividades na Praça se deu de forma mais tímida¹⁰⁷ nesse período – e apenas em forma de apoio – como explica a: “Foto-legenda 1 sobre o grupo Cirque en Bulle”, que evidencia o “apoio da Prefeitura de Mariana através da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura” (JORNAL).

Também chama atenção a notícia: “Hospital Monsenhor Horta omite socorro a acidentado”, que trata da omissão de médicos a uma vítima de um acidente ocorrido entre uma moto e um fusca em uma das ruas que contornam o *Jardim*. É importante deixar claro que em nenhum momento o fato é induzido às condições das ruas próximas à Praça. Assim, a informação se enquadra nessa categoria por tratar o espaço apenas como um ponto referencial de um acontecimento.

Já os atravessamentos dessa primeira categoria – em comparação aos outros dois recortes temporais – ficam por conta das apresentações da centenária Banda União XV de Novembro e do próprio carnaval de rua marianense. Com isso, o *Ponto Final* indica que em mais de 20 anos de cobertura, música e folia se tornaram marcas firmes da experiência jornalística sobre o espaço – talvez um traço importante para se pensar as tradições do *Jardim*.

A segunda categoria do recorte, que contempla as notícias em que a Praça não chega a ser a temática principal do *Ponto Final*, mas entra como peça argumentativa de outros assuntos, abarca dois textos (cerca de 12% do total): (1) “Bafobelô agitou praça Gomes Freire” (p. 1 da edi-

¹⁰⁶ Esse achado pode dar munção para a resposta à pergunta já feita nesta pesquisa, de que não seriam as grandes mineradoras, localizadas em território marianense, entidades que também buscam orquestrar a ordem local?

¹⁰⁷ Aqui não cabe uma análise embasada nos benefícios – ou não – do envolvimento do executivo municipal na produção de atividades para o espaço, uma vez que esses eventos têm potência tanto para fortalecer quanto enfraquecer a pluralidade da Praça.

ção nº 15 – 24 de maio de 1996); e (2) “Jovens agridem segurança” (p. 6 da edição nº 18 – 14 de junho de 1996). A primeira nota cita, brevemente, o carnaval no espaço ao afirmar que “a praça Gomes Freire, no último domingo, 19, ficou repleta de marianenses e visitantes que caíram na folia com o bloco ‘Bafobelô’, do Carnabelô 1996” (JORNAL). A segunda trata de um suposto caso de agressão desferido por dois jovens a um segurança que estava a serviço do Marianense Futebol Clube – com sede localizada em frente à Praça. O texto não deixa claro o exato local do ato (se foi dentro do clube, na portaria, ou mesmo na rua envolta ao *Jardim*), e nem explica, sob o ponto de vista da vítima, o acontecimento. Mas, diferentemente das notícias sobre violência e quebra de regras nos outros dois recortes, aqui é dada, surpreendentemente (mesmo que de forma rasa), a oportunidade de defesa aos acusados, no seguinte trecho: “No ato da prisão os jovens autores alegaram que tudo não passou de perseguição e que tal fato ocorreu porque foram espancados pelos seguranças” (JORNAL). Assim, esta pequena aparição se firma como única em todo o movimento analítico sobre os conflitos na Praça.

Em apenas um texto (cerca de 6% do total) o *Jardim* é tomado como pauta central do Jornal no ano de 1996: “Praça Gomes Freire recebe chafariz reformado” (p. 3 da edição nº 24 – 26 de julho de 1996). A notícia fala da entrega do chafariz de São Francisco, localizado nas proximidades do espaço e endossa a questão do patrimônio (também presente no *Ponto Final* de 2006) ao firmar a importância dessa reinauguração, porque a peça “retrata fielmente o estilo barroco que predominava naquela época” (JORNAL). Sobre os realizadores da obra, o texto diz:

O chafariz de São Francisco foi totalmente restaurado e limpo, através de uma ação conjunta entre a Fiemg, Sesi, Secretarias Municipais de Turismo e Cultura, e de Obras e Planejamento e do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), e contou com o patrocínio da Materiais de Construção Franklin. A restituição do chafariz foi um dos presentes que a cidade de Mariana recebeu pelos seus 300 anos. Uma ação que deveria ser imitada por outros órgãos e instituições, pois contribui para a conservação e manutenção do nosso patrimônio artístico e histórico (JORNAL).

Aqui é indicado, mais uma vez, que o executivo municipal de 1996 não tomava as rédeas da Praça em muitas intervenções, sejam elas culturais ou ligadas às reformas infraestruturais. O que ocorre são ações conjuntas entre empresas privadas e outras instituições, como o Sesi e a UFOP.

É importante deixar claro que o panorama de diminuição das pautas sobre o *Jardim do Ponto Final* (pensando no tempo cronológico de forma invertida, é claro) não reflete, necessariamente, às baixas nas movimentações, circulações e relações próprias da Praça. Diz apenas sobre uma menor frequência nas pautas pelo semanário – o que não significa, de forma absoluta, um sintoma negativo, afinal, a experiência da sociabilidade do *Jardim* por meio do jornalismo não pode ser apenas ligada à quantidade de notícias ou de espaços destinados dentro das páginas. Importa mais entender o “como” do que o “quanto”, mesmo que a quantidade também aponte para certas evidências.

Assim, o *Jardim* do Jornal incipiente se mantém como um ponto central dos eventos da cidade, mesmo que com menor participação e investimento do poder público e em menor incidência dentro do próprio semanário; reafirma o forte traço carnavalesco do espaço (encontrado nos três recortes, além da experiência histórica e dos relatos do próprio autor dessa pesquisa); confirma seu aspecto conflituoso – mesmo que de forma mais isolada – quando conta, brevemente, a briga entre jovens e um segurança na sede do Marianense Futebol Clube – instituição que por si só carrega questões já debatidas de classe e etnia de Mariana; e também aponta o aspecto da preservação do patrimônio material e imaterial – questão que o liga ao Jornal de 2006 – mas que no *Jardim do Ponto Final* contemporâneo ganha uma nova linha argumentativa, enviesada pela ideia do medo, da vigília e da higienização. Ou seja, enquanto nos textos mais antigos, ao que parece, a Praça precisa ser cuidada para continuar a servir a todos, no semanário atual ela tem que se perder enquanto espaço público para ser cuidada.

2.6. O *Jardim* do Jornal como uma experiência esvaziada

Se forem levados em conta os entendimentos de García Canclini (2002), Sánchez (2001), França (1998), Park (2008), entre outros pensadores citados, de que o jornalismo é um propulsor – e também catalisador, como enfatiza Temer (2014) – de imaginários sobre a cidade e, conseqüentemente, do espaço público, a síntese desse movimento analítico coloca o *Jardim* dentro de uma dinâmica crescente. Ou seja, a Praça vai ganhando páginas conjuntamente com a consolidação do semanário ao longo dos anos, o que acende, por uma forma de olhar, a sua força potencial perante mídia e cultura. Em outros termos, o *Ponto Final* – consciente ou inconscientemente, pressionado ou não pelo social – incorpora¹⁰⁸ o centro vivido (SERPA, 2018a), o melhor, o epicentro de Mariana para si de forma gradual.

No entanto, essa sua aparição expansiva carrega consigo algumas características que se esbarram um pouco naquilo que Marocco e Berger (2006) discutem sobre o controle social. Um jornal que não costuma usar as aspas como recurso narrativo, e que, quando faz, tende a oferecê-las a determinados grupos em exclusão a outros – talvez pelas questões de proximidade com o poder, como alertam Aguiar (2016) e Peruzzo (2005) – promove uma experiência apequenada do espaço e, por vezes, incoerente, já que o mesmo revela pluralidades quando contempla os eventos socioculturais, esportivos e até as manifestações populares – apesar de não aprofundar muito nessas questões que são mais recorrentes em termos quantitativos.

Dando seguimento aos três recortes, é curioso perceber que na medida em que o *Jardim* (na chave da sociabilidade que abarca o harmonioso, mas também o conflituoso) floresce no impresso, ele também cresce enquanto temática problema: passando da preservação do monumento dentro – ou não – dos períodos de obras, das festas (incluindo a im-

¹⁰⁸ Com a soma dos três recortes temporais o *Jardim* se mostra retratado pelo Jornal em 77 aparições (50 incidências destinadas à primeira categoria; 15 à segunda categoria; e 12 à terceira). Diante desse elevado número de reportagens, notas, artigos, editoriais, entre outras formas textuais do *Ponto Final*, apenas o material correspondente à terceira categoria – em que a Praça é a temática central – está exposto, de forma completa, nos apêndices da Dissertação que deu origem a este livro.

portante resistência cotidiana carnavalesca, firmada em 2006), e dos conflitos e rompimentos isolados da lei, para uma dimensão atual do medo (CORRÊA, 2010), com desdobramento dado no consumo e tráfico de drogas, nos atos de incivilidade, na depredação e na violência física – transtornos que, segundo o que se lê, só irão se resolver com policiamento ostensivo, vigília constante, e até com a ajuda da igreja.

Ao sair das explanações que buscam sintetizar os três recortes jornalísticos e juntando as descobertas desse capítulo com as do movimento analítico em torno da sociabilidade nos rastros históricos, é oportuno apontar as diferenças de uma experiência para a outra. O *Jardim* da História, ao que parece, construiu a ideia do caráter estritamente público ao longo do tempo, mesmo perante modas, pressões, remodelações urbanísticas e contextos sociais do município. O *Jardim* do Jornal, pelo contrário, parece querer esquecer – de forma crescente no semanário – essa noção. Com isso, ao invés da imprensa proteger a dimensão do público, ela parece querer controlá-la, ou ao menos possibilitar que certas figuras e instituições lancem suas ideias de poder no epicentro.

Mas não só pela diferença é possível construir uma ponte entre o primeiro e o segundo capítulo. O *Jardim* da História, apesar de ser apresentado com um pouco mais de evidências de polifonia, peca por se agarrar na perspectiva macro do universo formal, documental e “oficial”, o que o deixa sem desdobramentos sobre as interações banais e amenas, e até mesmo sobre os conflitos próprios do espaço público (ANDRADE; JAYME; ALMEIDA, 2009) (ANDRADE; BAPTISTA, 2015). Esvaziamento também encontrado no *Jardim* do Jornal, uma vez que, mesmo tendo a oportunidade de recorrer às vozes subterrâneas, ele opta pelo narrar institucional. Dessa maneira, as duas experiências falham no aspecto microssocial.

Já sobre os traços da sociedade marianense e o jogo da cidade no tempo (ROSSI, 2001), o que o *Jardim* do Jornal aponta diz respeito a novos e velhos conflitos. Do que se tem de novo, não se trata, apenas, das rixas do morador tradicional contra o recém-chegado. Existe algo do poder executivo – enquanto agente público principalmente – diante do

jovem e de outras figuras consideradas desajustadas. Do que se tem de velho, são os costumes moralistas, interioranos, alguns declaradamente religiosos; a desigualdade social, evidenciada pelos casos de roubo e furto; e, principalmente, o retrato dos poderes político e econômico enquanto reguladores do espaço e também das páginas do semanário.

Por fim, é preciso deixar claro que aqui não é cobrada uma cobertura que abarque integralmente a realidade do *Jardim*, uma vez que, como explica Mouillaud (2012), o jornalismo é apenas um fragmento extraído de uma totalidade. Mas, mesmo admitindo essas fissuras inerentes à prática da imprensa, é preciso dimensionar os pontos que essa experiência mostra para que as formas de imaginar, narrar e vivenciar a Praça não entrem em estado de desequilíbrio ou de paranoia social. Assim, após esse resgate da experiência pelos rastros históricos, somada à jornalística dos três recortes temporais, resta perguntar como a sociabilidade será construída pelos frequentadores do espaço. Este é o próximo passo da pesquisa que será discutido no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3

3 O *JARDIM* DOS FREQUENTADORES: A SOCIABILIDADE POR QUEM SOCIALIZA

3.1. Observações e entrevistas no *Jardim*: um ponto de partida

Após um percurso embasado nos rastros históricos e direcionado às publicações de um veículo da imprensa local, o trabalho parte agora para construção do seu terceiro elemento que compõe a tríade analítica diante da sociabilidade do *Jardim*: os frequentadores. Para chegar até formas de experiência dos usuários da Praça, a pesquisa pretende se desenvolver em torno de algumas noções da Antropologia¹⁰⁹, como as da observação participante e as da entrevista em profundidade.

A primeira perspectiva etnográfica tem como objetivo trazer uma dimensão descritiva e ao mesmo tempo analítica do espaço em suas interações, em um esforço de estranhamento, uma vez que as observações acontecem diante da comunidade na qual o autor que aqui escreve pertence e, além disso, o *Jardim* é um elemento presente¹¹⁰ nessa vivência de ordem pessoal. Ao comentar sobre essa forma de olhar com outros olhos os objetos conhecidos, Rabelo (2004) fala da importância do sentido de estranhamento, principalmente, a partir da quebra do paradigma em que a Antropologia passou a incorporar não apenas estudos sobre sociedades distantes e distintas, mas, também, sobre as próprias cidades¹¹¹, bairros, ruas e as até profissões familiares aos pesquisadores. Com essa virada dos estudos, o autor argumenta que o estranhamento não se deu mais apenas em ordem geográfica, étnica ou de classe, mas também como

¹⁰⁹ Sobre o uso de elementos da Antropologia dentro de pesquisas da área da Comunicação, Peruzzo (2011) cita duas motivações principais: “Realização de uma pesquisa inovadora de caráter qualitativo que permitisse atingir elevado grau de profundidade” (PERRUZO, 2011, p. 130); e a tentativa de “ir além da constatação crítica sobre as manipulações da mídia e o seu poder de influência [...]” (PERRUZO, 2011, p. 130).

¹¹⁰ Questão assumida abertamente desde as primeiras linhas deste livro.

¹¹¹ A Escola de Chicago é tida como a pioneira dessa perspectiva antropológica em centros urbanos.

algo ligado a uma distância psíquica. “Trata-se de adotar um recurso metodológico de estranhar, distanciar-se das regras, da visão de mundo e das atitudes legitimadas pela sociedade e suas instituições, tirando-as da opacidade em que a cultura as coloca” (HASSEN, 2004, *apud* RABELLO 2004, p. 4). Dessa maneira, tentar estranhar as movimentações do *Jardim* é uma peça chave para a condução desse capítulo.

É importante deixar claro que não serão cumpridas todas as premissas e os critérios que envolvem a observação participante¹¹², estabelecidos em extensas literaturas da etnografia, uma vez que o trabalho de campo não é o foco central da pesquisa, mas, sim, um importante aliado de composição dentro de três movimentos analíticos. Em outros termos, a pesquisa não foca apenas nos aspectos do estar em campo. Dessa forma, o preparo¹¹³ de cada capítulo se mostra equacionado equilibradamente em termos contextuais e analíticos e a vivência etnográfica acaba por não ter um percurso tão extenso como, provavelmente, teria em uma obra puramente antropológica.

Essa espécie de desencaixe de alguns dos preceitos da observação participante diante da singularidade do objeto pode ser visualizada pelos entendimentos de Whyte (2005). O autor aponta, por exemplo, que o pesquisador precisa, necessariamente, vivenciar um longo processo de imersão para negociar a sua entrada no campo. Esse pré-requisito não é entendido, nas dimensões deste trabalho, como obrigatório, porque a circulação dos frequentadores da Praça é alta, diversa e difusa e, como afirmado anteriormente, o tempo de trabalho em campo se apresenta aqui de uma maneira mais curta. Outro ponto que Whyte (2005) coloca como primordial é a ideia de que o pesquisador deve-se mostrar sempre diferente do grupo pesquisado. Essa questão também se distingue da realidade da proposta, pois, por se tratar de uma praça pública e aberta, a minha presença só foi denotada como dessemelhante nos momentos em que pessoas foram abordadas (como no caso dos usuários que fo-

¹¹² Segundo Angrosino (2009), “a observação participante não é, por si mesma, um método de pesquisa – ela é um contexto comportamental a partir do qual o etnógrafo usa técnicas específicas para coletar dados” (ANGROSINO, 2009, p. 34).

¹¹³ Como explicado na introdução deste livro, todos os capítulos apresentam aspectos analíticos, mas em graus diferentes. E cada análise ajuda a pensar as singularidades e a unificação dos três movimentos.

ram convidados¹¹⁴ para as entrevistas em profundidade). Ou seja, para a maior parte dos frequentadores dos quais não se iniciaram diálogos e interações próximas, eu só fui mais um que me apropriava do *Jardim*. Assim, por todos esses pontos de desníveis entre o objeto e uma ideia mais pura do contexto comportamental antropológico, será evitado falar diretamente no termo de forma estrita. Talvez a ideia de inspiração ou mesmo de noções da observação participante se insiram melhor.

Especificamente sobre o recurso metodológico da entrevista em profundidade, o estudo opta pelo caminho das questões semiestruturadas, assim como foi realizado na coleta das informações sobre o *Ponto Final*. Com a diferença de que neste capítulo os nomes dos entrevistados serão modificados. Para garantir o sigilo das fontes, algumas informações e características pessoais também não vão aparecer¹¹⁵. Nesse aparato e com essas condições, 13 frequentadores concordaram em falar sobre o espaço, incluindo vendedores ambulantes, comerciantes, jovens de classe média e de periferia, moradores antigos de Mariana e do entorno da Praça, profissionais do turismo, artistas, estudantes universitários, entre outras figuras circulantes. É necessário ressaltar que, para a escolha dos entrevistados, a preocupação da pesquisa não se deu pela via quantitativa, na busca de alcançar todas as figuras e os grupos que circulam pelo *Jardim* (essa totalidade é entendida como inalcançável, inclusive). O que se buscou, de fato, foi se aproximar de uma representatividade mínima, diante de um cenário que foi se revelando ao longo dos dias *in loco*.

Ainda sobre a entrevista em profundidade, que vai aparecer nos próximos tópicos em conjunto com as observações do diário de campo, sua serventia vai ao encontro não só do entendimento dos usuários sobre o cotidiano do espaço, como também dos atravessamentos temporais. Porque quem fala de formas de experiência da sociabilidade no *Jardim* não fala apenas sobre o que está sendo vivido no tempo atual, mas sobre o passado, as suas significações e atualizações.

¹¹⁴ Os convidados assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido.

¹¹⁵ Todas as entrevistas se encontram transcritas de forma completa nos apêndices da Dissertação que deu origem a este livro. Entretanto, algumas informações pessoais, além de perguntas e respostas foram cortadas, a fim de manter o sigilo das fontes que se propuseram a falar sobre o *Jardim*.

3.2. O *Jardim* dos frequentadores: formas de entrada na Praça

A opção inicial para observar as interações no *Jardim* e procurar diretamente os frequentadores para a entrevista em profundidade se fez embasada em uma contemplação de 30 dias, iniciada no mês de novembro de 2018. Contudo, por conta do elevado número de chuvas¹¹⁶ no período, o recorte final foi diminuído para 25 dias (que não se deram de forma ininterrupta, ocorrendo, portanto, entre os dias 12 de novembro de 2018 e 23 de dezembro de 2018). Nesse tempo, as vivências etnográficas na Praça se diluíram em três turnos (manhã, tarde e noite), nos sete dias da semana e em horários¹¹⁷ variados. É necessário sublinhar que as observações resultantes dessa delimitação trazem aspectos demarcados temporalmente. Ou seja, observar o *Jardim* de novembro a dezembro não pode ser o mesmo que contemplá-lo durante um ano ou dois. Entretanto, com a ajuda das entrevistas – que, de fato, rompem com o tempo cronológico – aqui se busca uma dimensão para além desses meses em campo. Outra questão que atravessa e dialoga com essa não cronologia são as próprias lembranças do autor que aqui escreve, pois, em algumas das observações, as memórias de outros tempos se relacionam com o presente, o que também ajuda a superar a visão simplória dos 25 dias na Praça.

Para uma melhor organização das ideias referentes às observações e às falas de quem socializa no espaço, essas formas de experiência serão apresentadas em uma divisão textual organizada em três subtópicos ligados a importantes eixos de vivência: o *Jardim* do comum, o *Jardim* institucionalizado e o *Jardim* dominical. Mas isso não significa dizer que essas escolhas narrativas de apresentar a sociabilidade sejam indissociáveis. Isto é: alguns entendimentos serão retomados e rediscutidos, independentemente, da fragmentação aqui proposta.

¹¹⁶ É necessário abrir um parêntese para explicar que as chuvas não significam a invalidez de descobertas sobre a Praça, pois qualquer reação aos estados da natureza pode ser reveladora de algo. Entretanto, elas limitam em muito as interações, já que o *Jardim* não tem muitos pontos cobertos (há somente o coreto), o que faz com que os usuários, simplesmente, saiam do espaço em decorrência dos temporais.

¹¹⁷ A observação ocorrida em horário mais cedo se deu a partir de 8h e a mais tarde às 23h.

3.2.1. O *Jardim* do comum

Ao longo desta pesquisa, a Praça já foi analisada em várias frentes. Uma materialização que passa pelas vivências anteriores ao trabalho, com relatos de terceiros e uma manchete jornalística que me fez, literalmente, parar para pensar sobre a sociabilidade do epicentro de Mariana. Há ainda formas de experiência, já embaladas pela problemática do estudo, na perspectiva dos rastros históricos e da investigação sobre a imprensa marianense por meio do *Ponto Final*. Agora, é preciso assumir uma dimensão mais pessoal¹¹⁸ do *Jardim* que, com um exercício de estranhamento (RABELO, 2004), vai tentar buscar condições para responder como esse espaço se revela ao longo dos dias, e, principalmente, como se dão as interações, os gestos e os próprios entendimentos dos frequentadores.

Um primeiro caminho para chegar a essas respostas se forma no que se decide chamar por *Jardim* do comum: aquele sem a realização de nenhum grande evento ou atividade patrocinada e organizada pela iniciativa pública ou por empresas privadas. Essa entrada se traduz desafiadora em vários sentidos. Primeiramente, porque, no período de campo proposto, a Praça foi apropriada institucionalmente em muitos momentos, como no evento Natal de Luz, nas apresentações musicais fomentadas pelo poder executivo e até em gravações de uma novela¹¹⁹ da TV Globo. Em segundo, porque falar do *Jardim* em seu estado ligado ao cotidiano demanda um esforço de observação dos acontecimentos maior do que em situações de muito movimento, provocadas pelas atividades oficiais. Algo que passa pelas descrições, mas, principalmente, por reflexões mais profundas da sociabilidade do espaço.

Chegar ao *Jardim* no meio de uma semana pela manhã pode ser um exemplo do comum. A Praça matinal se revela, de forma generalizante,

¹¹⁸ Pessoal no sentido do autor e também dos frequentadores que falam sobre o que vivenciaram e vivenciam na Praça.

¹¹⁹ A novela em questão se chama: “Espelho da Vida” e foi veiculada no horário de 18h, de setembro de 2018 a abril de 2019. A trama usa como cenário Mariana (com muitas cenas no *Jardim*), além de outras cidades interioranas mineiras, incluindo Ouro Preto, Tiradentes e Carrancas, para representar o fictício município de Rosa Branca. Essa forma de apropriação da Praça será explorada no tópico a seguir.

pelas pessoas mais velhas. Há muita contemplação de frequentadores sentados sozinhos¹²⁰ nos bancos, uma cena que em horários e datas de maior agitação se torna mais rara. “Gente que lê um jornal ou um livro, gente que utiliza seu aparelho celular (não é incomum ver velhos com *smartphones*), gente que fala da vida em dupla ou em pequenos grupos, e gente que, simplesmente, fica ali em silêncio¹²¹ e parada, com um olhar distante, aparentando não estar se preocupando com nada” (DIÁRIO DE CAMPO¹²², 20 dez. 2018). O acordar do *Jardim* também desdobra cenas ligadas à mobilidade dos corpos pelas pessoas caminhando no entorno do espaço. Esses exercícios rotineiros voltados ao bem-estar físico, realizados quase sempre pelos mesmos usuários ao longo da semana (adultos e velhos de classe média moradores do centro histórico), têm duração média de uma hora, a variar pelo calor e pela quantidade de sombras.

Para além das contemplações solitárias, dos papos banais dos conhecidos e das leves caminhadas, a Praça matinal também é a da labuta. Misturado aos sons¹²³ dos pássaros¹²⁴, do vento sobre as folhas, e até dos sinos das igrejas do centro e da sirene do Colégio Providência, o ba-

¹²⁰ “É curioso perceber como a solidão e a solitude são compostas no *Jardim* de Mariana. Em dias comuns pela manhã, ou mesmo a tarde, figuras solitárias são constantes e não apresentam nenhum constrangimento (ficar sozinho ali parece ser um estado desejável). Já à noite e em fins de semana, é praticamente impossível ver alguém se aventurar solitariamente na Praça (apenas loucos e alcoólatras têm coragem), tanto que eu mesmo me senti incomodado por não estar acompanhado em certos horários e dias. E isso não tem a ver com um temor relacionado à insegurança, mas, sim, com a sensação de estar um tanto quanto deslocado em meio aos grupos que se compõem e se fortificam em suas interações. É como ir de bermuda em uma festa em que todos estão vestidos com terno e gravata” (DIÁRIO DE CAMPO, 19 dez. 2018).

¹²¹ Além desse entendimento sobre a solidão, há outra peculiaridade ligada às interações no espaço que é a ausência de uma alta pessoalização dos frequentadores. Isto é: apesar do *Jardim* estar incluso territorialmente em uma cidade interiorana e de porte médio, não existe nele uma lógica que induza as pessoas a desenvolverem uma relação de solidariedade e reciprocidade obrigatória, como sair dizendo a todos: “bom dia”, “boa tarde”, “boa noite”, entre outros termos. Nesse caso específico, o *Jardim* está mais para uma praça de cidade grande, onde se cumprimenta apenas quem é conhecido, do que uma praça do interior, onde não ser cortês com o outro indica certa camada de desrespeito, mesmo que se trate de um desconhecido.

¹²² Por se tratar de um texto da minha própria autoria, as citações do diário de campo não serão recuadas quando ultrapassarem as três linhas. As aspas e a referência em parênteses continuam.

¹²³ No período em campo, vários casarões do entorno do *Jardim* receberam obras, incluindo pinturas, trocas de telhados e reparos internos. Assim, o som da Praça também se configurou pela ação de pedreiros e serventes com suas marretas, serrotes, pás e até com as barulhentas máquinas de cortar cerâmica e pedras.

¹²⁴ O *Jardim* contempla um número elevado de aves de pequeno porte, como bem-te-vis, andorinhas, canários, além de maritacas e pombas – estas em maior número. Aves de médio porte também podem ser vistas na Praça, como os tucanos.

ruído das vassouras arrastadas pelo calçamento são marcas presentes dessa faixa de horário. O *Jardim* laboral da manhã é composto por uma equipe fixa de varredores que cuida dos ambientes internos, enquanto outra leva de profissionais terceirizados fica mais por conta das calçadas, das ruas ao redor e de serviços específicos. O primeiro grupo possui cinco funcionários: homens e mulheres, maioria negros e mestiços. Eles trabalham das 7h às 16h, mas o período mais intenso de atividade é, certamente, a manhã. Além de varrer os caminhos de circulação interna, alguns desses trabalhadores cuidam dos canteiros, das plantas, dos lagos e das árvores da Praça. Silvério¹²⁵, um dos varredores do espaço, demonstra conhecimento e respeito ao verde, a ponto de direcionar diálogos às plantas. “Eu gosto de conversar com elas. A primeira coisa que eu faço quando chego aqui: ‘Bom dia, tudo bem com você? O menino do dedo verde está com você nesse momento’. Tem que conversar. É um ser vivo” (ENTREVISTAS, 2018). Em outra passagem ele explica: “Aquela árvore lá, aquela grandona lá. Ela tem cento e tantos anos. Você sabe o nome dela? *Flamboyant*. Essa aqui é filha dela. Essa aqui é sibipiruna. Essa aqui é ipê cor-de-rosa. Você conhece aquela planta ali? É hortênsia. Esse de cá aqui é manacá” (ENTREVISTAS, 2018).

Já o segundo grupo trabalha conforme demandas, ou seja, sem horário fixo. O número de terceirizados na Praça também varia, podendo chegar a uma dezena ou apenas a um indivíduo. Sempre uniformizados com calça cinza, camisa e boné de cor amarela, eles costumam realizar as tarefas mais volumosas de limpeza. “A rotina dos varredores parece ser pesada e repetitiva. A Praça está em constante processo de sujeira, tanto pela falta de zelo dos usuários no descarte de lixo, quanto pelo elevado número de folhas secas que caem das árvores nos calçamentos e em cima dos bancos. Um dos trabalhadores, ao levar um balde até a lixeira, reclama em voz alta: ‘Chega, já estou cansado de limpar isso aqui. A gente limpa, passa o vento e está tudo sujo de novo’” (DIÁRIO DE CAMPO, 14 nov. 2018).

¹²⁵ Os nomes fictícios masculinos são inspirados em ruas do centro de Mariana. Já os femininos, em flores que costumam compor os jardins brasileiros.

Entretanto, não é apenas da lida que os profissionais de limpeza se tornam parte do *Jardim*. Se a classe média do centro histórico, representada em maioria por velhos da família tradicional marianense, utiliza despreocupadamente as manhãs na Praça para contemplações, bate-papos e atividades físicas, os profissionais de limpeza, que não têm essas mesmas permissões¹²⁶, ao menos promovem pequenos escapes. “Uma das varredoras fixas quase que diariamente coloca para tocar músicas do seu celular em momentos de descanso. São canções de forró e sertanejo em que ela canta junto, sem vergonha alguma. Quando o aparelho não está em sua mão, está no porão do coreto (entrada que se dá por uma pequena porta lateral¹²⁷ onde são guardados todos os instrumentos de trabalho do *Jardim*), o que atiça a curiosidade dos que passam por perto” (DIÁRIO DE CAMPO, 14 nov. 2018).

De outra maneira, terceirizados trabalham em ritmo mais frenético, uma vez que, como já dito, eles são encarregados das atividades específicas, como capinar manualmente os matos presos nas pedras do chão ou varrer determinada rua em um curto espaço de tempo. O único momento de pausa é o horário do almoço, com a refeição sendo feita ali mesmo, em público. Após o consumo das marmitas nas disputadas sombras da Praça, alguns deitam nas gramas para descansar e até cochilam. “Um dos terceirizados se senta em um banco próximo à casa arqueiepiscopal, tira do bolso uma gaita e começa a tocá-la. O *Jardim* está quase que vazio e dá para ouvir de longe o sopro em forma de nota musical. Ele não demonstra muito domínio com o instrumento. Parece estar aprendendo,

¹²⁶ Dália, estudante universitária que frequenta a Praça quase que diariamente, também visualiza essa diferenciação entre varredores e demais frequentadores. “Você senta no *Jardim* e vê que tem algumas senhoras de classe social um pouco mais elevada que sentam ali, estão conversando, às vezes estão até com uma cuidadora do lado, mas você não vê isso com o pessoal de periferia. Ainda que seja um ambiente para eles também usufruírem, curtir o verde, a paz que ali passa, eles não usufruem disso. A maioria das vezes você vê essas senhoras trabalhando... Trabalhando na limpeza, inclusive para manter. E você pode ver que, às vezes, a faixa etária delas é igual à da senhora branca que está lá sentada. Você vê essa distinção. Nesse quesito a gente consegue enxergar as classes sociais distintas e o que um corpo pode e o outro não pode fazer” (ENTREVISTAS, 2018).

¹²⁷ “A pequena porta do coreto chama atenção de muitas crianças. Elas adoram investigar o que tem dentro do porão. Alguns pais aproveitam a dimensão apequenada da entrada para tirar fotos das crianças. Esse encanto todo faz lembrar-me de uma fala fabulosa dos meus pais na minha infância no *Jardim*: de que o porão do coreto era moradia dos sete anões e da Branca de Neve. Acreditei nisso por anos” (DIÁRIO DE CAMPO, 7 dez. 2018).

um nível iniciante e de desafino. Mas acompanhar aquele passatempo do trabalhador traduz em mim uma das mais belas cenas presenciadas nesse período de observação. Após uns dez minutos tentando tirar uma canção com a gaita, o homem volta ao trabalho, porque a hora do almoço terminou” (DIÁRIO DE CAMPO, 10 dez. 2018).

Outra forma de enxergar o comum são os namoros no *Jardim*. Em todos os turnos você encontra ao menos um casal. “Espero que nenhum pai, mãe ou responsável de adolescente leia o que vou escrever agora, mas jovens ‘matando aula’ para namorar é algo rotineiro na Praça, sobretudo, pela manhã. Adolescentes com uniformes¹²⁸, tanto dos colégios particulares quanto dos públicos, quase sempre estão circulando de mochilas e mãos dadas. A maior parte fica concentrada nos bancos próximos ao lago em forma de ferradura, enquanto outros namoram no coreto. Muitos dos beijos, inclusive, costumam ser quentes, mas não tão quentes quanto às ‘agarrações’ nas noites dos fins de semana que se desenrolam nas esquinas das ruas próximas ao *Jardim*” (DIÁRIO DE CAMPO, 12 dez. 2018).

Essa dimensão do flerte, da paquera e do namoro, que também se reverbera em outras passagens neste trabalho¹²⁹, se firma de uma tradição bem antiga de atravessamentos da sociabilidade da Praça. Magnólia, que tem um comércio próximo ao *Jardim*, afirma que o espaço sempre foi o “ponto de encontro para namorado, arrumar namorado, conversar com os amigos, bater papo... Andar para lá e para cá de mão dadas no *Jardim*...” (ENTREVISTAS, 2018). Nicanor, agente público que desenvolve ações na Praça, se lembra dos namoros das suas irmãs. “Eu tinha três irmãs e naquela época elas não saíam sozinhas e a gente ia junto e ficava ali brincando enquanto elas se encontravam com os namorados. Depois a gente voltava junto, essas coisas assim” (ENTREVISTAS, 2018). Já Camélia, antiga moradora de Mariana, conta como eram algumas interações entre casais nas proximidades do lago da ferradura.

¹²⁸ É preciso ponderar que o *Jardim* recebe estudantes em passeios promovidos pelas escolas de Mariana e até mesmo de outras cidades. Muitos grupos também se reúnem nos horários de término das aulas. Assim, adolescentes uniformizados na Praça nem sempre são sinônimo de “matar aula”.

¹²⁹ No texto introdutório, dois antigos moradores de Mariana contam como funcionava o footing na Praça.

Nesse lago as pessoas falavam que se a gente jogasse uma moeda lá e pedisse um namorado, o namorado vinha. A gente gastava muita moeda ali. Era muito interessante isso. Ali tinha também a ilha do amor. Sabe uma ilhota¹³⁰ que tem, assim, na mesma direção do lago da ferradura após a pontezinha¹³¹? E nessa ilha tinha a convivência de pássaros para procriar... Então as pessoas chamavam ali de ilha do amor. E a ponte era a ponte do suspiro. Então toda moça que brigava com o namorado ou o rapaz brigava com a namorada iam para aquela ponte para chorar as mágoas (ENTREVISTAS, 2018).

Todavia, o ato de namorar também indica preconceitos antigos da sociedade marianense, estes, inclusive, já revelados pelos rastros históricos. Camélia se lembra de situações de machismo na Praça, pois

no entorno da casa de Gomes Freire, que hoje é o Marianense, a moça que se sentava naquela pedra ficava falada. Ser falada era ser desmoralizada pelos costumes da época. Então, aquelas moças mais atualizadas iam para lá namorar e no outro dia todo mundo comentava: “Ah, fulana de tal sentou-se na pedra do amor lá na porta de Gomes Freire, imagina?” (ENTREVISTAS, 2018).

Do *Jardim* contemporâneo, a maior parte dos casais é composta por jovens heterossexuais de classes variadas, mas também há adultos e velhos. Dos dias de trabalho em campo, visualizei apenas dois casais homossexuais demonstrando afetos¹³² em público – um na tarde de uma terça-feira e outro em uma noite de quarta-feira – o que indica outros tabus, estes existentes em torno do gênero e da sexualidade. “Logo no início da tarde avisto duas mulheres aparentando os vinte e tantos anos abraçadas no coreto. Elas conversam muito, trocam carícias e beijam na boca. A Praça está um tanto quanto vazia, deve ter no máximo dez pessoas, por isso fica difícil inferir uma dimensão sobre a reação dos demais usuários. Mas os que estão no local não parecem se importar

¹³⁰ Essa ilha compõe o lago em forma de estribo.

¹³¹ A entrevistada chama de ponte o calçamento elevado existente entre os dois lagos da Praça.

¹³² Ocorreram outras cenas ligadas a pessoas LGBTQIA+ no *Jardim*, como um grupo de dança composto por uma mulher trans que utilizou o espaço em uma tarde de sábado para gravar uma paródia de *funk*. Porém, o enfoque aqui se faz em relação à troca de afetos entre casais.

com a cena” (DIÁRIO DE CAMPO, 13 nov. 2018). Jasmim, jovem, negra, lésbica e moradora de um bairro periférico do município, entende o *Jardim* como um espaço possível e importante para demonstrar os seus afetos, apesar de certos receios.

Eu, antes, quando era mais nova tinha outras questões em relação à minha sexualidade. Então eu tinha um receio, certo medo mesmo de como as pessoas iriam lidar, principalmente, minha família... Que era muito religiosa e tal. Mas hoje em dia não tenho, não. Mas, não é todo mundo que se sente à vontade aqui. Porque acaba que... É um espaço bom, assim, até aconchegante, mas tem gente que, às vezes, não entende o limite. Então... Nunca presenciei. Não que eu me lembre, posso estar enganada... Mas nunca presenciei um caso de homofobia comigo (ENTREVISTAS, 2018).

Já André, morador da cidade que trabalha como monitor de turismo, ao ser perguntado sobre o que desaprova no *Jardim*, deu a seguinte resposta de teor discriminatório:

O desrespeito. Não só por parte dos jovens que usam loló, maconha, e às vezes até cheiram cocaína, como por parte dos gays e lésbicas. Porque lá é uma praça pública e a gente tem que respeitar as pessoas. Não que a gente seja contra as pessoas fumarem, cheirarem, beberem, transarem, serem casais de homossexuais, mas é que é uma praça que envolve crianças, muitas crianças. Se fosse uma praça só de adultos... É só isso que eu não aprovo lá (ENTREVISTAS, 2018).

Se a manhã é generalizada por velhos de classe média e casais, à tarde o “relógio biológico” da sociabilidade do *Jardim* tende a se inverter¹³³ com a presença das crianças. “A maior parte dos pequenos se concentra nos miolos da Praça ao redor do coreto e também nos lagos. A depender do número de pessoas, é recomendado andar olhando para o chão, a fim de não atropelar ou ser atropelado. Eles brincam de bola, de balão, de

¹³³ O que não significa o sumiço dos velhos ou dos outros grupos. André, por exemplo, traz a seguinte dimensão do período da tarde: “É um horário que os senhores idosos gostam de tomar aquele solzinho da tarde, ver os pássaros ali. Então é um horário mais para os senhores. Não só senhores, né? Crianças e senhores. Crianças ficam o tempo todo. Estudantes ficam ali refletindo, descansando... A Praça tem esse charme” (ENTREVISTAS, 2018).

bicicleta, de soltar bolinhas de sabão e até com os irritantes estalinhos que, quando jogados no chão, fazem um barulho inconfundível. Muitas crianças também aproveitam os lagos artificiais para ver os peixes e, com tamanha empolgação, quase entram dentro deles a fim de ter contato direto com a água. Além desses passatempos, mães, pais e avós carregam bebês ou os levam em carrinhos para cima e para baixo” (DIÁRIO DE CAMPO, 25 nov. 2018).

As ações das crianças (que também abarcam a classe média marianense, com algumas exceções) me movem a comparações com a minha própria infância em relação à ideia de ser livre para brincar no *Jardim*. “Quando pequeno, me lembro que não era permitido, por exemplo, andar de bicicleta, chutar bola, muito menos pisar nas gramas ou se aproximar demais dos lagos da Praça. Os canteiros gramados, inclusive, eram cercados por pequenas estacas de madeira e arame para ninguém ultrapassar. Uma espécie de vigia fazia questão de controlar tudo isso falando diretamente com as crianças ou com os seus responsáveis. Hoje, para a dimensão de liberdade dos pequenos, essa figura não existe” (DIÁRIO DE CAMPO, 25 nov. 2018).

Porém, nem todo mundo vê com bons olhos a soltura das crianças no espaço. Camélia entende que as brincadeiras atuais são sinônimas de desobediência.

Houve uma época que foi posto no *Jardim* até um mobiliário completo que se as pessoas quisessem jogar damas, baralho... Especialmente os idosos e as crianças que quisessem brincar, havia cadeiras e essas mesas. E o *Jardim* sempre foi local de lazer da comunidade. Não havia crianças chutando bola lá dentro. Havia, sim, umas brincadeiras que não influenciavam no transitar das pessoas e havia muito respeito (ENTREVISTAS, 2018).

Em outra parte da entrevista, ela acrescenta:

Fazíamos teatro na Praça. Tinha teatro na Praça. Outra coisa: os meninos, geralmente, ficavam admirando as meninas. Eles não entravam nas danças, porque era feio. Homem tinha que ser homem, né? Hoje não. Homem rebola, mas naquele tempo o homem era sempre o importante que não podia se misturar... E, outra coisa, nós sentávamos no chão da Praça e brincávamos de advinha, charada... Era importante ficar fazendo charada. E, às vezes, os meninos assistiam algumas encenações que as meninas faziam. E eles participavam. Das encenações eles participavam. Então era muito divertido. Não havia bicicleta, não havia nada. Então era aquele sossego. Hoje¹³⁴ é um desrespeito total (ENTREVISTAS, 2018).

Já Nicanor não interpreta as interações contemporâneas das crianças como ultrajantes, mas deixa em aberto a possibilidade de intervenção do poder público. “Hoje aumentou, por exemplo, o número de crianças durante o dia, nas manhãs... Muitos querem andar de bicicleta, outros estão com bola para jogar... Eu fico pensando se não é o caso de se pensar em um cantinho para ter esse tipo de atividade” (ENTREVISTAS, 2018).

Outro fator peculiar das interações entre as crianças na Praça diz respeito à tecnologia digital. “O uso de *smartphones* é desenfreado e abarca quase todos os grupos circulantes do *Jardim*: jovens, adultos, velhos, homens, mulheres, pobres, pessoas de classe média, moradores da periferia, moradores do centro, trabalhadores, turistas... É curioso ver o contraste dos celulares com os dois orelhões (em funcionamento, mas sem uso algum) que a Praça possui nas esquinas que dão de frente para a

¹³⁴ A dimensão entre passado e presente e até mesmo futuro também deve ser pensada dentro de uma lógica da nostalgia. Em muitas das falas dos entrevistados o que “foi” parece ser melhor do que “é”. Magnólia, por exemplo, diz que: “Tenho muita saudade da minha juventude. *Jardim* era muito gostoso. E é ainda, né? Só que tem que ter mais atenção do poder público. Na minha época não precisava de segurança. Tinha menos droga. A pessoa tinha mais temor. Não fazia xixi na rua, entendeu? Tinha mais pudor. Eu acho que o pessoal tinha mais respeito com a natureza, com tudo” (ENTREVISTAS, 2018). Sem a intenção de tratar como invenção ou mentira esse tipo de lembrança dos frequentadores, até porque elas são usadas como forma de experiência de quem socializa, é preciso apenas ponderá-las, porque o passado não tem certos pesos que o presente tem.

Rua Dom Viçoso. Também impressiona a quantidade de *selfies*¹³⁵ produzidas diariamente no espaço. Mas vale um adendo e tanto que merece ser transcrito: as crianças vão ao *Jardim* para brincar. E não é com os celulares. Assim, a Praça possibilita uma espécie de resistência das brincadeiras infantis motoras, diante de uma geração que desde cedo se debruça aos dispositivos eletrônicos” (DIÁRIO DE CAMPO, 13 dez. 2018).

Se o espaço tem crianças, dificilmente não haverá ponto de vendas. E é aí que entram os vendedores ambulantes do *Jardim*, presentes quase que diariamente¹³⁶, sobretudo, em fins de semana ou em dias de alta temperatura. “Gritos de: ‘Aooo picolééé’ e convites para comprar bombons, somados à buzina inconfundível dos homens que vendem algodão doce, compõem a sonoridade do espaço” (DIÁRIO DE CAMPO, 13 dez. 2018). “Próxima de passar em frente aos lagos, uma mãe, ao ver ambulantes em seu caminho, adverte seus dois filhos pequenos: ‘Ali tem picolé e algodão doce. Ninguém vai pedir nada, estamos entendidos?’. A maior parte dos vendedores é composta por adultos e velhos, mas também existem crianças de 9, 10 e onze anos. Crianças vendendo para crianças” (DIÁRIO DE CAMPO, 16 nov. de 2018). A Praça também tem um ponto quase fixo de venda de brinquedos que em dias de maior movimentação ganha um equipamento de pula-pula, entre outros jogos infantis. Há um casal que cuida essa área e, por vezes, um adolescente.

¹³⁵ “O disparo de fotos pelos aparelhos celulares é uma ação naturalizante na Praça. Quase todos os grupos fazem esse tipo de registro. Os turistas são os campeões das selfies. É raro não presenciar um dia sem visitantes no *Jardim*, chegando em grandes grupos organizados por guias de turismo, ou mesmo vindos em pequenas junções de amigos, familiares e casais. E é mais inusual ainda que essas pessoas não façam alguma pose para fotos no coreto, nos lagos ou mesmo nos bancos, sempre ajustando o enquadramento para evitar sombras ou raios de sol em excesso, sempre passando as mãos nos cabelos contra o vento, sempre com sorrisos estampados. O *Jardim* para o visitante é o imagético” (DIÁRIO DE CAMPO, 25 nov. 2018).

¹³⁶ Pedro, que vende picolé no *Jardim* há cerca de dois anos, explica como funciona sua rotina no espaço. “Tem dia certo para vir não. Eu saio todo dia. Ontem eu saí e vim aqui. Às vezes amanhã eu possa sair e ir para outro canto. Mas eu venho aqui mais domingo e feriado. Depende do sol também. Dependendo do sol eu saio todo dia” (ENTREVISTAS, 2018).

Para além dos ambulantes que circulam por dentro do espaço, dos comerciantes dos casarões do entorno¹³⁷ e dos que vendem cachorro- quente, pipoca e batata frita e ficam instalados próximos ao Teatro Sesi, o *Jardim* também recebe vendedores de colares, pulseiras, toucas e brincos, tratados popularmente como *hippies*. Dos dias de observação em campo me aproximei de um desses artesãos, que além de usar a Praça como ponto de comércio, também a utiliza como moradia, com direito a armação de uma barraca de *camping* dentro do coreto à noite. Lauro, que é natural da Bahia, enxerga o espaço como seguro e propício para a sua atividade e seu estilo de vida. “Aqui eu gosto do clima, assim, gostoso. Aí você vai dar uma voltinha na Praça, tem os peixinhos. É legal. Um lugarzinho legal de botar tipo uma banquinha já. É bom. Com certeza o clima é bom aqui em Mariana” (ENTREVISTAS, 2018). Mas ele também defende melhorias.

O que eu acho mesmo, que é uma coisa ruinzinha, que às vezes até eu mesmo faço, que é o banheiro. Às vezes o cara vai dar uma mijadinha em uma árvore dessas. Não tem jeito. Mas o *Jardim* deveria ter um banheiro sem ser esse negócio de banheiro químico¹³⁸. Um banheiro legal (ENTREVISTAS, 2018).

¹³⁷ O *Jardim* possui seis estabelecimentos comerciais na Rua Dom Viçoso, como bares, restaurantes e uma franquia de sanduíches. Na Travessa João Pinheiro há uma choperia, além de um ponto de açaí e de uma pizzaria. Já na Rua Barão de Camargos, os comércios são compostos por dois restaurantes e uma loja de roupa. O entorno da Praça também possui algumas lojas de artesanato. Além de comércio, a Praça abriga na Rua Barão de Camargos a sede social do Marianense Futebol Clube, na Rua Frei Durão a sede social do Guarany Futebol Clube e na Rua Dom Viçoso uma das sedes da Fundação Renova, organização criada pela Samarco, em conjunto com outras instituições, após o rompimento da Barragem de Fundão, em Bento Rodrigues. Todas essas observações, correspondem ao período da pesquisa.

¹³⁸ No período de observação em campo, banheiros químicos foram instalados sempre às sextas-feiras na esquina entre a Rua Barão de Camargos e a Travessa João Pinheiro, e retirados nas segundas-feiras pela manhã. A estrutura, geralmente, correspondia a oito cabines: quatro femininas e quatro masculinas. “Provavelmente pelo excesso de consumo de cerveja e pela própria condição higiênica das cabines, os banheiros químicos não dão conta de atender todos os frequentadores nos fins de semana, muito menos os mictórios dos bares do entorno. Assim, acaba sobrando para as ruas laterais a condição de urinol ao céu aberto” (DIÁRIO DE CAMPO, 6 dez. 2018). Violeta, moradora do entorno da Praça, aumenta a narrativa da complexidade desse tema. “Esses banheiros que eles põem aí, eles só punham aqui na frente da minha casa. Eu não sou de reclamar, porque fica uma coisa chata e cansativa, mas me incomodava, porque na hora de limpar era um cheiro insuportável. Então uma vez telefonaram para mim, me perguntaram, e eu falei que achava que deviam revezar o espaço, porque era sempre aqui, e tirava também o visual do *Jardim*. Então, uma vizinha minha que é bastante exigente, quando mudou para cá, ficou muito nervosa e ligou para a Prefeitura, falou isso. Aí eles passaram os banheiros para o lado de lá. Porque o lado de lá não tem casas... O muro é mais alto... Corta mais, sabe?” (ENTREVISTAS, 2018).

À medida que a tarde vai dando lugar à noite, novos grupos ganham protagonismo no *Jardim* do comum. O de maior volume é composto pelos consumidores dos bares localizados na Rua Dom Viçoso, que são, em termos gerais, subdivididos entre jovens e adultos da classe média da cidade e estudantes universitários – estes sendo compostos, em grande parte, por forasteiros que moram em repúblicas, pensões ou casas alugadas. Alguns estabelecimentos ficam abertos desde o horário do almoço, mas o início das “bebedeiras” se faz mesmo a partir das 17h ou 18h, em praticamente todos os dias – desconsiderando sábado e domingo, quando o ato de beber tende a começar mais cedo. Isso também é refletido com o momento *happy hour* de alguns trabalhadores¹³⁹ que moram no centro ou que passam por ele para chegar até suas casas.

Esses grupos costumam se sentar sempre nos mesmos lugares e é relativamente fácil descobrir quem é quem pela própria formação das rodas de conversa, apesar de haver figuras híbridas. Os universitários tendem a se fixar em direção ao Bar da Rosângela, enquanto os marianenses de classe média, juntamente com os trabalhadores, próximos ao Bar do Xupisco. Todos ocupam os calçamentos da Praça, alternando entre ficar em pé ou sentado nos canteiros elevados. “Ao transitar pela calçada do *Jardim* na Rua Dom Viçoso, noto que quase a totalidade dos ocupantes desse espaço consome cervejas em copos plásticos. Há muito cheiro de nicotina, de churrasco – por conta da fumaça produzida por uma espetaria – e, vez ou outra, de maconha. Como os bares ficam do outro lado da rua, os atravessamentos são constantes e nenhum veículo passa em alta velocidade. Até porque alguns motoristas adoram se mostrar dentro dos seus respectivos carros, muitos, inclusive, passando inúmeras vezes quando a Praça está cheia” (DIÁRIO DE CAMPO, 10 dez. 2018). Dália

¹³⁹ “Os trabalhadores que praticam o *happy hour* no *Jardim* se misturam na área frequentada pela classe média marianense, o que não significa dizer que sejam pertencentes aos mesmos sentimentos identitários, uma vez parte deles é forasteira, atraída pelos cargos oriundos da mineração. Quando adolescente, a presença desses profissionais da mineração era visualizada de forma mais fácil pelo fato de muitos transitarem uniformizados pelo *Jardim*. Hoje, essa postura é quase inexistente, já que as empresas proibem a ligação das suas marcas às ações de lazer na Praça, como o consumo de bebidas alcoólicas. Outra diferença relacionada ao *Jardim* da minha juventude está na pequena presença dos trabalhadores de baixo escalão do minério, denominados como “peões”. Essa queda na presença dessas pessoas se dá, muito provavelmente, pelas grandes demissões da área, após a paralisação das operações da Samarco, em 2015” (DIÁRIO DE CAMPO, 16 nov. 2018).

acredita que o espaço agrada aos universitários pela sua possibilidade de interação gratuita. Para ela, “a parte boa do *Jardim* é que, diferente das cidades grandes, a gente pode até ir sem dinheiro. Você vai para ver os amigos, sentar, iniciar uma conversa legal” (ENTREVISTAS, 2018).

Mas a noite comum do *Jardim* também evidencia outro círculo de pessoas¹⁴⁰ que muda a perspectiva, até então, majoritariamente branca e classe média do espaço: os jovens de periferia que costumam¹⁴¹ ficar na área mais próxima à casa arquiépiscopal, ambiente arborizado, de menor trânsito de pessoas e com uma iluminação elétrica mais fraca. “Andando em pequenos agrupamentos, eles não chegam a frequentar o *Jardim* em grande número, situação que se altera nos fins de semana, sobretudo, no domingo¹⁴². Reservados aos bancos, alguns ouvem *funk* com pequenos aparelhos de som ou celulares, enquanto outros consomem bebidas alcoólicas. Assim como na parte dos bares, vez ou outra, o cheiro da maconha se torna perceptível” (DIÁRIO DE CAMPO, 19 nov. 2018). Para algumas pessoas, esse isolamento é natural. Nicanor induz que essa divisão tem a ver com o consumo das drogas ilícitas.

Acho que são as próprias pessoas que hoje buscam estar em uma faixa de diferenciação. Você citou as pessoas que vêm de outros bairros. Existem alguns grupos que vão ali para o canto, porque querem beber ou usar algum tipo de substância e não querem se misturar (ENTREVISTAS, 2018).

Visão semelhante à de Antônio, jovem marianense de classe média que frequenta a área próxima aos bares e que também trabalha em um desses estabelecimentos da Rua Dom Viçoso.

O *Jardim*, hoje em dia, dá para você ver que ele meio que dividiu o público. O adolescente fica em um canto. Os caras que vão fazer coisa errada, usar droga, ficam em outro, os estudantes ficam em outros e os, vamos dizer assim, jovens, ficam em outro ponto do *Jardim* (ENTREVISTAS, 2018).

¹⁴⁰ O *Jardim* também costuma receber manifestações culturais espontâneas nas tardes e noites do comum, como grupos de capoeira e pessoas que tocam instrumentos de corda e percussão.

¹⁴¹ Em todas as localizações dos grupos frequentadores da Praça, é necessário frisar que existem variações, a depender dos dias, dos horários e dos acontecimentos. O que se busca, portanto, é apenas um quadro geral dessas dimensões.

¹⁴² Essa questão será retomada no subtópico sobre o *Jardim* dominical.

Mas não são todas as pessoas que enxergam como natural essas barreiras invisíveis entre periferia e centro na Praça. Violeta expõe os preconceitos da classe média, ao comentar que

os grupos sociais, entre aspas, da elite, porque realmente aqui não tem elite, produzem certa rejeição... Por exemplo: chega alguém da minha família e fala assim: “Ah, está cheio de gente estranha ali no *Jardim*”. Gente estranha é rapaz de boné, como diz meu sobrinho, de “aba reta”... Isso não me incomoda, não. Eu não tenho esse tipo de preconceito e não gosto que tenham também. Me incomoda quando as pessoas me falam. A gente vê pessoas de todas as classes sociais, só que essas classes mais altas têm certa rejeição e elas falam com bastante desdém: “Ah, *Jardim* só tem gente não sei o que, e ‘Prainha’”... Então são coisas assim. Há esse preconceito (ENTREVISTAS, 2018).

Joaquim, artista e produtor cultural que desenvolve atividades no *Jardim*, ao falar sobre algumas formas artísticas próprias da periferia, enfatiza essa mesma ideia.

Eu sinto essa coisa da pessoa do centro histórico se achar um pouco a dona. Mais do que dona, é uma coisa de demarcar o território. E uma coisa que vem se fortalecendo: há um incômodo da periferia ocupando um território que é central. Isso gera incômodo, sempre gerou e vai continuar gerando. É o negro aparecendo, estando no lugar que antes era dos brancos. Antes era da classe dominante. Eu vejo isso. As pessoas reclamam não é do *funk*. Ela não gosta não é do *funk*, ela não gosta é da população que o *funk* traz para o *Jardim*. Ela não gosta não é da batalha de *mc's*¹⁴³ mas, sim, do público que a batalha puxa. (ENTREVISTAS, 2018).

Ao falar sobre discriminação, Luiz, jovem, negro e morador de um bairro de periferia, explica a dinâmica do *Jardim* pela própria vivência.

¹⁴³ Esse assunto será retomado no subtópico a seguir.

Você vê que tem a galera da burguesia e a galera da periferia de lados diferentes... E, querendo ou não, se você for um cara de periferia, o *Jardim* não é um lugar para você frequentar, fraga? Você não vai chegar lá e se sentir feliz, por conta da pressão da polícia e da pressão da galera mesmo, por você ser de periferia... De te julgar como traficante¹⁴⁴, bandido... (ENTREVISTAS, 2018).

Perguntado sobre como esses julgamentos ocorrem na prática, Luiz explica: “Com olhares, ameaças, com tudo. Com tudo mesmo. Até com os comerciantes de lá mesmo. Alguns comerciantes são muito escrotos mesmo, até na forma de te atender. Outros não” (ENTREVISTAS, 2018). Em outro trecho da entrevista ele ainda enfatiza que “já aconteceu de eu chegar em um grupo para cumprimentar, ou a galera conversar, e você ver que a galera saía, mano. Já aconteceu de passar perto em uma rua, ou mesmo no *Jardim*, e a galera desviar. Já rolou várias vezes com tudo, fraga?” (ENTREVISTAS, 2018). Sobre a discriminação dos frequentadores da periferia, que são, em termos gerais, jovens, negros e pobres, Camélia comenta de um passado da Praça que se confunde com o presente¹⁴⁵. “No passado havia isso que lhe falei. A elite era separada. Ela ficava no entorno e o povo dentro do *Jardim*. Então não se misturavam” (ENTREVISTAS, 2018). “As pessoas mais importantes, elas passeavam do lado de fora do *Jardim* e, as menos importantes, do lado de dentro. Era muito estranho isso. Eu me sentia muito mal com isso. A gente sabia que era um erro, mas não havia uma reação nossa” (ENTREVISTAS, 2018). Violeta reforça que essa segregação social também é étnica.

¹⁴⁴ Em outras falas dos entrevistados, o tráfico aparece interligado ao *Jardim*. Antônio afirma que “um ponto negativo que teria que ser mudado é o uso de drogas, tráfico de drogas... É o que mais me incomoda” (ENTREVISTAS, 2018), enquanto Camélia diz que: “Há uns três, quatro anos, nós denunciávamos que estava havendo venda de drogas no *Jardim*” (ENTREVISTAS, 2018). Diante dessas entrevistas e incluindo a própria forma com que a Praça foi retratada pela imprensa local, as observações no espaço tentaram abarcar essa possível lógica de compra e venda dos narcóticos. Disso, a primeira questão a ser destacada é que nos dias em campo não foi visualizada nenhuma ação explícita do ato de traficar drogas, até porque se trata de um crime, de acordo com a legislação brasileira, e quem o faz tenta manter às escondidas, de uma maneira geral. A segunda questão é que o consumo de maconha e de outros entorpecentes existe e será detalhado ao longo do texto, assim como a ação da polícia diante desse fato.

¹⁴⁵ Ao recuperar outras passagens deste livro, vale serem lembradas as divisões do footing e os relatos de Souza Júnior (2007) sobre o *Jardim* na década de 1990.

Já ouvi falar que no passeio de baixo, passeavam as moças ricas e no passeio de cima os negros. Já ouvi falar. Agora, apesar de eu não ser nova, eu já sou de uma geração que não incentivava o preconceito. Mas eu já ouvi falar que existia, sim. Principalmente, nesse clube aqui do Marianaense eles falavam que não podia entrar negro. Já o outro, lá do outro lado podia (ENTREVISTAS, 2018).

Como é possível de se observar pela experiência dos usuários embasada em vivências no *Jardim*, o grupo composto pelas pessoas de regiões periféricas da cidade é o que mais desperta incômodo dos outros frequentadores. E, talvez por isso, a presença de figuras com a responsabilidade de impor ordem e vigília seja tão cobrada por parte dos entrevistados. Antônio explica que

quando se trata de várias pessoas de diferentes criações e de oportunidades diferentes, quando ainda mistura bebida, isso gera problemas. Então, se tivesse um policiamento melhor para estar podendo controlar as emoções das pessoas, dava para se tornar um ambiente bacana e familiar, porque hoje não é mais (ENTREVISTAS, 2018).

Ele ainda defende que

tinha que ter um vigia para a pessoa entender que tem alguém ali responsável por isso. E é muito contraditória a segurança no *Jardim*. Eu trabalho aqui e vejo: durante a semana, que está vazio, tem policiamento. Aí no sábado e no domingo que tem mais pessoas, a polícia some. Os guardas somem. Não tem um carro de polícia parado (ENTREVISTAS, 2018).

Camélia diz se sentir envergonhada pela falta de policiais. “Hoje, você passa no *Jardim* e, conforme a hora que você passa, você tem vergonha de ser marianense, porque está imundo e não há policiamento” (ENTREVISTAS, 2018).

Os argumentos favoráveis à presença da polícia e da guarda na Praça não se transpõe explicitamente pela ideia de excluir um determinado grupo (no caso a periferia), mas, sim, no imaginário do controle de

certas imoralidades e atos criminosos, como a bagunça, a depreciação, a violência, o consumo e a venda de drogas. Entretanto, o estigma quase sempre fica reservado aos que não são enquadrados como os frequentadores “ideais”. Violeta sintetiza esse pensamento. “Eu tenho uma vizinha que fala assim: ‘Ah, esse *Jardim* é lindo. É uma pena que enche de gente aí para fazer bagunça, para estragar’ (ENTREVISTAS, 2018). Perguntando sobre o que entende como possíveis problemas a serem resolvidos na Praça, Nicanor afirma que são:

As pessoas menos avisadas que usam os locais públicos para outras atividades, que promovem violência, que promovem consumo indevido de drogas e substâncias não autorizadas... Uma juventude, ou parte dela, que está muito mais irreverente do que era, e, às vezes, eles carregam litros de bebidas e se embriagam nos bancos do *Jardim*, nos cantos... E promovem situações de conflito (ENTREVISTAS, 2018).

Camélia enfatiza que: “Ninguém aguenta o *Jardim* hoje. É droga¹⁴⁶... Houve até morte no *Jardim*... É desrespeito... Um bando de pessoas que a gente não sabe a que vieram... É uma sujeira, a Praça era limpinha” (ENTREVISTAS, 2018).

Mas essa narrativa da violência, da bagunça e da droga como ação negativa do outro social não chega a ser unânime. Joaquim entende que essas questões partem do seu próprio grupo: a classe média. “E eu não vejo briga de gente da periferia. Eu vejo é briga de classe média, classe média alta. A pessoa que está ‘golada’, que está drogada de alguma forma” (ENTREVISTAS, 2018). Em outro trecho, ele enfatiza: “O que o pobre faz ali? Fuma baseado? Cheira aquele tiner que só faz mal para si mesmo? Eu nunca vi eles assaltando... A classe pobre ocupando o *Jardim* incomoda muito os moradores da família tradicional marianense que se acham os donos do *Jardim*” (ENTREVISTAS, 2018). Dália também faz suas ponderações ao afirmar que

¹⁴⁶ Curiosamente, alarmada com a presença de drogas no *Jardim* contemporâneo, Camélia se lembra com certa complacência de um entorpecente que já foi de uso comum no espaço. “Havia, sim, uma coisa que hoje é proibido, mas que naquela época não era, mas derrubava muita gente: cheirar lança perfume. Era comum. As mulheres não cheiravam, porque foram sempre muito delicadas, mas os homens cheiravam normalmente na rua e não acontecia nada. Hoje é proibido” (ENTREVISTAS, 2018).

do mesmo jeito que tem, às vezes, os meninos e menores usando e vendendo drogas, tem os universitários que estão comprando e utilizando do mesmo jeito, ou até mais. Mas eles têm lá essa questão de ter liberdade. A gente não toma “geral”, né? Os moleques tomam todo dia, toda hora (ENTREVISTAS, 2018).

Especificamente sobre o policiamento, por mais que ele seja tratado como escasso em várias falas, a vivência etnográfica aponta para uma presença constante de vigilância. “Polícia militar e guarda municipal se revezam no espaço, entre a circulação das viaturas nas ruas do entorno e as caminhadas internas feitas em duplas ou em pequenos grupos de quatro ou cinco pessoas. Para facilitar as suas ações, existem dois estacionamentos exclusivos aos veículos oficiais da segurança: um em frente à franquia de sanduíches *Subway* e outro em frente ao Restaurante Casa-rão. De uma forma geral, a vigília é feita em todos os horários e dias da semana, o que não significa dizer que seja realizada de forma presencial 24h por dia. Além da presença da guarda e da polícia, o *Jardim* tem instaladas duas câmeras de monitoramento. Um aparelho fica na Rua Barão de Camargos e outro na Rua Dom Viçoso” (DIÁRIO DE CAMPO, 12 dez. 2018).

As rondas e a postura dos policiais parecem assustar apenas um grupo. “São 20h30 e o *Jardim* tem por volta de 70 frequentadores. Perto do banco que estou sentado, voltado ao busto do Dr. Gomes Freire, cinco mulheres param e conversam entre si. Pelo sotaque, percebo que elas não são mineiras. Talvez nordestinas. Pelo teor dos diálogos, suponho que sejam estudantes universitárias. Elas bebem cerveja e fumam maconha. Em outro banco, este mais próximo ao coreto, jovens, aparentemente, de periferia também conversam entre si, bebem cerveja e fazem uso de drogas (no caso maconha e loló). Com ambos os agrupamentos realizando ações semelhantes, logo percebo que as permissões no *Jardim* não têm a ver diretamente com um determinado ato, mas, sim, com quem o realiza. Isto porque, às 21h, uma viatura da polícia aponta pela Rua Dom Viçoso e os sinalizadores e a sirene do veículo mudam, instantaneamente, a expressão dos garotos de periferia. Logo ouço assobios

entre eles e acompanho olhares espantados. Um dos jovens se levanta para conferir se a viatura estacionou na vaga destinada a ela. O temor e a apreensão dura até eles perceberem que o policiamento não se fixou ali naquele momento. Enquanto todas essas cenas ocorreram de um lado, as universitárias continuaram a conversar e a agir de forma naturalizante. Nenhum gesto se alterou. Deduzo, inclusive, que elas nem tenham visto ou prestado atenção na passagem do carro da polícia. O que pra mim é muito significativo” (DIÁRIO DE CAMPO, 16 nov. 2018).

Em relação às abordagens da polícia e da guarda, Luiz explica como já ocorreram com ele.

Já aconteceu um caso, tipo assim, de eu estar sentado no meio de seis pessoas próximo ao Marianense e os guardas municipais, ou a polícia mesmo, chegar e parar só eu. E eu era o único negro. Negro e mal vestido, no caso da visão da sociedade. Eles fizeram a revista e depois disseram que era de cotidiano, como se fosse normal, fraga? (ENTREVISTAS, 2018).

Dália afirma que a truculência policial tem apenas um alvo.

Igual eu falei sobre a repressão, várias vezes já vi amigos da universidade usando drogas muito mais pesadas que as dos moleques, mas eles não tomam “geral”. Os moleques tomam. E a polícia aqui é bem agressiva com eles. Extremamente. Cansei de ver vários menores serem agredidos verbalmente na frente de todo mundo. Aí depois não tinha nada, a pessoa sai e fica aquela vergonha. E a maioria das pessoas com raiva de ver aquilo ali, mas o que a gente pode fazer? Até onde a gente pode agir? (ENTREVISTAS, 2018).

Com essas primeiras formas de experiência de quem socializa, ficam evidenciados alguns entendimentos do que se pode enxergar sobre o *Jardim* do comum. Um espaço que se fragmenta em pequenas áreas onde grupos se apropriam em horários, dias e acontecimentos dos mais variados. Crianças, jovens, adultos, velhos, pobres, representantes da classe média, moradores do centro, moradores da periferia, turistas, trabalhadores, estudantes universitários, entre outros, desenvolvem alternadas

formas de usufruto da Praça, o que inclui camadas e mais camadas de indiferença, preconceito e invisibilidade, assim como traços de respeito e de tolerância em algumas dimensões. Joaquim traduz um pouco desse entendimento mais esclarecido ao afirmar que o *Jardim*

é um lugar, não sei se é porque é central, mas ele reúne pessoas de todas as classes sociais, de todos os lugares de Mariana... E eu amo esse lugar justamente por isso, por conta dessa pluralidade de pessoas... Cada um é de um jeito... Por mais que se estranhem, estão lá juntos. E eu gosto disso (ENTREVISTAS, 2018).

Contudo, pela fala dos frequentadores – e também pelas observações – é possível levantar como reflexão que algumas dessas camadas são mais densas que outras, principalmente quando o outro, que se incorpora na imagem dos jovens negros dos bairros pobres e distantes da cidade, tenta tomar posse do *Jardim*. Em outros termos: a Praça é permeada de hierarquias. Hierarquias estas que dão permissão para alguns e impedimento a outros para determinadas ações e interações. Assim, por exemplo, um marianense de classe média morador do centro histórico convencido da sua própria superioridade moral pode conviver com grupos destoantes do que ele auto reconhece, desde que ele se sinta dentro de uma lógica de domínio. É por isso que o varredor Silvério diz ter uma relação muito positiva¹⁴⁷ com os demais frequentadores da Praça ao realizar as tarefas de limpeza, do mesmo modo que Pedro, ao ser questionado sobre as formas de tratamento que recebe no *Jardim* ao vender picolé, afirma de forma categórica: “O povo me trata bem” (ENTREVISTAS, 2018). Ou seja, eles não são ameaças, porque estão hierarquizados – para baixo. Já Luiz não se vê, minimamente, respeitado pelos demais presentes na Praça, pois o que ele e o seu grupo representam, em termos de corpo, gestual, postura e estilo de vida, assusta os dominantes. E é por isso que a necessidade de um policiamento se mostra tão urgente a determinados entrevistados, apesar da guarda e da polícia militar

¹⁴⁷ Ao ser perguntado sobre qual a sua relação com os usuários da Praça, Silvério responde que: “Aqui a gente conversa muito um com o outro” (ENTREVISTAS, 2018).

marcaram presença em quase todos os momentos dentro dos dias de observação. Porque, ao que parece, o problema não é a insegurança dos atos imorais e criminosos, mas, sim, a presença de figuras que causam uma quebra na ordem vigente. E que, mesmo pressionada a não estar ali, resiste cotidianamente, simplesmente, por estar ali.

Por fim, é necessário demarcar que as camadas mais profundas de tensionalidade do *Jardim* não são exclusivas aos dias atuais, sendo evidenciadas em outros contextos que já foram mostrados pelos rastros históricos, pelas páginas do *Ponto Final*, e que agora estão nas entrevistas em profundidade e nas observações.

3.2.2. O *Jardim* institucionalizado

O *Jardim* de Mariana também se revela como uma forma de experiência por meio dos médios e grandes eventos da cidade. Esse tipo de vivência não deve ser entendido como sinônimo de raridade, uma vez que os rastros históricos e o próprio conteúdo jornalístico indicam a recorrência de apresentações artísticas e de demais intervenções institucionais na Praça ao longo do tempo. Do calendário de festividades do município, por exemplo, pode-se destacar parte da folia do carnaval de rua marianense, as apresentações das bandas musicais¹⁴⁸ nas manhãs de domingo, além de eventos desportivos e das atividades natalinas que se tornaram frequentes nos últimos anos. No entanto, por mais que esses acontecimentos façam parte do cotidiano e, inclusive, componham atravessamentos temporais, as observações em campo mostram que eles representam mais uma possibilidade de se enxergar a sociabilidade da Praça, que pode se diferenciar em alguns aspectos do *Jardim* do comum e do *Jardim* dominical. Assim, esse subtópico tem por objetivo elencar novos entendimentos que se desdobram diante de dois eventos específicos do período *in loco*: as gravações da novela: “Espelho da Vida” da TV Globo e o Natal de Luz do município.

¹⁴⁸ Esse evento será detalhado no subtópico a seguir.

Sobre o primeiro, pondera-se que a apropriação do *Jardim* para um cenário novelesco não tem relação direta com as motivações primárias desta pesquisa, uma vez que a informação a respeito das gravações só foi revelada em maio de 2018 pela imprensa local, período em que o estudo já estava em estado avançado de estruturação. Mas o fato de a Praça ter sido escolhida para tal fim ajuda a compor novas percepções sobre o espaço, pois ele passa a ser uma marca reconhecida nacionalmente, se levamos em consideração o potencial alcance da TV Globo dentro de um universo oligárquico dos grandes meios de comunicação no Brasil, e isso também pode interferir na forma com que a própria população marianense passa a reconhecer o *Jardim*. O que se expõe dos passeios turísticos atuais serve de exemplo. Lauro, o vendedor ambulante de miçangas, colares e pulseiras que utiliza o *Jardim* como moradia temporária, repara que os guias de turismo da cidade têm utilizado o acontecimento da novela em suas falas.

Sempre eu estou aqui sentado aí vêm os grupos de turistas e o guia fica falando alto. Aí fala que aqui antigamente se chamava Praça da Cavalaria, que vinha o pessoal que ficava fazendo rolo, comércio, feirinha. E aquele negócio ali era o tanque onde os cavalos ficavam bebendo água. Amarrava ali e os bichinhos ficavam ao redor bebendo a água deles. E que também essa casa verde aí é a pensão da novela (ENTREVISTAS, 2018).

Perguntado sobre como o poder público enxerga essas gravações na Praça, o agente público Nicanor deixa claro que a intenção, do ponto de vista do município, é elevar ganhos à imagem externa da cidade.

Mariana vendeu muita mídia em 2015 com a tragédia da Samarco. E a imagem que ficou da cidade para as pessoas de fora ou que não conheciam é que Mariana havia acabado, que estava sob lama... E isso é uma dificuldade, um problema que a gente tem para restabelecer um nível de visitação de turismo na cidade. E a novela, nós acreditamos, é uma mídia positiva muito importante para a cidade. E a novela, apesar dessa pequena tomada de titularidade do espaço... E nós temos que entender isso também, porque sem isso não é possível de se fazer... Acredito que ela vendeu e está vendendo uma imagem de Mariana muito diferente daquela que se viu em 2015. E, mais do que isso, os próprios atores passaram a ser defensores de Mariana e falam bem de Mariana (ENTREVISTAS, 2018).

Talvez seja por isso que entrada da TV Globo em Mariana, e, consequentemente, no *Jardim*, não tem ocasionado grandes transtornos¹⁴⁹, mesmo interferindo diretamente na vida social, o que inclui circulação, trânsito, sonoridade, entre outros fatores. A moradora do entorno da Praça, Violeta, usa a telenovela como argumento para explicitar o que o espaço representa para ela. Segundo a mesma, a Praça é

o coração de Mariana. A referência. Tanto é que a Globo veio gravar aqui, porque o diretor teve aqui uma vez, veio aqui, achou a Praça linda. Aí a autora da novela queria uma praça e vieram gravar aqui. Então eu acho que é o ponto de referência. É o *top* da cidade (ENTREVISTAS, 2018).

Lauro tem entusiasmo pela presença da rede de televisão. “O que eu gostei mesmo foi o negócio da Globo aí fazendo a novela. Eu achei bem legal, rapaz. Aqueles carros antigos. Poxa. Da hora. Vi os atores. Porque a Praça ficou toda cercada, né? De segurança. A gente ficava vendo eles de longe. Mas gostei, com certeza” (ENTREVISTAS, 2018). Nicanor defende as gravações também do ponto de vista econômico.

¹⁴⁹ Apesar dessa tolerância da população local, figurantes da telenovela – que são moradores da cidade – chegaram a denunciar o não pagamento combinado das primeiras gravações que ocorreram em julho de 2018. Informações coletadas em <<https://jornalvozativa.com/noticias/moradores-de-mariana-mg-reclamam-que-nao-receberam-por-trabalho-como-figurantes-em-novela-da-rede-globo/>>. Acesso em 21 fev. 2021.

Com relação às casas e ao comércio, não sei os valores, mas sei que a Globo, para utilizar, ela remunera. E, querendo ou não, acredito que tenha havido um relativo aumento de consumo ali, porque as pessoas chegam por curiosidade e tudo mais, ficam por muito tempo, e acabam tendo que se alimentar e gastar no comércio da cidade (ENTREVISTAS, 2018).

Pelo menos dentro de uma lógica do senso comum, a vinda da novela é vista com bons olhos pelos moradores e pelos seus representantes públicos. E isso parece ser movido por uma espécie de autoestima cidadina que entende que as gravações podem trazer boas impressões sobre a região e sobre o próprio cidadão marianense, mesmo que gere transtornos cotidianos – estes vistos como algo menor. Nicanor esclarece esse sentimento.

Apesar desses transtornos, de fechar o trânsito e impedir que as pessoas passem, de ter que trocar os lampiões, de ter que trocar as cores das paredes, acredito que está sendo um momento bom para Mariana. A gente tem procurado ouvir a opinião de pessoas que estão fora de Mariana, o marianense que não vem há anos, e eles ficaram muito felizes em ver... Assistem a novela não por ela, mas por Mariana. E acredito que esta é a ideia: que cada um de nós passe a ser um divulgador das nossas belezas, das nossas atrações, de tudo o que nós temos. E também, acho que isso nos aproxima de uma rede de comunicação importante do País. Não há de se negar o alcance dela para outras atividades que Mariana possa ter (ENTREVISTAS, 2018).

Mas, para além¹⁵⁰ do que se imagina sobre possíveis ganhos em relação à imagem da cidade e para dentro da sociabilidade da Praça, o ambiente que a transforma em cenário não tem nada de “glamoroso”. E isso pôde ser visto já no primeiro dia de observação das intervenções. “Chego ao *Jardim*, às 9h, e vejo os estacionamento da Rua Barão de Camargos e da Travessa João Pinheiro com placas proibitivas. Apenas o estacionamento da Rua Dom Viçoso está liberado. Além desse bloqueio, três grandes placas coloridas estão expostas no miolo do *Jardim*. Perto delas, seis homens conversam. Eles têm sotaque carioca. Logo induzo

¹⁵⁰ E para além de como o *Jardim* tem sido mostrado na própria trama também, já que aqui não será realizada nenhuma análise nesse sentido.

que se tratam de funcionários contratados da TV Globo. Além dessas pessoas, um guarda particular vigia a estrutura que está sendo montada. Enquanto observo esses primeiros passos da produção, Lauro me avista e me aborda. A gente bate um longo papo e ele me conta, animado, que vai ocorrer gravação da novela à noite e pela manhã de amanhã” (DIÁRIO DE CAMPO, 27 nov. 2018).

“Por volta das 19h, a infraestrutura novelesca está mais à mostra e encontro o *Jardim* quase que totalmente sitiado com fitas amarelas isolantes e algumas placas que inicialmente podem intimidar o andar de cada um. Os funcionários com sotaque carioca continuam a analisar e a compor um cenário na Rua Barão de Camargos. Enquanto isso, um curioso que passa perto de mim pensa que sou da organização da novela e me pergunta das gravações. Explico que não trabalho na TV Globo, mas, que pelo andar das ações, deverão acontecer filmagens nas próximas horas” (DIÁRIO DE CAMPO, 27 nov. 2018).

Nesse primeiro dia de acompanhamento do *Jardim* novelesco uma pequena cena é filmada na Rua Barão de Camargos no período da noite. A possibilidade de caminhar no espaço permanece existente, mesmo com as faixas proibitivas. “A gravação da novela começou e é curioso perceber a dinâmica das fitas envoltas à Praça. Elas estão ali, mas não há nenhum impedimento maior em ultrapassá-las, pelo menos nesses primeiros momentos. Ou seja, é possível estar na maior parte do *Jardim*, tirando a área exata de gravação e as ruas bloqueadas de se estacionar. Entretanto, essas fitas servem para deixar um recado à população, pelo menos tenho essa impressão. E o recado me parece que seja: ‘Não te impedimos de circular na Praça da sua cidade até agora, mas tenha noção de que somos a Globo, estamos aqui, e não nos cause transtornos’. Caminho por dentro do *Jardim* e me impressiono com a quantidade de cabos e demais equipamentos de filmagens espalhados no chão, como câmeras, tripés e gruas. Na rua paralela à casa arquiépiscopal, há um caminhão e duas vans com adesivos da TV Globo. Ali também ficam figurantes no aguardo das suas cenas, alguns atores e outra parte da equipe de produção – que são, de forma geral, pessoas de camisas pretas,

com fones de ouvido, radiotransmissores nas mãos, sotaque carioca e caminhadas apressadas. Sento-me, propositalmente, em um dos bancos que os jovens de periferia costumam ficar. Se não houvesse essa gravação, provavelmente, eles estariam ali nesse horário. Um ator se senta em outro banco em minha frente para decorar o seu texto que está escrito em um papel retirado do bolso. Ele não é uma figura¹⁵¹ muito conhecida, mas já o vi em televisão e em cinema. Na novela ele faz o papel de um médico. Curiosos passam perto dele e ele tenta ser simpático, mas de forma contida. Olho ao redor e vejo que diante de cabos, luzes e faixas, o *Jardim* mantém certo grau de cotidianidade. Crianças brincam, casais namoram, jovens de classe média da cidade e estudantes universitários bebem e velhos conversam sentados. Mas esse grau do comum é pequeno, porque a delimitação do espaço gera mudanças significativas. Uma parte da população se assume enquanto os curiosos de plantão e os adolescentes dos bairros periféricos não se fazem vistos, dois elementos suficientes para alterar, consideravelmente, sociabilidade da Praça” (DIÁRIO DE CAMPO, 27 nov. 2018).

Mas, o que parece ser uma interferência parcial, que apresenta uma possibilidade mínima de circulação aos frequentadores, se agrava e transforma-se em uma inflexibilidade quase que total no segundo dia de gravação. “Começo a observar o *Jardim* a partir das 10h. Diferentemente de ontem, hoje já não existem mais faixas isolantes na Praça. O que se tem são grades de metal. Transitar nas áreas internas do espaço está bem mais difícil e desencorajador. A apropriação da Globo se mostra escancarada nesse momento. Sobre a Praça da novela, está sendo montado um pequeno palco próximo ao coreto que dá a entender que se trata de uma cena sobre uma apresentação musical. Além desse palanque, com instrumentos musicais em cima, foram colocadas cadeiras e até um carrinho de pipoca cenográfico. O festival da fictícia Rosa Branca (nome da cidade da trama) está quase pronto. Enquanto isso, o aumento do isolamento à Praça é proporcional à curiosidade dos frequentadores. Os pescoços se esticam para ver o que acontece próximo às câmeras. Na Rua Dom Viçoso

¹⁵¹ Marcelo Escorel é o nome do ator em questão.

não há quem passa sem olhar, sejam pessoas dentro de veículos, sejam caminhantes a pé. Fixo-me na área que ainda está livre das grades, correspondente a uma pequena faixa ligada à rua dos bares. Em minha frente uma mulher fala com um senhor: ‘Gravação de novo? Eu estou assistindo essa novela’. Pela manhã não há varredores, apenas curiosos sentados nos poucos bancos que estão liberados e Lauro, que expõe seu artesanato no calçamento elevado. Passado um tempo, atravesso as grades e sigo sentido ao miolo do *Jardim*. Logo percebo que transitam no espaço, no mínimo, cinco seguranças, além de cerca de 50 pessoas da equipe de produção. Imagino que não fui interceptado ainda porque se trata da etapa de montagem do cenário” (DIÁRIO DE CAMPO, 28 nov. 2018).

“Volto à Praça, às 15h, e agora, de fato, as gravações da novela ocorrem. A minha suspeita estava certa: a cena diz respeito a um festival. Há tomadas que mostram atores cantando e também há uma cena de um discurso de um personagem em cima desse palco. Não consigo identificar quem seja, mas ele dá boas vindas a outro personagem. Todas as cenas são repetidas exaustivamente. O padrão Globo de qualidade chega a ser irritante. Pelo menos 60 pessoas estão trabalhando no *set*, entre atores, figurantes, equipe de apoio, cenografia, maquiagem, direção, filmagem e seguranças. Dessa vez os artistas presentes são os considerados famosos de ‘primeiro escalão’, como Alinne Moraes, Júlia Lemmertz, Ângelo Antônio, Irene Ravache, João Vicente de Castro e Vitória Strada. Há também outros tantos menos conhecidos. Do tempo que permaneço no espaço, apenas uma atriz sai da área de filmagem, que corresponde ao miolo da Praça, para atender o público que está encostado nas grades. É a jovem coadjuvante Anna Rita Cerqueira. Ela tira fotos simpaticamente com fãs e curiosos, que somados ao longo do espaço devem dar um total de 50 pessoas. Enquanto isso, o trânsito de veículos da Rua Dom Viçoso está praticamente travado, porque o fechamento das outras vias trouxe um sobrecarrego a essa área. Já não existe mais a possibilidade de atravessamento das grades, uma vez que os seguranças estão espalhados em cada canto da Praça. Só passa quem está trabalhando na novela, com crachá. Por fim, um acontecimento sonoro me chama a atenção. Em um

bar da Rua Dom Viçoso que está recebendo obras, um pedreiro trabalha cortando cerâmicas. Poucos minutos após os primeiros barulhos, um segurança particular da novela aborda esse trabalhador para que ele interrompa a atividade. O pedreiro não questiona o pedido e a dinâmica passa a funcionar da seguinte maneira: quando o diretor está gravando, nada de obra. Quando as filmagens entram em pausa, o material pode voltar a ser cortado” (DIÁRIO DE CAMPO, 28 nov. 2018).

“À noite o *Jardim* ainda está tomado pelas gravações. As cenas não acontecem mais no palco fictício do festival, mas, sim, em uma parte lateral ao coreto onde ocorre uma pequena cerimônia de casamento fictício. A quantidade de luzes dessa gravação impressiona. Enquanto os noivos da novela tomam às câmeras, a parte livre da Praça está bastante ocupada, com cerca de 250 pessoas. Curiosamente essa área é a dos bares correspondentes à classe média e aos estudantes universitários. Ambos os grupos bebem cerveja, fumam cigarro e não se importam muito com o que ocorre ao fundo da Praça, apesar de continuar existindo curiosos debruçados nas grades. Mais uma vez, não vejo nenhum jovem de periferia circulando pelo *Jardim*. Quanto penso em ir embora, ouço alguns gritos. Eles são de um universitário que se manifesta contra a Globo. De forma debochada ele acusa a TV de golpista, entre outros termos que ficaram famosos em manifestações populares nas ruas e na web, recentemente. Ele dá muita risada e seus colegas também. Parece haver consumo de álcool ali. Um segurança ultrapassa as grades e pede para o rapaz diminuir o volume dos insultos. Não há muito atrito neste diálogo. Tanto o universitário quanto o segurança conversam tranquilamente. Mas o fato de alguém tentar controlar, mais uma vez, o que se passa além da Praça de Rosa Branca mostra o controle espacial que a rede de televisão tem tomado por esses dias no *Jardim* de Mariana ou que, pelo menos, deveria ser de Mariana. Os gritos se cessam” (DIÁRIO DE CAMPO, 28 nov. 2018).

Dentro dessa lógica das gravações, Magnólia, que também acompanha algumas cenas, me chama a atenção para algo que até então me passava despercebido: a Praça de Rosa Branca não é diferente da de Mariana apenas pela infraestrutura cenográfica. Ela se difere também por

um zelo do poder público que até então não se mostrava a tal nível. Sobre isso, dois exemplos podem ser claramente percebidos. O primeiro é que poucos dias antes da chegada da equipe da novela, as lâmpadas da Praça foram trocadas por outras mais fortes e novos pontos foram iluminados, algo que o próprio Nicanor comentou a respeito em fala anterior. O segundo é que a fonte que fica localizada no centro do lago da ferradura funcionou com o seu potencial completo, algo que eu nunca tinha visto. “Na fonte tem saído água de onde eu nem imaginava” (DIÁRIO DE CAMPO, 28 nov. 2018). Ou seja, para receber a equipe de produção da rede de televisão, o município oferece uma infraestrutura que julga não tão necessária à população que frequenta o espaço cotidianamente. Sobre isso, Magnólia complementa que: “Quando a Globo vem aqui o *Jardim* fica todo iluminado. Quando a Globo vai embora, fica mais para breu, sabe? Meio escuro. Então, por que isso? Então tem jeito de resolver” (ENTREVISTAS, 2018).

Sobre as intervenções da TV Globo, as gravações no espaço duram mais dois dias e seguem lógicas parecidas com as já citadas no diário de campo e nas entrevistas. Entre curiosidades, ouço dizer de Lauro que no início de 2019 novas intervenções vão ser realizadas no espaço. Mas, concomitantemente à operação de desmontagem da infraestrutura novelesca, uma nova abordagem institucional se organiza no *Jardim*: a instalação dos enfeites do Natal de Luz, evento organizado pela Prefeitura local, com recursos da Fundação Renova e em parceria com a mineradora Vale. “Nas árvores, homens uniformizados colocam pisca-pisca e lâmpadas coloridas. Além disso, dois bonecos¹⁵² do Papai Noel também são instalados na Praça. Um no gramado correspondente à esquina entre a Rua Dom Viçoso e a Travessa João Pinheiro e outro próximo à casa arquiépiscopal. O primeiro é gigante e fica de pé. O segundo é menor, mas vem acompanhado de trenós e renas. Enquanto isso, trabalhadores

¹⁵² “Ao lado das duas estruturas, há placas expostas com os dizeres: ‘Não suba, pule ou empurre o Papai Noel. Risco de acidente’. Nunca vi um aviso tão ignorado como este. Pais, avós e responsáveis se concentram próximos a esses bonecos e tiram fotografias de tudo quanto é jeito das suas crianças, inclusive, escalando as estruturas” (DIÁRIO DE CAMPO, 8 dez. 2018). “De novidade, dois seguranças particulares estão proibindo as pessoas de subirem nos bonecos para tirarem fotos. Quem se aventura a subir é convidado a descer. A conversa é direta para crianças sozinhas e para os pais quando elas estão acompanhadas deles. Ninguém insiste” (DIÁRIO DE CAMPO, 10 dez. 2018).

terceirizados da limpeza retiram os matos encavalados nas pedras das ruas ao redor e também pintam os rodapés e as divisórias dos canteiros do *Jardim*. Todas as atividades são feitas apressadamente. A sociabilidade da Praça, pelo menos nesse momento de instalações, segue dentro do seu comum” (DIÁRIO DE CAMPO, 4 dez. 2018).

O evento de abertura do Natal de Luz se dá no dia 6 de dezembro. “A manhã de hoje está muito agitada. Trabalhadores aparam as gramas com um maquinário barulhento. Isso faz parte dos arranjos finais no *Jardim*. Além do corte no gramado, uma estrutura física em forma de palco está sendo montada no miolo do espaço e outros profissionais continuam a colocar lâmpada e pisca-pisca nas árvores. Um caminhão de pequeno porte chega a entrar, literalmente, na Praça para servir de guincho. A equipe que comanda a colocação dos enfeites parece preocupada com as montagens. Andam de um lado para outro conversando entre si e com celulares no ouvido” (DIÁRIO DE CAMPO, 6 dez. 2018).

“À tarde a montagem continua. O Natal de Luz está marcado para ser iniciado às 20h30, com a chegada do Papai Noel, políticos e apresentações musicais. Agora já não existe mais o barulho das máquinas de cortar grama para espantar os usuários e o *Jardim* está com cerca de 60 frequentadores. Quanto mais o horário de iniciar o evento se aproxima, mais vejo algumas estruturas natalinas sendo retiradas do espaço. Acredito que pela falta de tempo de finalizá-las, preferiram excluir o que está incompleto” (DIÁRIO DE CAMPO, 6 dez. 2018).

Especificamente sobre o início do evento, “uma chuva dispersa os que aguardam o início da festividade. Algumas pessoas vão embora, outras tentam se abrigar em algum ponto com cobertura. Enquanto isso, alguns cânticos natalinos são tocados ao fundo do palco. O temporal logo passa e o público volta ao espaço. Às 22h, o Papai Noel, nesse caso o humano fantasiado, chega à Praça dentro de um *jeep* enfeitado. Ele vem seguido de uma banda que toca músicas animadas. Muita gente acompanha esse grupo que teve saída da estação ferroviária da cidade. O *Jardim* deve ter agora por volta de 1500 pessoas ou mais. Toda essa festa embalada por música ao vivo em forma de marchinha me lembra

um pouco o carnaval que é realizado na Praça. A diferença é que aqui o público é praticamente composto por crianças, adolescentes e adultos da classe média marianense. Há também alguns jovens de periferia na área que costuma ser de apropriação deles, próxima à casa arquiépiscopal. Mas, na folia carnavalesca, a impressão que tenho é de uma diversidade maior dos frequentadores do que aqui. O homem vestido de Papai Noel desce do carro e vai em direção ao palco. Junto a ele, vários políticos locais seguem o comboio, incluindo o prefeito da cidade, Duarte Junior (PPS), mais conhecido como ‘Du’. Crianças de uma escola municipal de um distrito que não consegui captar o nome também são convidadas a ficarem em cima do palco. O Papai Noel fala rapidamente com aquele tom forçoso do personagem. O prefeito também abre um pequeno discurso e faz a contagem regressiva para o acender das luzes da Praça – que foram apagadas com a chegada da carreato. De 10 a 0 tudo é acendido e uma outra banda começa a tocar músicas natalinas diretamente do palco. As instalações ficam aquém da minha expectativa. Nada me impressiona. Mas talvez tenha sido proposital, já que não pega bem gastar ‘rios de dinheiro’ com enfeites em tempos em que a Prefeitura diz tanto sofrer com falta de verbas para o cumprimento de serviços básicos. Os consumidores dos bares pouco ligam para este espetáculo, assim como os jovens dos bairros periféricos. Após o acender das luzes, políticos e Papai Noel distribuem balas e doces para as crianças presentes. E o *Jardim* logo diminui consideravelmente o número de pessoas. Talvez pelo atraso de todo o evento, os pais preferem levar seus filhos embora rapidamente. E dessa forma foi dada a largada para mais uma apropriação institucional na Praça” (DIÁRIO DE CAMPO, 6 dez. 2018).

Posteriormente à abertura, os dias se sucedem com outras apresentações ligadas ao Natal de Luz, como teatro e *shows* musicais. As atividades ocorrem em vários horários entre os turnos da tarde e da noite. Eventos nos fins de semana também são incluídos na programação. “Tirando o dia de abertura, o Natal de Luz tem trazido um público relativamente pequeno. De certo que os mais concorridos chegam a trazer 400 pessoas, mas há apresentações que não juntam nem 50 frequentadores. Tudo se

concentra no palco de frente ao coreto, no miolo do *Jardim*. Enquanto isso, o restante da Praça segue uma dinâmica social parecida com os dias comuns. Mas existem duas grandes diferenças: 1) o número de pessoas fotografando a Praça aumentou consideravelmente após a chegada dos enfeites, incluindo o número de turistas, e 2) parece-me ter havido uma queda na presença de jovens de periferia no espaço. E quando presentes, eles não participam de quase nada referente ao Natal de Luz” (DIÁRIO DE CAMPO, 13 dez. 2018).

Sobre essa diminuição de circulação da periferia, Luiz é categórico:

Porque você vê cultura, cultura, cultura, mas não tem cultura. Cultura é beber cachaça aqui. Os eventos que tem são para a burguesia, tanto é que não são divulgados nos bairros de periferia. Não são mesmo. Natal de Luz foi o que? Entregaram folhetos onde? No centro, Cruzeiro... Pergunta se alguém do Cabanas ficou sabendo... Lá na “Prainha”... Não, não foi, fraga? E tem uma economia muito alta aqui e não fazem eventos para a galera. E quando tem evento da galera aqui da rua, eles querem oprimir e negligenciar todo mundo. Eventos que a própria galera promove¹⁵³, porque a Prefeitura não dá força nenhuma (ENTREVISTAS, 2018).

Ainda sobre as atividades que ocorrem na Praça, a universitária Dália tem visão parecida com a do jovem Luiz. “Por exemplo: na Batalha vêm os *mc’s* locais que são os meninos que moram nesses bairros e que, no geral, não estão no *Jardim*. Não estão curtindo os movimentos culturais da cidade, porque às vezes, são movimentos muito eruditos” (ENTREVISTAS, 2018).

¹⁵³ Segundo Luiz, eventos como Batalha das Gerais – que tem esse nome por ter se iniciado na Praça Minas Gerais – e Sarau Invasor são exemplos de apropriações dos jovens de periferia no *Jardim*. Mas para ele, existe uma dificuldade do poder público e da própria sociedade marianense em aceitar esses movimentos. Nicanor contra-argumenta apoiando-se na burocratização: “Não temos nada contra o jovem de periferia. Muito pelo contrário. Inclusive, temos tentado levar ações para esses bairros mais distantes. Se eles querem utilizar o espaço do *Jardim* para atividades que sejam saudáveis, que sejam culturais, não há nenhuma dificuldade. Desde que sigam o caminho normal que é o de comunicar, pedir licença, ver quem é o responsável, saber das datas, se não vai chocar a data com outras atividades...” (ENTREVISTAS, 2018). Em outro trecho ele complementa: “Se as pessoas querem sair dos seus bairros para vir ao *Jardim* e se apresentarem, podem vir. Mas há critérios. E esses critérios devem ser respeitados. Horário, disciplina e tudo mais. Não pode chegar, pura e simplesmente, pegar um canto lá e fazer da forma que quer (ENTREVISTAS, 2018). É importante ressaltar que o Batalha das Gerais ficou proibido de ser realizado no município após um desentendimento entre a guarda municipal e um participante, em uma edição ocorrida no meio do ano de 2018, no estacionamento do terminal turístico da cidade, segundo Luiz.

Ao que parece pelas observações e pelo teor das falas das entrevistas, o *Jardim* institucionalizado se forma diante de um público-alvo: a classe média local, os estudantes universitários e os turistas. Isso pôde ser visto até nas intervenções para a gravação da novela da TV Globo em que a única área poupada das grades e faixas isolantes correspondeu ao calçamento da Rua Dom Viçoso, ponto fixo dos universitários, trabalhadores, jovens e adultos de classes mais elevadas. Já sobre o Natal de Luz, tirando a experiência da abertura que trouxe um pouco mais de volume e pluralidade em termos de frequentadores, dos eventos que se sucederam até o dia 23 de dezembro (data final da programação), pouco se viu de participação da juventude negra e periférica. É certo que algumas famílias pobres dos bairros distantes chegaram a desfrutar de apresentações, mas, em número muito menor, se comparado às famílias do centro histórico e aos turistas.

Diferentemente do *Jardim* do comum, em que um policiamento ostensivo e truculento, apoiado por ideias preconceituosas daqueles que se sentem superiores moralmente, tenta afastar os jovens negros moradores dos bairros mais distantes, no *Jardim* institucionalizado são as próprias escolhas sobre o capital cultural – dadas pelo poder público com apoio de empresas privadas – que os excluem e os colocam na posição dos outros. Com isso, a sociabilidade da Praça institucionalizada é revelada por grupos que se apropriam e se encaixam, de alguma maneira, a essas apresentações culturais e intervenções, enquanto o agrupamento periférico se mantém restrito à sua área comum ou nem comparece ao *Jardim*. Sem se reconhecerem no que é definido enquanto arte ou cultura, os jovens negros nem precisam da humilhação pública da polícia ou da guarda municipal para não se sentirem incluídos naquela ambiência. Talvez a lição de tudo isso seja que a arte e o entretenimento, quando não abordados coerentemente, também podem ser ferramentas de exclusão. Para finalizar, Luiz deixa claro em sua fala que o *Jardim*: “É uma praça que quando tem evento, é o da burguesia [...]” (ENTREVISTAS, 2018).

3.2.3. O *Jardim* dominical

Complementando formas de experiência da sociabilidade da Praça pelo comum e pelos eventos institucionais, o *Jardim* dominical abre uma terceira via de interpretações, que se revela com o desenrolar das horas e se configura como tal à noite. Mas, antes de se chegar às revelações noturnas, a Praça no domingo toma forma com uma manhã de apresentação¹⁵⁴ das tradicionais bandas do município, evento que costuma receber o prestígio dos moradores do centro histórico e dos turistas que buscam alcançar um imaginário sobre a cidade mineira interiorana. “Centradas no miolo da Praça, cadeiras brancas de plástico se voltam para o coreto a fim de comportar os músicos que estão para chegar, enquanto outras tantas são colocadas em direção contrária para receber o público. Um esquema com caixas de som é montado de dentro do coreto para elevar o microfone do mestre de cerimônias do projeto, que é o próprio secretário de cultura do município. De repente, quando se aproxima das 11h, a Banda VIII de Dezembro, do distrito de Cachoeira do Brumado, se firma em uma marcha pela Rua Frei Durão. A guarda municipal faz a escolta e bloqueia o trânsito de carros (que são poucos) até os músicos entrarem pelo *Jardim*. A organização de todos é uma cena que chama a atenção. São cerca de 20 pessoas tocando e ninguém sorri. Os musicistas andam em passadas largas e ensaiadas. Jovens e adultos – e alguns senhores com idade para serem meus avôs – usam uniformes com camisa e calça social, chapéu e gravata. Nada sai do lugar. Uma postura um tanto quanto militar. Não penso em mais nada que não seja o calor que todos ali devem estar sentindo, já que o sol tanto castiga. É possível visualizar o suor escorrendo em muitos rostos. O tocar da banda em movimento pela rua faz surgir alguns moradores curiosos, debruçados nas janelas dos casarões do entorno – algo que até então eu não tinha visto aconte-

¹⁵⁴ O Banda na Praça é organizado pela Prefeitura de Mariana, por meio da Secretaria de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo, Esporte e Lazer. Nele, duas vezes ao mês, uma ou duas sociedades musicais se apresentam no *Jardim*, a partir das 11h. Em dezembro de 2018, o projeto ocorreu dentro da programação do Natal de Luz em quase todos os domingos do mês. O município contempla, atualmente, onze bandas, divididas entre sede e distritos, algumas com mais de cem anos de fundação.

cer na Praça. Pouco tempo se passa e a Banda São Caetano, do distrito de Monsenhor Horta, surge com o mesmo ritual da anterior, mas vinda da Praça Minas Gerais, pela Travessa João Pinheiro. Um primo meu, que encontrei ocasionalmente¹⁵⁵, me confia que as duas bandas não costumam se dar muito bem nos bastidores. Penso que uma pesquisa sobre esse tipo de emulação das sociedades musicais do município pode gerar bons frutos no futuro. Assim que as duas bandas se fixam nos bancos plásticos, o secretário assume o microfone e organiza as apresentações. São cinco canções para cada, desde antigas retretas até músicas contemporâneas do cancionário nacional e internacional. Cada banda toca uma por vez. O secretário canta algumas músicas junto. Ninguém expressa prazer em ouvir seu desafino. Enquanto o concerto se desenrola, o *Jardim*, que antes estava praticamente vazio, passa a receber de 250 a 300 pessoas¹⁵⁶, entre figuras sentadas e em pé, na constante busca pelas sombras, quase todas compostas pela tradicional família marianense, além de turistas famintos pelo registro de imagens com seus *smartphones* e câmeras semiprofissionais” (DIÁRIO DE CAMPO, 18 nov. 2018).

Um único grupo¹⁵⁷ que destoava desse padrão do Banda na Praça é o de algumas crianças. Logo percebo que quase todas são ligadas a outras bandas da cidade e estão ali na curiosidade de ver os “adversários” tocarem. “Se não tivesse prestado atenção em algumas falas, jamais imaginaria que em meio a tantos olhares, a princípio descompromissados, houvesse ali uma ideia de rivalidade entre os jovens músicos. Mas vê-los interessados no espetáculo também me trouxe um novo entendimento: o de enxergar essas bandas não apenas pelo clichê da manutenção de uma tradição da sociedade local, mas como uma possibilidade de saber

¹⁵⁵ Em todos os dias de trabalho em campo fui ao *Jardim* sozinho. Mas, por se tratar de um espaço frequentado por amigos, familiares e conhecidos, cheguei a realizar algumas observações na companhia de algumas dessas pessoas. Afinal, não faz sentido fugir da sociabilidade se estou, exatamente, querendo absorvê-la. Nesses casos, todos foram comunicados que a minha presença na Praça possuía atribuições acadêmicas, mas nenhum deles foi convidado a participar das entrevistas em profundidade.

¹⁵⁶ Esse número pode variar bastante, a depender da banda que se apresenta ou mesmo da data em questão. Em outra apresentação que acompanhei, o *Jardim* chegou a receber 100 pessoas, por exemplo.

¹⁵⁷ “Durante as apresentações musicais no *Jardim* também é comum ver loucos, alcoólatras e demais desajustados. Cantando e dançando, eles são quase sempre observados por quem cuida da segurança dos eventos. Assim, delírios e alucinações são permitidos, inclusive, com o aval de pessoas que veem graça nessas cenas, mas desde que não atrapalhem a ordem e desde que haja alguém para a coerção, se necessário” (DIÁRIO DE CAMPO, 18 nov. 2018).

para crianças e adolescentes da região, independentemente, se eles vão dar prosseguimento ou não à vida musical” (DIÁRIO DE CAMPO, 18 nov. 2018).

“O espetáculo tem duração média de uma hora. Agradecimentos são feitos e as bandas terminam seus cardápios musicais com canções animadas, sob bastante palma e cliques fotográficos, realizados por profissionais da própria Prefeitura e pelos turistas. No fim, ambas descem juntas tocando pela Rua Frei Durão, na mesma marcha simétrica das entradas. Tirando a guarda municipal, poucos acompanham essa saída. Em minutos, a Praça está, praticamente, vazia” (DIÁRIO DE CAMPO, 18 nov. 2018).

Somente a partir das 15h é que o *Jardim* volta a representar um contingente significativo de pessoas. As tardes de domingo, quase sempre, são as mais cheias se comparadas aos outros dias da semana deste turno. Com o calor dos meses de novembro e dezembro, além do horário de verão, presenciar 600 pessoas no espaço não é incomum. Mas esse número também é elástico, podendo variar para bem menos, como 300, 200 ou 100 usuários. “A Praça tem forte presença de crianças, famílias, velhos, casais e até gente passeando com cachorro¹⁵⁸. Mas a calçada e os canteiros elevados da Rua Dom Viçoso, localizados em frente aos bares, são as áreas mais povoadas. A cerveja já está saindo e, com o passar do tempo, o consumo tende a aumentar e a ser permeado em quase todos os cantos. Se o *Jardim* fosse um ser humano, certamente, ele ficaria embriagado até o início da noite. Há muito consumo de açaí também, por todas as faixas de idade, algo impensável na minha juventude. Acredito que eu nem sabia o que era açaí quando tinha meus 14 anos de idade” (DIÁRIO DE CAMPO, 25 nov. 2018).

¹⁵⁸ “O número de cachorros circulando no *Jardim* é bem maior do que me lembro quando frequentava a Praça quando era adolescente. Primeiramente, porque o costume de passear com esses animais me parece ser um fenômeno mais recente da população. Em segundo lugar, porque a incidência de animais abandonados nas ruas também é mais alta, acredito eu. Nesses dias de trabalho em campo, vi várias vezes um cachorro grande de pelo amarelado tentando ‘tomar conta’ da Praça. Ele costuma implicar com os outros cães e também com alguns veículos que passam pelas ruas do entorno. Esse cão, às vezes, dorme nas gramas do *Jardim*” (DIÁRIO DE CAMPO, 19 dez. 2018). Sobre a presença dos cachorros no espaço, Camélia é enfática: “E essa cachorrada também que existe no *Jardim* hoje? Não sei o porquê de lá ter virado canil. É uma falta de fiscalização. Até o serviço de zoonoses peca. Não havia nada disso. Era um sossego mesmo” (ENTREVISTAS, 2018).

Na transição entre tarde e noite, grupos musicais de diferentes estilos se apresentam no coreto do *Jardim* a cada domingo. De uma maneira geral, esses espetáculos não costumam levar um número maior de pessoas do que a Praça, normalmente, recebe. “Se no domingo passado uma dupla de cantores levou ao *Jardim* clássicos da MPB, hoje é a vez de se apresentar uma banda de forró. Por ser um ritmo mais animado, as poucas pessoas que acompanham, exclusivamente, o show no espaço se arriscam a dançar. Alguns loucos também dançam e cantam, assim como em quase tudo o que envolve música na Praça. Semana passada o clima era mais melancólico” (DIÁRIO DE CAMPO, 25 nov. 2018).

É no fim da tarde de domingo, diante do elevado consumo de alimentos e, sobretudo, de bebidas alcoólicas, que o problema do descarte de lixo se torna plenamente visível. Antes mesmo do anoitecer as dez lixeiras fixas da Praça já se encontram entaladas de copos, garrafas e latas – situação que tem como desfecho as manhãs de segunda-feira. “A Praça amanhece com muito lixo, principalmente nas calçadas e nos canteiros elevados da Rua Dom Viçoso, ambiente costumeiro da classe média local e dos universitários. A maior parte é composta por copos plásticos. Pessoas que descem dos bairros Cabanas, São José e Cartuxa para o trabalho no centro passam pelo *Jardim*, literalmente, desviando dessa sujeira. Mesmo já tendo de ouvir falar que as manhãs de segunda-feira na Praça são resultantes de muito lixo¹⁵⁹, presenciar isso me causa espanto. Há até plásticos boiando dentro de um dos lagos. Enquanto isso, um grande número de varredores – fixos e terceirizados – tentam colocar o espaço em ordem. Comerciantes do entorno também lavam com baldes as calçadas dos seus estabelecimentos encardidas de cerveja. Por fim, um caminhão recolhe as cabines de banheiros químicos que

¹⁵⁹ Os moradores do entorno reclamam muito dessa questão. Violeta enfatiza que “segunda-feira é horrível passar aqui na frente, na parte de baixo do *Jardim*. Muito copo de plástico no chão. É horrível. Eu tenho pena dessas varredoiras. Eu acho, na minha opinião, que esses bares deveriam colocar, ou mesmo a Prefeitura, um cesto de lixo e educar o povo, porque é horrível. É papel de sanduíche, é guardanapo, é copo, é muita sujeira” (ENTREVISTAS, 2018). Nicanor, agente público, entende que a responsabilidade deve ser dos comerciantes. “É preciso que eles, como vendedores disso, façam o recolhimento desse material” (ENTREVISTAS, 2018). Já Antônio, jovem de classe média que também trabalha no comércio do entorno, diz que o problema é a falta de lixeiras para reciclagem. “O *Jardim* é um local que tem lixo, mas não tem lixeiras separadas para estar incentivando as pessoas a reciclar. Então tem muita coisa que pode ser melhorada” (ENTREVISTAS, 2018).

ficam na esquina entre a Travessa João Pinheiro e a Rua Barão de Camargos” (DIÁRIO DE CAMPO, 17 dez. 2018).

Mas, de volta ao *Jardim* dominical, a proximidade com a noite impõe um volume de pessoas compatível com o que ocorre em eventos de médio e grande porte no espaço. Dos dias de campo, houve domingos com cerca de 700, 900, 1000, e até com 1500 frequentadores. Joaquim¹⁶⁰, artista e produtor cultural, entende essa apropriação como um fenômeno local.

Eu conheço muitos lugares no Brasil. Já viajei muito apresentando e turistando mesmo, e eu acho essa praça de Mariana um dos espaços mais mágicos que eu já vi em toda a minha vida. E o mais legal é que é uma praça que tem movimento no domingo e à noite, uma coisa super difícil que eu nunca vi repetir em outras cidades (ENTREVISTAS, 2018).

“Mesmo com o anoitecer, as crianças continuam em cena juntas de seus familiares, assim como os ambulantes, os frequentadores dos bares e até alguns velhos que conversam sentados em alguns dos 40 bancos do espaço. Nas primeiras horas da noite, as disposições dos grupos são parecidas¹⁶¹ com as dos dias comuns. Mas isso se transforma pelo crescimento dos jovens de periferia – aqueles mesmos que costumam ficar restritos em pequenos grupos nos assentos próximos à casa arquiépiscopal ao longo da semana. Com o caminhar do relógio eles passam a circular por quase toda a extensão do *Jardim* dominical, a desconsiderar o calçamento da Rua Dom Viçoso, que desde o início da tarde está composto pela classe média da cidade e pelos estudantes universitários” (DIÁRIO DE CAMPO, 25 nov. 2018).

Esse fenômeno de apropriação massiva desperta em mim algumas possibilidades de explicação. A primeira é que pelo fato de muitos desses garotos e garotas morarem em bairros distantes do centro, ir ao *Jardim*

¹⁶⁰ Joaquim também conta que gosta de ir ao *Jardim* sem marcar com ninguém para ter a boa surpresa de encontrar amigos e conhecidos. Para ele, a Praça é o: “Ponto de encontro dessas gerações todas, um espaço de memória... Você fica meses fora daqui, se você vai ao *Jardim* você sabe que vai encontrar um conhecido ou você vai se lembrar de alguma coisa que passou contigo aqui na cidade de Mariana” (ENTREVISTAS, 2018).

¹⁶¹ Relativizando, obviamente, o número de pessoas que é bem maior.

várias vezes por semana acaba por ser uma tarefa complexa. Assim, o domingo se mostra como o dia propício do passeio e do tropel. A segunda é que como a classe média marianense, entre outros grupos, costuma ter mais opções de lazer nos fins de semana, a exemplo dos bares da Avenida Nossa Senhora do Carmo, das festas de repúblicas estudantis, entre outras festividades particulares da região, a tomada da noite pela periferia em um espaço público, gratuito e aberto da cidade se torna mais viável. Ou seja, enquanto para alguns o *Jardim* é “mais” uma opção para o tempo livre, para outros é “a” opção.

Entretanto, é preciso fazer um discernimento: falar da ocupação de jovens de periferia no *Jardim* dominical não é incluir todas as figuras e faixas desses bairros, como adultos, velhos e parte da classe de trabalhadores. Jasmim, que é negra, lésbica e moradora de uma região não central, entende que há um perfil não frequentador¹⁶² da Praça.

Tipo, na maioria das vezes, são pessoas pobres que trabalham muito e que não moram no centro. Ela não vai vir aqui no final de semana, porque, se ela estiver de folga, ela vai querer descansar. Acho que o perfil se acentua em relação às mulheres negras e pobres. Acho que são as que menos frequentam. Aí tem uma época no ano que a galera frequenta mais que é o carnaval, né? Aí é a hora que a galera, às vezes, tem dois dias de folga, e descem dos morros ou dos bairros aqui perto mesmo e vem para a Praça. Mas, normalmente, eles não vêm (ENTREVISTAS, 2018).

¹⁶² Além desse raciocínio firmado na ideia do tempo de trabalho, cor e gênero, é indispensável levantar outras reflexões sobre os não frequentadores. Apesar de ser defendido o caráter plural e público da Praça, a pesquisa não busca a afirmação de que o espaço seja acessível a todos os moradores de Mariana em sua completude, uma vez que existem bairros e distritos que pelas grandes distâncias em relação ao centro demandam, por exemplo, uma locomoção dificultosa – o que acarreta em custos e, em alguns casos, em desistências para frequentar o *Jardim*. Ainda há outro elemento relacionado à ideia física do acessível: o centro histórico da cidade – pela formação colonial das ruas, casas, calçadas e praças – não disponibiliza acessibilidade às pessoas com deficiência física ou com movimentação restrita. Ou seja, se locomover em Mariana, por conta dos estreitos caminhos destinados aos pedestres, das irregularidades dos calçamentos em pedra, entre outras dificuldades de uma infraestrutura secular, não é das tarefas mais fáceis, o que faz com que a presença dessas pessoas na Praça seja pequena em relação a outros grupos. Mas, mesmo relativizando essas justificativas, faz parte da defesa desta pesquisa a afirmação de que o *Jardim* consegue se mostrar enquanto um dos principais espaços públicos da cidade.

Pedro, vendedor de picolé, corresponde a essa ideia. “Quando a gente está trabalhando aqui, geralmente, feriado ou domingo, a gente vê muita menina bonita... Costuma bater um papinho... Mas quando eu não estou trabalhando é muito raro eu vir. Eu não venho, porque quando não estou trabalhando, eu fico em casa” (ENTREVISTAS, 2018).

As observações sobre os jovens de periferia na noite de domingo me levam a entendimentos mais amplos desse agrupamento. “Dou algumas voltas na Praça para tentar reparar aspectos da sociabilidade desse grupo, que me transmite idades que vão dos 13 aos 18 anos, por aí. Logo de cara percebo que a maior parte desses adolescentes é do sexo masculino e que um dos principais objetivos deles é paquerar¹⁶³ as garotas. As roupas ajudam a compor a identidade: quase todos usam bonés, camisas de time de futebol (tanto nacional quanto internacional), tênis e bermudas de tecido *tactel*. Em dias mais frios, jaquetas com capuz também fazem parte desse visual. Os mais empoderados carregam caixinhas portáteis de som ou mesmo *smartphones* para tocar *funk* em volume alto. Já as meninas de periferia, de maneira geral, usam shorts e blusas curtas e apertadas. Há muitos pedidos para determinado amigo apresentar determinada garota, assim como abraços e três beijinhos no rosto – algo que remete a minha adolescência no *Jardim*. De forma usual, esses jovens trazem e consomem bebidas alcoólicas baratas, provavelmente, porque não sobra grana para comprar cerveja¹⁶⁴ nos bares a todo o momento. Sobre o consumo de drogas ilícitas, de fato existe o uso de maconha e loló, assim como presenciei em cenas durante os outros dias da semana,

¹⁶³ Como tratado anteriormente, a paquera é uma marca permanente na Praça e não se reduz a um só grupo. Mas, especialmente no domingo, ela é mais recorrente. “Além dos flertes que ocorrem nas áreas internas do *Jardim*, jovens de classe média – esses com idades inferiores aos que ficam na Rua Dom Viçoso – se juntam para tentar elevar namoros. Enquanto essa turma, que tem por volta de 13, 14 e 15 anos, busca suas primeiras paixões nas calçadas da Rua Barão de Camargos, a sede do Guarany Futebol Clube – localizada na Rua Frei Durão – inicia um evento dançante, voltado para os velhos da cidade. Em poucos metros de distância, várias gerações estão em busca do amor. No meio desses espaços, o *Jardim* de Mariana” (DIÁRIO DE CAMPO, 18 nov. 2018).

¹⁶⁴ No primeiro subtópico deste capítulo, Luiz diz ser maltratado até por comerciantes locais. Sobre isso, uma fala de Magnólia, que é dona de um comércio no entorno, indica veracidade. “O dia pior para a gente trabalhar é no domingo. À noite, depois das 19h, é complicado. Parece que desce todo mundo de lá. Aí vem gente e coloca som automotivo, aí já atrapalha o nosso ambiente. Coisa melhor é trabalhar com tranquilidade, sem confusão, sem briga, sem nada. Agora no domingo é meio complicado. É o dia mais movimentado, mas depois de certa hora o público não é legal, não” (ENTREVISTAS, 2018).

mas nada próximo a ideia de cracolância, como induz uma reportagem do *Ponto Final*. É preciso frisar que drogas ilegais também são visualizadas em outros grupos, como os dos frequentadores da Rua Dom Viçoso” (DIÁRIO DE CAMPO, 23 dez. 2018).

É difícil definir em qual horário a Praça dominical se torna majoritariamente jovem, negra e periférica. Mas, em termos gerais, essa visualização vem quando se olha para um espaço aberto – como o miolo do *Jardim*. “Assim, como nos dias comuns da semana, as interações entre os diferentes grupos continuam escassas (muitas vezes hierárquicas) e os contatos face a face se mantêm distantes, apesar de algumas hibridizações. Mas as barreiras agora se movem em relação ao seu traçado simbólico costumeiro e apontam para um centro vivo, hegemonicamente, de cor preta e de bonés” (DIÁRIO DE CAMPO, 23 dez. 2018).

Entretanto, esse *Jardim* retinto das noites de domingo, em que a periferia assume o epicentro, também não passa imune às tentativas de exclusão. “Às 20h30 começa um *show* no palco atrelado ao Natal de Luz. Assim que a apresentação se inicia quatro guardas municipais correm até a calçada da sede social do Marianense e abordam cerca de 20 jovens que ali se relacionam. Eles recebem o que o jargão policesco costuma chamar de busca pessoal, mas que no linguajar popular é tratado como ‘geral’ ou ‘baculejo’. Todos ficam de costas para a Rua Barão de Camargos, com as mãos para cima. A maior parte desses adolescentes tem a pele negra. Muitos deles parecem nem ter 18 anos. Há garotas também. Um dos guardas registra todas as ações com uma câmera fotográfica. Enquanto os jovens são revistados, os *flashes* correm soltos das mãos dessa figura. Olho em volta e percebo que os demais frequentadores do *Jardim* mantêm suas rotinas normalmente. Ninguém questiona nada, não há nenhuma impulsão de revolta. Só a apatia de alguns poucos curiosos. O evento musical continua, talvez porque tudo esteja dentro da ‘normalidade’ desse espaço. Após as revistas, que duram cerca de dez minutos, todos são liberados. E o resultado é que nada de ilegal foi encontrado. Alguns dos jovens abordados saem sérios, outros com um sorriso no canto da boca. Mas é um riso meio que nervoso, daqueles sem graça. As-

sim que o ‘baculejo’ termina, outros dois guardas chegam montados em motocicletas, quase que ao mesmo tempo em que quatro policiais militares. Estes últimos estão portando cassetetes¹⁶⁵ enormes. Às 21h, esses mesmos policiais dão ‘geral’ em outro rapaz – negro – no miolo da Praça, bem próximo de onde são comercializados os brinquedos e fica instalado o pula-pula. A abordagem termina, mas a ação truculenta, não. A polícia aparenta estar procurando por alguém ou por algo, mas o alvo é sempre o mesmo: os jovens negros de periferia. Às 21h30, a apresentação musical termina. O *Jardim* já tem entre 800 e 900 frequentadores. Por volta das 22h20, dois policiais (já não sei mais quantos circulam pela Praça) dão ‘geral’ em outro grupo de adolescente, dessa vez no passeio entre a casa arquiépiscopal e a Rua Dom Viçoso. Cinco rapazes vestidos com bonés, camisas de time de futebol e bermudas ficam com as mãos para o alto. Mais uma vez, ninguém se indigna. Um dos policiais busca, com a lanterna do seu celular, vestígios de droga bem próximo ao banco que esses jovens estavam até então conversando. Ao não encontrarem nada, a turma é liberada e decide por continuar no mesmo lugar. Nesse momento, enquanto pensava que essa atitude do permanecer no *Jardim* poderia ser entendida como uma espécie de resistência cotidiana desses jovens, em que, apesar de toda a humilhação, aquele espaço também seria o de apropriação deles, a polícia retorna. Cerca de dez minutos após o ‘baculejo’, os mesmos agentes param em frente ao mesmo grupo. Eu, bem próximo deles, visualizo um dos policiais, sem qualquer motivo aparente, jogar gás de pimenta no rosto de um dos adolescentes. Essa atitude imbecil causa um tumulto instantâneo no *Jardim*, uma vez que os efeitos do gás rapidamente tomam mais da metade da Praça. Em poucos

¹⁶⁵ Três dias após esse registro no diário de campo, entrevistei Jasmim. Perguntada se se sentia bem na Praça, ela deu a seguinte resposta: “Depende das pessoas e das circunstâncias. Mas, a questão da truculência policial, ela acontece muito. E eles utilizam muito desse espaço, a praça pública, para poder humilhar as pessoas que eles abordam. Às vezes, fico com certo medo. Nunca me pararam, mas eles fazem tipo uma perseguição, sabe? Só um olhar... Às vezes eles passam e fazem um movimento... Por exemplo: no domingo mesmo eu estava aqui e a Praça estava muito cheia. Eu estava sentada em frente ao açai e aí eles estavam com um camburão parado em frente ao Subway. E eles passaram do meu lado, eu estava sentada e sozinha... Aí eles passaram em minha frente e ajeitaram o cassetete, um porretão, assim, enorme... Aí fiquei com medo. (ENTREVISTAS, 2018). Em outro trecho, ela retoma: “Aí quando passaram na minha frente, exatamente, é que eles mexeram no cassetete [...]. Aí foi isso. Eles não chegaram a me abordar” (ENTREVISTAS, 2018).

segundos a minha garganta começa a coçar e dou espirros sequenciais somados a uma leve falta de ar. Uma correria toma conta da Praça. O *Jardim*, que até então era vivenciado por quase mil pessoas diferentes sem qualquer animosidade¹⁶⁶, se dispersa. Parte dos frequentadores vai embora por conta dessa confusão iniciada. Iniciada pela polícia. Também decido ir em seguida. De todos os dias de observação, este foi, verdadeiramente, o único momento em que senti medo genuíno de estar ali” (DIÁRIO DE CAMPO, 16 dez. 2018).

Dentro dessa construção sobre o *Jardim* do domingo, o policiamento toma forma, novamente, sobre adjetivações ligadas à truculência, o que mostra que a Praça dominical é também a Praça do comum, assim como é a Praça institucionalizada, sob outros aspectos excludentes, como a arte e o entretenimento. Mas, no domingo, talvez pela grande movimentação de frequentadores, todas essas evidências ficam mais expostas, pois o espaço amanhece abraçado à família tradicional marianense e dorme diante dos adolescentes negros dos bairros distantes, estes sem os conhecidos sobrenomes da cidade. E, quanto mais o *Jardim* escurece, mais a polícia e a guarda municipal fazem o papel que a sociedade dominante deseja, apesar de nem sempre assumir.

A esse respeito, é possível tomar como frente uma lógica da calma como premissa moral. Ou seja, dentro de uma sociedade que se baseia no conservadorismo interiorano, na religiosidade, no racismo e

¹⁶⁶ Assim como no capítulo dedicado às análises do Jornal Ponto Final, aqui é reiterado que não existe a intenção de negar os possíveis casos de violência na Praça. Até porque algumas falas dos entrevistados são marcadas por brigas, confusões e, inclusive, assassinatos. Antônio, jovem de classe média e comerciante do entorno do espaço, dá a seguinte resposta ao tema: “Eu pensava que não tinha muita briga não, mas, depois que comecei a trabalhar aqui, eu vi que não tem mais de uma briga em uma noite... Só que, vamos dizer, dos quatro domingos do mês, três têm brigas. Acho que se tivesse um policiamento, não teria brigas” (ENTREVISTAS, 2018). Joaquim diz que “ultimamente, até tem me incomodado muito a quantidade de briga. Depois do Encontro de Palhaço, eu saí do *Jardim* no dia 15 de setembro, no Iron Bike, e teve uma briga imensa. Aí, no outro domingo, teve outra briga. E, no outro domingo, outra briga” (ENTREVISTAS, 2018). Já Nicanor se lembra de um crime do passado. “Uma briga que começou lá durante o dia, dia normal de semana, um rapaz agredindo outro, e o outro, depois, o perseguiu, tirou uma faca da sacola e acabou dando muitas facadas. Ali na esquina do museu era a Caixa Econômica Federal, ele entrou ali para dentro, todo mundo saiu correndo. Eu entrei atrás para tentar socorrer o sujeito... Consegui com um amigo, nós o colocamos em uma caminhonete na hora... Na carroceria... Fomos segurando-o até o hospital. Ele chegou a entrar no bloco cirúrgico, mas faleceu. Isso deve ter sido, mais ou menos, em 1986, 1987” (ENTREVISTAS, 2018). No entanto, é preciso frisar que, dentro dos 25 dias de observação em campo, as únicas cenas de violência registradas foram as do próprio policiamento.

em privilégios de classe, é preciso controlar os fluxos daqueles que não se enquadram, dos que “contaminam” tudo isso, dos outros. Mesmo que esses outros seja apenas um pequeno grupo de adolescentes batendo papo em um dos bancos do *Jardim*, e mesmo que os barulhentos (de forma literal ou não) sejam, em alguns casos, os jovens e os adultos da classe média ou os estudantes universitários. Isso porque, essa premissa moral nem sempre julga a prática em si, pois o julgamento depende de quem faz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociabilidade tensionada do *Jardim* de Mariana e da Mariana do *Jardim*

Ao longo deste livro várias questões foram sendo lançadas em cada mergulho alvitado. Além disso, uma pergunta norteadora deixou em suspenso como que distintas formas de experiência em torno da sociabilidade do *Jardim*, construídas historicamente, jornalisticamente e pelos próprios frequentadores, podem levar a uma compreensão ampla desse espaço público e, em consequência, da própria Mariana. Alguns tópicos e subtópicos mostram por si só descobertas em torno desse e de outros questionamentos, mas aqui é chegado o momento de uma amarração geral dos três capítulos ou, como o título da obra induz, das três faces.

O *Jardim* é tomado nesta pesquisa como uma espécie de síntese, signo espacial e lócus privilegiado de certos traços da sociedade marianense e, com isso, o olhar sobre o objeto se dispara para além das estruturas geográficas e das tipologias físicas urbanas, frias e isoladas, algo que as noções de espaço, espaço público e centro – conceitos discutidos na introdução do livro – ajudam a dar embasamento. Ou seja, a Praça é pensada dentro de dinâmicas socioculturais, relacionais, políticas, temporais e comunicacionais, por meio de documentos, imagens históricas, obras literárias e acadêmicas, além de conteúdos jornalísticos e de observações em campo somadas a entrevista em profundidade. E mais: todas as reflexões (ou quase todas) passam pela dialética entre os horizontes do macro e do microssocial. Isto é: as interações, os gestos, os olhares, as circulações, as refutações, as falas banais, os silenciamentos, as invisibilidades, a resistência, entre outros termos, têm um grande peso neste trabalho, pois o *Jardim* é um fenômeno de grupos, mas também é individual. É um retrato da massa, mas também é da ordem pessoal. É uma área localizada em um ponto específico do centro geográfico e histórico de Mariana, mas

também é a condensação do município como um todo – algo que também permeia outros conceitos chave, como a sociabilidade (pensada pela linha do social puro, mas também pelos contornos institucionais e pela estrutura histórico-social) e a experiência (encarada – também – dentro do seu caráter social e da sua dimensão objetiva e externa).

Dos blocos do estudo, o primeiro capítulo, destinado ao *Jardim* da História, é o responsável pela construção de uma narrativa “oficial” da Praça em um tempo passado. Do espaço, ficou evidenciada a sua ocupação popular e estritamente pública desde os primeiros anos de povoação bandeirante, que começa junto ao uso comunitário de pastos, roças, reservas de lenha e circulações no rossio; que se transforma em um campo destinado às festas profanas; e que, mesmo com o seu processo de ajardinamento, iniciado no final do século XIX e fortalecido ao longo do século XX, consegue se manter em uma perspectiva de uso plural. O *Jardim* dos rastros históricos também traz embates relacionados ao gênero, no controle da sociabilidade das mulheres com o episódio da colocação dos ciprestes na década de 1950; à classe, sobre as tentativas de elitização do seu entorno e nas descobertas sobre as barreiras invisíveis entre os grupos circulantes; e, conseqüentemente, à etnia, pela ausência ou pouca vazão das vozes dos negros, entre outras minorias, nessas construções sobre esse passado.

O segundo capítulo, correspondente ao *Jardim* do Jornal, traz a ótica da imprensa, no caso a local, nas formas de experiência do espaço, em um tempo mais ligado ao passado-presente. Mas ele não aborda apenas o jornalismo em si ou um veículo em específico como, no caso, é o *Ponto Final* (apesar de também revelar muito sobre esse Jornal). A imprensa aqui é defendida como um organismo imerso em um processo social que capta e, concomitantemente, induz entendimentos sobre o mundo. E, nesse processo, permeado de interesses, controles e disputas de sentido, a Praça é apresentada, dentro de um panorama geral, como um ponto crescente temporalmente no impresso de uso de drogas, de violência, de desordem, de insegurança e de incivilidade, ao mesmo tempo em que também recebe grande parte dos eventos sociais, esportivos e artísticos

da cidade, sejam eles fomentados pelo poder público, privado ou por iniciativas da própria sociedade civil. A Praça do periódico também é aquela construída pelas falas institucionais, como as dos políticos, policiais e demais agentes públicos, o que ajuda a perpetuar a lógica vigente e as hierarquias presentes. Vozes essas que, muitas vezes, carregadas de moralismo, de ode à vigília, à punição e, até, com pitadas de conservadorismo religioso, tratam das complexidades do espaço como um problema referente ao outro: jovem, pobre, negro, etc.

Já o terceiro capítulo, este de impulso etnográfico, acessa o cotidiano do espaço pelas falas derivadas da observação dos próprios usuários, incluindo o autor desta pesquisa. As lógicas sobre o trabalho, as relações dos casais e das famílias, os eventos institucionais, o domingo na Praça, as interações e os embates entre os diferentes grupos circulantes contemporâneos, e, principalmente, as barreiras invisíveis que têm como ponto máximo a divisão entre o centro e a periferia rodeiam a experiência dessa sociabilidade por quem socializa. O *Jardim* dos frequentadores também é o que evidencia entendimentos sobre a Praça até então não colocados à luz do esclarecimento, como a repressão policial perante um determinado grupo – curiosamente, o mesmo que é visto como “inimigo” pelo conteúdo produzido pela imprensa local e que pouco se transparece pelos vestígios históricos.

Mas quais lições podem ser tiradas dessa tríade analítica e como elas transformam em repostas as perguntas da obra? Primeiramente, é preciso defender que desbravar a sociabilidade da Praça por meio dessas três faces ajuda a amplificar a visão sobre o epicentro de Mariana e a mostrar, entre outras questões, que: a experiência pelos rastros históricos, apesar de evidenciar de forma contextual o estritamente público e o popular, não consegue esclarecer as perspectivas microssociais, pois se trata de uma visão “de cima para baixo”, de característica documental e formal; assim como a experiência pelo jornalismo, que, mesmo tendo condições de “ir à rua” e se constituir como polifônica (isso ocorre em raríssimas ocasiões em relação ao *Ponto Final*), prefere se garantir pelos discursos oficiais e pelos interesses do que se entende como grupos dominantes

do município. Já o *Jardim* dos frequentadores não tem o peso da oficialidade dos registros antigos ou a credibilidade das páginas impressas de um semanário, mas demonstra a possibilidade de incluir outros olhares sobre o centro vivido e de lançar descobertas em vias do cotidiano. Não se trata da defesa de que um desses elementos é mais nobre, legítimo ou eficaz que o outro nas reflexões sobre a realidade da Praça, mas, sim, de apontar uma imersão mais intensa às questões latentes do objeto, em que o rastro histórico, o conteúdo jornalístico e as falas dos usuários trazem aspectos de continuidades e de rupturas em suas concepções sobre o *Jardim*. Ou seja, as lacunas de um ajuda a compor o outro, e vice-versa, porque a natureza de cada experiência, para além do espaço, também é reveladora dela mesma, e o arco temporal entre passado, passado-presente e cotidiano ajuda nesses atravessamentos.

Com a perspectiva de aproximação à pergunta norteadora, as evidências entre o *Jardim* e o município de Mariana podem ser denotadas pela influência de instituições civis, culturais e religiosas, pelas formas de exploração da força de trabalho, pela desigualdade socioeconômica, pela imigração descompensada, derivada da atividade mineral na cidade, e por disputas grupais políticas, sociais e espaciais. O machismo evidenciado pelos vestígios históricos da Praça é similar ao das falas de alguns entrevistados deste trabalho, assim como é combatido pelas mulheres *in loco* na contemporaneidade e até pela presença de casais homossexuais – uma ação rara, mas existente. Os casos de racismo do passado também mostram sua atualização pela truculência policial aos adolescentes de periferia, pela invisibilidade jornalística aos negros, além de se transmitir em alguns sentidos de apropriação nas falas da classe média marianense em relação ao espaço. E eles tomam como invertida a permanência dos jovens negros no *Jardim*, como é o caso das noites de domingo, assim como as diferenças de classe, que histórica, jornalística e cotidianamente, marcam quem tem ou não autoridade para se apropriar de determinada área da Praça.

Todos esses sintomas sobre o *Jardim* também podem ser percebidos em contornos da cidade, porque mesmo que seja possível discorrer

sobre certos avanços, não parece absurdo pensar o município de Mariana com raízes provenientes do surgimento do Arraial de Mata Cavalos, passando pela Vila do Carmo. Quem caminha pela Mariana dos dias atuais – cidade média demograficamente – tem condições de enxergar os bairros centrais bem estruturados com refinadas moradias (históricas ou não) em contraste com os bairros mal planejados levantados em regiões de morro e constituídos de forma precária em relação ao saneamento básico, à saúde, à educação, entre outras demandas ligadas à cidadania (e consegue visualizar quais grupos moram em cada uma dessas regiões e quais não são tão bem-vindos). Também toma conhecimento da força do minério de ferro ao ditar os rumos do quadro econômico e social do município, deixando a maior parte dos lucros para o mercado financeiro, enquanto trabalhadores – naturais da cidade e forasteiros – se amontoam, quase que diariamente, em filas do Sistema Nacional de Empregos (Sine) na busca por cargos, muitas vezes, cedidos em quadros terceirizados – isso sem contar o mar de lama deixado pela mineradora Samarco no distrito de Bento Rodrigues e em outras regiões, no ano de 2015. As igrejas continuam a compor o imaginário cidadão e a oferecer um cardápio conservador a ser seguido. Sobre o impacto das religiões, além da grande força do dogma católico, emergem as igrejas pentecostais – fenômeno também observável em outras tantas cidades brasileiras. Os grupos sociais não são mais compostos por negros escravizados, homens brancos livres pobres, funcionários públicos, militares, pessoas de posse e irmandades dos séculos XVIII e XIX, nem por membros dos clubes socioesportivos e políticos do século XX (apesar de eles ainda existirem em certa medida). Mas, mesmo sem a potência desses e de outros agrupamentos do passado, Mariana permanece se materializando socialmente entre quem pode ou não ocupar determinado espaço, ou mesmo, demonstrar certa postura, gesto ou direito a fala. O poder civil não é mais sucumbindo à metrópole portuguesa, mas ainda ressoam elementos característicos desse período, como a burocratização de serviços públicos, os domínios e os conchavos de castas familiares da política, a aproximação inapropriada entre imprensa e políticos, além, é claro, da

vigília policial – exercida tanto pela polícia militar, quanto pela guarda municipal, e respaldada (ou negligenciada, se preferir) pelo sistema judiciário e até por instâncias do ministério público. Sobre todos esses apontamentos, é preciso deixar claro, mais uma vez, que a dinâmica urbana do município tem a ver não apenas com questões da ordem física e geográfica, mas também com o simbólico, bem como as forças concorrentes dos agentes sociais. Ou seja, nada deve ser tratado como descolagem da espacialidade e da temporalidade cidadina. Tudo é atualização.

Especificamente sobre os aspectos sociais e relacionais, o *Jardim* é a síntese de uma cidade permeada de teatralizações que tem dificuldades em se abrir para ideias que não sejam as normalizadoras. O desajuste não deve ser admitido na sociedade marianense e, assim, a sua praça principal não pode ser “contaminada” pelo outro, seja ele mulheres ou gays que namoram em público, pobres que ousam descer ao centro histórico para se divertirem em um fim de semana, jovens negros empoderados, entre outras figuras. A Praça/Mariana ideal – para quem faz parte dos dominantes e até para alguns dominados – suscita calma, moralismo e erudição (o turismo bebe muito dessas fontes com o imaginário sobre a cidade interiorana mineira, por exemplo). E, quando qualquer aspecto de base sociocultural desloca tais compreensões, ferramentas de controle, constrangimento, exclusão e repressão são acionadas. Mas, essa Praça/Mariana sublima também trafega pelo campo da hipocrisia, uma vez que se veste como modelo a ser seguido, mas nem sempre cumpre aquilo que defende. Ou as drogas lícitas e ilícitas são consumidas apenas por jovens negros de periferia? Ou a violência é exclusividade da população pobre? É preciso deixar claro: essas perguntas são tanto para a Praça quanto para Mariana.

Mas essa ótica negativa que desnuda um caráter social hipócrita e moralista não é a única resposta para uma compreensão ampliada da sociedade marianense diante do *Jardim*. Isto porque, permeada de todas essas questões, a resistência se faz presente e se mostra como grande potência. Na Praça da História, ela aparece, mesmo que sem aprofundamentos, na retirada dos ciprestes e na não transformação do espaço

em referências geográficas diretas à igreja e ao poder civil. Na Praça do Jornal, na pauta sobre o carnaval do ano de 2006 em que a festividade foi assumida pela população marianense em meio a ameaças de ataques violentos. E na Praça dos frequentadores, na simples permanência dos jovens negros diante de cada “apavoro”, abuso ou preconceito exposto pelo policiamento ou por outros grupos. Transpondo isso para a cidade, os morros e quem neles moram tem lógicas de resistência ao centro e ao que ele representa. As religiões de matrizes africanas são resistências ao cristianismo. O *rap* e o *funk* são resistência à cultura erudita. Assim, os grupos minoritários marianenses, que têm idade, gênero, cor e classe definidas, são responsáveis pelas rupturas, ou ao menos fissuras, nos sentidos mais conservadores do *Jardim* de Mariana e da Mariana do *Jardim*.

Por fim, outra questão que merece ser recapturada é a discussão sobre a “morte” – ou não – do espaço público diante da singularidade do *Jardim*. O viés histórico aponta para uma Praça cronológica em que determinados episódios marcam o impacto entre a manutenção do *Jardim* enquanto público e popular. Já o jornalístico quase crava, em uma onda crescente ao longo dos anos dos recortes do *Ponto Final*, a Praça como áspera e perigosa, mas permeada de circulações; enquanto o viés frequentador se apegava à lógica do divergente e do contraditório, não como um veneno, mas, sim como algo constituinte do espaço público no dia a dia. Todas essas questões remetem ao que unifica a sociabilidade da Praça/Mariana: a tensionalidade. Em outros termos, falar do *Jardim* e do que ele significa perante o município é mostrar como a sua organização se revela conflituosa. Não é que tudo seja disputa, mas a sociabilidade desse objeto tem um rosto e ele se constitui com base nas inclusões e exclusões, visibilidades e invisibilidades, autorizações e desautorizações. E, como já dito, na resistência.

POSFÁCIO

A pesquisa que compõe este livro é fruto da minha Dissertação de Mestrado em Comunicação pela UFOP, título defendido em abril de 2019. De lá para cá, a Praça foi envolvida em uma outra dinâmica: a de um novo “projeto de revitalização” patrocinado pela Fundação Renova, em parceria com a Prefeitura local e sob supervisão de órgãos públicos.

Essa reforma, que faz parte de uma série de ações compensatórias que a mineradora Samarco teve que assumir diante do rompimento da Barragem de Fundão, em 2015, é permeada de inúmeras polêmicas de ordens arquitetônicas, econômicas, políticas, patrimoniais, botânicas e sociais. Sobretudo, pela ausência de debates mais amplos que respeitassem a pluralidade das vozes e as opiniões cidadãs diante dessa nova interferência.

Iniciada nos primeiros meses de 2020, a obra tem realizado diversas alterações físicas do espaço, como troca dos bancos e da iluminação, realocação do busto do Dr. Gomes Freire, retirada dos orelhões, alteração de parte do traçado, do piso, dos lagos artificiais e da ponte, construção de rampas e de bancos tipo arquibancada, e até de uma faixa elevada em uma das ruas do entorno. Além disso, ocorreram cortes e retiradas de algumas árvores do local.

Diante do debate sobre a descaracterização ou não da Praça, discussão acalorada entre frequentadores e com repercussão ampla dos meios de comunicação, incluindo imprensa de alcance nacional, parece faltar uma reflexão mais profunda que busque entender o que esta “revitalização” pode trazer de consequências para a sociabilidade do espaço. Dessa forma, a questão não é, simplesmente, discorrer sobre o que foi ou não alterado no campo físico – até porque o *Jardim* da História, o *Jardim* do Jornal e o *Jardim* dos frequentadores mostram que esses tipos de alterações não são incomuns – mas pensar sobre como a nova reforma pode modificar a vida social dos usuários e suas formas de experiência daqui em diante.

Ainda é cedo para tirar qualquer tipo de conclusão em meio a todas essas alterações arquitetônicas, uma vez que as obras não foram to-

talmente finalizadas. Também não podemos perder de horizonte que, por conta da pandemia da Covid-19, a livre circulação das pessoas e as consequentes aglomerações estão sendo corretamente desaconselhadas pelo executivo municipal. Entretanto, é importante frisar que essa nova intervenção serve para mostrar o quanto esse espaço, defendido aqui como epicentro da cidade, segue atravessado por interesses oriundos de diversos setores da sociedade marianense e de suas instituições. Mostra também como tudo isso é revelador das posições dos atores que seguem disputando o *Jardim* em embates concretos e simbólicos. Pelo visto, a tensionalidade da Praça permanece constante. Que o seu caráter estritamente público também se mantenha.

Filipe Davison Barboza Carneiro
Fevereiro de 2021.

Figura 31: O *Jardim* “revitalizado”.



Foto: Filipe Davison Barboza Carneiro. Data: 2021

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sonia. **Territórios do jornalismo: geografias da mídia local e regional**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização. In: **Revista de História**. Mariana, n. 5, 1995. P. 88-111.

ALVES, Schirley Fátima Nogueira da Silva Cavalcante; FIGUEIREDO, Madeleine Alves; PAIVA, Patrícia Duarte de Oliveira. **História da Praça Gomes Freire: o Jardim de Mariana**. Lavras: Ufla, 2010.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. Roceiros e fazendeiros: hierarquia na agricultura de Mariana da primeira metade do século XIX. In: **Revista de História**. Mariana, n.7, 1997. P.108-118.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; BAPTISTA, Luís Vicente. Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos. **Revista Sociologia**. Porto, v. 29, 2015. P. 129-146.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; JAYME, Juliana Gonzaga; ALMEIDA, Rachel de Castro. Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. In: **Revista Cadernos metrópole**. São Paulo, n. 21, 2009. P. 131-153.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brazil**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Ca, 1837. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222266>>. Acesso em 21 fev. 2021.

ANTUNES, Álvaro de Araújo; SILVEIRA, Marco Antônio. Casa de Câmara e Cadeia: espaços e símbolos do poder em Mariana (XVIII). In: PEREIRA, Carlos Alberto (*et al*). **O espaço e os construtores de Mariana (Século XVIII)**. Ouro Preto: UFOP, 2016. P. 15-36.

AZEVEDO, Aroldo de. As cidades. In: AZEVEDO, Aroldo de (org.). **Brasil: a terra e o homem**. São Paulo: Edusp, 1970.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos. In: **Revista Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, v. 6, n. 16, 2009. P. 11-27.

BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre comunicação e história. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (org.). **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. P. 83-96.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARUFI, Luiza; BRAVIN, Adriana. Imprensa em Passagem de Mariana no século XX: uma análise do jornal O Espeto. In: **Anais do XI Encontro Nacional de História da Mídia**. São Paulo: Mackenzie, 2017.

BASTOS, Rodrigo Almeida. A fábrica-artístico construtiva em Minas Gerais no século XVIII: preceitos, agentes e procedimentos dedicados ao decoro das povoações. In: PEREIRA, Carlos Alberto (*et al*). **O espaço e os construtores de Mariana (Século XVIII)**. Ouro Preto: UFOP, 2016. P. 61-94.

BICALHO, Gabriel; RÔLA, Hebe (*et al*). **Entre o azul e a rosa**. Mariana: Aldrava de letras e artes, 2016.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: **Revista dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Santa Catarina, vol. 2, n. 1, 2005. P. 68-80. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em 20 fev. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRIGHENTI, Andrea Mubi. **Visibility in social theory and social research**. Londres: Palgrave Macmillan, 2010.

BRIGHENTI, Andrea. Mubi. The public and the common: some approximations of their contemporary articulation. In: **Revista Critical inquiry**. Chicago, v. 42, n. 2, 2016. P. 306-328.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornal do interior: conceitos e preconceitos**. In: ASSIS, Francisco de (org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013. P. 45-66.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade**. 2007. (Tese de Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CAMÊLLO, Roque. **Mariana: assim nasceram as Minas Gerais: uma visão panorâmica da História**. Belo Horizonte: Nitro, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, Filipe Davison Barboza. **Marianense x Guarany: histórias de rivalidade além das quatro linhas**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo (Memorial Descritivo). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. **Temas sociais**. Ouro Preto: UFOP, 1982.

CARVALHO, Rosana Areal de; VIEIRA, Livia Carolina. Grupo escolar de Mariana: política, educação e cotidiano escolar. In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História: História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos**. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

CASIMIRO, Cristiano. Quartel de dragões da Vila de Nossa Senhora do Carmo. In: **Mariana: Revista Histórica e Cultural**. Mariana, 2017. P. 22-25.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CORRÊA, Felipe Botelho. A busca por segurança: imaginário do medo e geografia urbana. In: **Revista Contemporânea**. Bahia, ed. 14, v. 8, n. 1, 2010.

COSTA, Iraci del Nero da. **Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

COSTA, Manuela Areias. A primeira República na cidade dos bispos. In: **Revista Outros tempos**. Maranhão, v. 9, n. 13, 2012. P. 213-227.

CUNHA, Thainá Teixeira. **Um olhar sobre os negros: a reprodução de estereótipos e estigmas sociais no jornal Estrella Mariannense (1830-1832)**. 2018. (Dissertação de Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

DIÁRIO DE CAMPO do *Jardim* de Mariana-MG. **Observações de Filipe Davison Barboza Carneiro**. De 12 nov. 2018 a 23 dez. 2018. Mariana, 2018.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DORNELLES, Beatriz. O localismo nos jornais do interior. In: **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 17, n. 3, 2010. P. 237-243.

DRUMMOND, Francelina Ibrahim. Nascimento e esboço da imprensa em Ouro Preto. In: DRUMMOND, Francelina Ibrahim. **Bernardo Guimarães cronista**. Ouro Preto: Liberdade, 2013.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011.

ENTREVISTAS com sigilo de fontes. **Entrevistas realizadas por Filipe Davison Barboza Carneiro**. De 12 nov. 2018 a 23 dez. 2018. Mariana, 2018.

FERNANDES, Mario Luiz. A proximidade como valor-notícia na imprensa do interior. In: ASSIS, Francisco de (org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Argos, 2013. P. 103-136.

FERREIRA, José Sebastião. **Bateia lírica: temas marianenses**. Mariana, 1996.

FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. Religião, Igreja e religiosidade em Mariana no século XVIII. In: **Termo de Mariana: História e documentação**. Mariana: UFOP, 1998. P. 98-112.

FISCHER, Monica. **Mariana: os dilemas da preservação histórica num contexto social adverso**. 1993. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

FLAUSINO, Gabriele Cerceau; MENEZES, Rebeca Marques; MENEZES, William Augusto. Discurso, identidade e memória na Região dos Inconfidentes: temas e objetos em estudos de linguagens. In: MENEZES, William Augusto; SANTOS, Simone de Paula dos (org.). **Discurso, identidade, memória**. Fortaleza: Expressão, 2015. P. 15-34.

FONSECA, Cláudia Damasceno. História urbana de Mariana: primeiros estudos. In: **Revista de História**. Mariana, n. 5, 1995. P. 122-137.

FONSECA, Cláudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In: **Termo de Mariana: História e documentação**. Mariana: UFOP, 1998. P. 27-66.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Urbs e civitas*: a formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas. In: **Revista Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 20, n. 1, 2012. P. 77-108.

FRANÇA, Vera Veiga. Comunicação, sociabilidade e cotidiano: o fio de Ariadne, a palavra da rua. In: FAUSTO NETO, Antonio; PINTO, Milton José (orgs). **O indivíduo e as mídias: ensaios sobre comunicação, política, arte e sociedade no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. P. 103-111.

FRANÇA, Vera Veiga. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

FRANCA, Vera Veiga. Sociabilidade: implicações do conceito no estudo da comunicação. In: FAUSTO NETO, Antônio; PORTO, Sérgio Dayrell; BRAGA, José Luiz (org.). **A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995. P. 55-66.

FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. In: **Revista Opinião pública**. Campinas, v. 8, n. 1, 2002. P. 40-53. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v8n1/14873.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2021.

GINZBURG, Jaime. A interpretação do rastro em Walter Benjamin. In: GINZBURG, Jaime; SEDLMAYER, Sabrina. **Walter Benjamin: rastro, aura e história**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

GOMES, Cristiano; MAIA, Marta Regina. Da prensa à imprensa na região dos inconfidentes. In: **Anais do IX Encontro Nacional de História da Mídia**. Ouro Preto: UFOP, 2013.

GUIMARAENS FILHO, Alphonsus de. **Alphonsus de Guimaraens no seu ambiente**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995.

HARVEY, David. O direito à cidade. In: **Revista Lutas sociais**. São Paulo, n. 29, 2012. P. 73-89.

JACQUES, Anna Carolina Gonçalves. **Entrevista concedida a Filipe Davison Barboza Carneiro**. Mariana, 21 jun. 2018.

JORNAL, Ponto Final. **Acervo impresso e digital coletado na sede do Jornal Ponto Final**. Mariana, vários anos pesquisados, com recortes em 1996, 2006, 2016-2017.

LEFÈVRE, Renée; VASCONCELLOS, Sylvio de. **Minas: cidades barrocas**. São Paulo: Edusp, 1968.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Natal: Argos, 2001.

MAFFESOLI, Michel. O tribalismo. In: MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense, 1998. P. 101-142.

MAIA, Rousiley. Sociabilidade: apenas um conceito? In: **Revista Geraes: estudos em comunicação e sociabilidade**. Belo Horizonte, n. 53, 2002. P. 4-15.

MAROCCO; Beatriz; BERGER, Christa. A notícia como forma de controle social. In: **Revista Contracampo**. Niterói, n. 14, 2006. P. 7-18.

MARQUES DE MELO, José. **História social da imprensa: fatores socio-culturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MELO, Isabelle Anchieta de. **Um jornalismo de proximidade**. Observatório da Imprensa, 3 abr. 2007. Disponível em: <<http://observatorio-daimprensa.com.br/diretorio-academico/um-jornalismo-de-proximidade/>> Acesso em 21 fev. 2021.

MENDES, Jairo Faria [a]. Os dois séculos da imprensa mineira. In: RESENDE, Guilherme Jorge de (org.). **Impasses e perspectivas da imprensa em Minas Gerais**. São João del-Rey: UFSJ, 2012. P. 25-36.

MENDES, Jairo Faria [b]. O silêncio das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros. In: RESENDE, Guilherme Jorge de (org.). **Impasses e perspectivas da imprensa em Minas Gerais**. São João del-Rey: UFSJ, 2012. P. 16-24.

MENDES, Jairo Faria. **O silêncio das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais impressos mineiros**. 2007. (Tese de Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de (*et al*). **História de Minas Gerais: as Minas setecentistas 1**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. P. 55-86.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. In: **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 22, n. 37, 1999. P. 7-32. Disponível em: <http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html> Acesso em 18 fev. 2021.

MORAIS, Lauro Almeida de; SILVA, Saulo Rondinelli Xavier da. Geografia e urbanismo setecentista em comunicação com o presente: as praças de Mariana/MG como espaços de experiências turísticas. In: **Anais do II Seminário mineiro de pesquisa e inovação em Turismo**. Belo Horizonte: Observatório do Turismo, 2017.

MOUILLAND, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAND, Maurice (org.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UnB, 2012. P. 67-100.

MOUILLAND, Maurice. A informação ou a parte da sombra. In: MOUILLAND, Maurice (orgs.). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UnB, 2012. P. 55-65.

PARK, Robert Ezra. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (org.). **A era glacial do jornalismo: teorias da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008. P. 51-70.

PASSOS, Rômulo Geraldo. **Entrevista concedida a Filipe Davison Barboza Carneiro**. Mariana, 13 jun. 2018.

PEREIRA, Fabrício Luiz. Carpinteiros e pedreiros em Mariana no século XVIII: hierarquias e trabalho. In: PEREIRA, Carlos Alberto (*et al*). **O espaço e os construtores de Mariana (Século XVIII)**. Ouro Preto: UFOP, 2016. P. 137-166.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. In: **Revista Comunicação & sociedade**. São Bernardo do Campo, v. 26, n. 43, 2005. P. 67-84.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PREFEITURA Municipal de Mariana. **Inventário de proteção do acervo cultural de Mariana**. Mariana: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 2010.

QUÉRÉ, Louis. O caráter impessoal da experiência. In: LEAL, Bruno Souza; MENDONÇA, Carlos Camargos; GUIMARÃES, César (org.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

RABELO, Francisco Chagas Evangelista. Limites do uso metodológico dos princípios de estranhamento, distanciamento e reflexividade na pesquisa sociológica. In: **Anais do XXVIII Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2004.

REZENDE, Dejanira Ferreira de. **Mineração nos morros das Minas Gerais: conflitos sociais e o estilo dos pequenos exploradores (1711-1779)**. 2013. (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1997.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2010.

ROLNIK, Raquel. O Lazer humaniza o espaço urbano. In: **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2000. Disponível em: <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/lazerhumanizaespa-courbano.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2021.

ROSA, Mariana Cristina. **Da pluralidade dos corpos: educação, diversidade e doença na comarca de Vila Rica**. 2005. (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia, 1975.

SÁNCHEZ Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. In: **Revista de Sociologia e política**. Curitiba, n. 16, 2001. P. 40-53.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: USP, 2001.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Rafael de Moura. **Imprensa em Mariana: 1830-1989**. Mariana, 1997.

SANTOS, Waldemar de Moura. **Lendas marianenses**. Mariana: Dom Viçoso, 2012.

SARLO, Beatriz. Abundância e pobreza. In: SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. P. 13-53.

SERPA, Angelo [a]. Lugar e centralidade: em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (*et al*). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2018.

SERPA, Angelo [b]. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2018.

SORIANO, Ana Gabriela Wanderley. **O espaço público e a cidade contemporânea: as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção**. 2006. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SOUZA JÚNIOR, Paulo Gracino. Mariana: da cidade patrimônio à cidade partida. In: **Revista Patrimônio e memória**. São Paulo, v. 3, n. 2, 2007. P. 147-170.

SOUZA JÚNIOR, Paulo Gracino. Visões da cidade: memória, poder e preservação em Mariana-MG. In: **Revista Vivência**. Natal, v. 1, n. 1, 2005. P. 179-198.

SOUZA, Laura de Mello e. **Opulência e miséria das Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (*et al*). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2018.

TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. **Águas urbanas: formas de apropriação das águas em Mariana (1745-1798)**. 2011. (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. Os chafarizes de Mariana: o abastecimento de água no século XVIII. In: PEREIRA, Carlos Alberto (*et al*). **O espaço e os construtores de Mariana (Século XVIII)**. Ouro Preto: UFOP, 2016. P. 121-136.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. O jornalismo e a cidade: vínculos e desafios. In: PAIVA, Raquel (*et al*). **Comunidade, mídia e cidade: possibilidades comunitárias na cidade hoje**. Goiânia: UFG, 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

VASCONCELLOS, Diogo de. **Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

VASCONCELLOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. Itatiaia: Belo Horizonte, 1974.

VASCONCELLOS, Salomão de. **Breviário histórico e turístico da cidade de Mariana**. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1947.

VASCONCELLOS, Salomão de. **Marianna e seus templos: era colonial (1703-1797)**. Belo Horizonte: Queiroz Breyner, 1938.

VELOSO, Tércio [a]. **A dimensão dos lugares: fluidez, dinâmica social e ocupação do espaço urbano em Mariana nos livros do tomo de 1752**. 2013. (Dissertação de Mestrado em História). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

VELOSO, Tércio [b]. Do arraial à cidade: ocupação do espaço e dinâmica urbana na (re)construção de Mariana, Minas Gerais (1742-1747). In: **Revista Temporalidades**. Belo Horizonte, v. 5, n. 1, 2013. P. 145-166.

VILLALTA, Luiz Carlos. O cenário urbano em Minas Gerais setecentista: outeiros do sagrado e do profano. In: **Termo de Mariana: história e documentação**. Mariana: UFOP, 1998. P. 67-86.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

SOBRE O AUTOR

Filipe Davison Barboza Carneiro é Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) na linha de pesquisa Práticas Comunicacionais e Tempo Social; Especialista em Comunicação Estratégica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas); e Graduado em Jornalismo também pela UFOP. Atua profissionalmente em áreas do Telejornalismo, Assessoria de Comunicação, Produção de Conteúdo e Consultoria de Comunicação. É autor do livro-reportagem “Marianense x Guarany: histórias de rivalidade além das quatro linhas”.



editora**UFOP**

